

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Direito

Programa de Pós-Graduação em Direito

João Vinícius dos Santos

DIREITO, ESPAÇO E GÊNERO:

As identidades travestis e transexuais do bairro Santa Branca em Belo Horizonte

Belo Horizonte

2025

João Vinícius dos Santos

DIREITO, ESPAÇO E GÊNERO:

As identidades travestis e transexuais do bairro Santa Branca em Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Direito.

Linha de pesquisa: Processualidades, Normatividades e Efetividade: Processos de Produção do Direito.

Projeto coletivo: Justiça Socioespacial, Direito à Cidade e ao Território

Orientadora: Maria Fernanda Salcedo Repolês.

Belo Horizonte

2025

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Queiroz - CRB-6/2233.

S237d Santos, João Vinícius dos
Direito, espaço e gênero [manuscrito]: as identidades travestis e transexuais do bairro Santa Branca em Belo Horizonte / João Vinícius dos Santos. - 2025.

[155] f. : il.

Orientadora: Maria Fernanda Salcedo Repolês.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

Bibliografia: f. 145-150.

1. Belo Horizonte (MG) - Santa Branca. 2. Direito - Teses. 3. Cartografia - Teses. 4. Travestis - Teses. 5. Prostituição - Teses. I. Repolês, Maria Fernanda Salcedo. II. Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Direito. III. Título.

CDU: 34:711.4(815.11)



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO JOÃO VINÍCIUS DOS SANTOS

Realizou-se, no dia 04 de dezembro de 2025, às 14:00 horas, na Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada **DIREITO, ESPAÇO E GÊNERO: As identidades travestis e transexuais do bairro Santa Branca em Belo Horizonte**, apresentada por JOÃO VINÍCIUS DOS SANTOS, número de registro 2024652918, graduado no curso de DIREITO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em DIREITO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Maria Fernanda Salcedo Repoles - Orientador (UFMG), Prof(a). Andre Luiz Freitas Dias (UFMG), Prof(a). Igor Campos Viana (PUC MINAS), Prof(a). Luiz Gonzaga Morando Queiróz.

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada, tendo obtido a nota 100 (cem).

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2025.

Prof(a). Maria/Fernanda Salcedo Repoles (Doutora) Nota: 100,00

Prof(a). Andre Luiz Freitas Dias (Doutor) Nota: 100,00

Prof(a). Igor Campos Viana (Doutor) Nota: 100,00

Prof(a). Luiz Gonzaga Morando Queiróz (Doutor) Nota: 100,00

Suplente:

Prof(a). Brunello Souza Stancioli (Doutor) Nota: ~~100,00~~

AGRADECIMENTOS

Agradeço a inúmeras pessoas que tornaram possível esta pesquisa.

À minha família, que com sua simplicidade soube oferecer suporte e apoio incondicional aos meus projetos. Sem a colaboração e o carinho de vocês, muitos dos meus sonhos não teriam se tornado realidade.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Fernanda Salcedo Repolês, meu sincero agradecimento pela confiança generosa, pelos incentivos, contribuições, elogios e, sobretudo, pela serenidade e fé em meu trabalho nos momentos de maior incerteza.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos que viabilizou esta pesquisa e o trabalho de campo.

Aos meus amigos, pelos momentos de escuta, descontração e alegria, por compartilharem os bons e maus humores que acompanharam o percurso desta caminhada. Obrigado, Clarissa, Larissa, Mateus, Maria Clara, Guilherme, Renato e Thadeu — valeu, pessoal!

Ao meu chefe e inspiração profissional, Professor Doutor Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel, pela compreensão, apoio e estímulo constantes.

Ao corpo técnico e jurídico da SUDECAP e da Prefeitura de Belo Horizonte, meus colegas de trabalho, pela colaboração no desenvolvimento de mapas, levantamento de processos e obtenção de documentos que contribuíram para a construção deste estudo. Em especial, à equipe do programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS, pelo acolhimento, ajuda e incentivo — Priscila, Luadna, Larah, Rafael e Márcio, meu muito obrigado.

E, sobretudo, o mais profundo agradecimento às trabalhadoras sexuais do bairro Santa Branca, que produziram esta pesquisa junto comigo. A confiança, o respeito e a troca de afetos construídos ao longo do processo tornaram possível a realização deste trabalho. A elas, dedico esta dissertação.

RESUMO

Esta dissertação investiga a produção social do espaço urbano e as dinâmicas sociais no bairro Santa Branca, em Belo Horizonte, a partir da vivência e das práticas cotidianas das trabalhadoras sexuais cis, trans e travestis que ali atuam. Com base em observação participante, análise documental e cartografia social, o estudo busca compreender como aquele espaço é continuamente (re)produzida por processos de exclusão, resistência e negociação, tendo como eixos teórico-analíticos os aportes de Henri Lefebvre, Bruno Latour, Andreas Philippopoulos-Mihalopoulos, Berenice Bento e Judith Butler. O primeiro capítulo reconstrói a formação urbana e social do bairro Santa Branca, evidenciando como as políticas públicas de urbanização, especialmente as obras vinculadas à Copa do Mundo FIFA de 2014, intensificaram dinâmicas de valorização fundiária, expulsão simbólica e material de grupos vulnerabilizados. O segundo capítulo introduz a pesquisa de campo realizada no território do bairro Santa Branca, desenvolvida ao longo de sete meses. Buscou-se construir uma abordagem cronológica dos fatos, relevando as situações de violência e exclusão sofridas pelas trabalhadoras sexuais ao longo dos anos no território. O terceiro capítulo apresenta o trabalho de campo e o processo de cartografia participativa desenvolvido com as trabalhadoras sexuais, revelando as demandas concretas por infraestrutura, segurança, saúde e reconhecimento. As falas de trabalhadoras sexuais demonstram como o corpo, o risco e a ocupação do espaço se entrelaçam como práticas políticas de sobrevivência. O produto final, a construção coletiva de um mapa participativo, elaborado pelas próprias trabalhadoras sexuais, expressa seus desejos e reivindicações. Essa cartografia afetiva, inspirada nas proposições de Latour e Philippopoulos-Mihalopoulos, evidencia o espaço como *lawscape*: um campo de forças em que o direito é produzido e disputado nas práticas cotidianas. As falas e desenhos revelam a potência política das margens e a centralidade das experiências subalternas na compreensão do urbano. Ao articular corpo, espaço e poder, a pesquisa reafirma que o direito à cidade, conforme Lefebvre, é também o direito de existir e permanecer. As trabalhadoras sexuais do Santa Branca não são apenas sujeitos de exclusão, mas agentes ativos na produção de novas territorialidades e de um comum urbano que insiste em emergir mesmo sob as condições da precariedade.

Palavras-Chaves: Santa Branca; Trabalho sexual; Travesti; Direito à cidade; Cartografia

ABSTRACT

This thesis examines the social production of urban space and the social dynamics within the Santa Branca neighborhood, in Belo Horizonte, through the experiences and daily practices of cisgender, transgender, and travesti sex workers who operate in the area. Based on participant observation, document analysis, and social cartography, the study seeks to understand how this space is continuously (re)produced through processes of exclusion, resistance, and negotiation, guided by the theoretical and analytical contributions of Henri Lefebvre, Bruno Latour, Andreas Philippopoulos-Mihalopoulos, Berenice Bento, and Judith Butler. The first chapter reconstructs the urban and social formation of Santa Branca, revealing how public urbanization policies, particularly those related to the 2014 FIFA World Cup, intensified dynamics of land valorization and both symbolic and material exclusion of marginalized groups. The second chapter introduces the fieldwork conducted over seven months in the Santa Branca territory. A chronological approach to the events was developed, highlighting the situations of violence and exclusion experienced by sex workers throughout the years in the area. The third chapter presents the fieldwork and the process of participatory cartography carried out with the sex workers, revealing their concrete demands for infrastructure, security, health, and recognition. Their narratives show how the body, risk, and spatial occupation intertwine as political practices of survival. The final product, the collective construction of a participatory map, expresses their desires and claims. This affective cartography, inspired by Latour and Philippopoulos-Mihalopoulos, reveals space as a lawscape: a field of forces in which law is produced and contested through everyday practices. The statements and drawings reveal the political strength of the margins and the centrality of subaltern experiences in understanding the urban. By articulating body, space, and power, the research reaffirms that the right to the city, following Lefebvre, is also the right to exist and to remain. The sex workers of Santa Branca are not merely subjects of exclusion but active agents in producing new territorialities and an urban commons that insists on emerging, even under conditions of precarity.

Keywords: Santa Branca; Sex work; Travestis; Right to the city; Cartography

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Rua Monte Castelo, bairro Santa Branca - Feita pelo pesquisador.....	20
Figura 2 Praça da Saudade, bairro Santa Branca 1992. Fonte: Acervo APCBH. Fundo ASCOM.....	26
Figura 3 Foto do Motel 44 - Feita pelo pesquisador.....	34
Figura 4 Faixada da empresa Bioclin – Fonte: Alves, 2024.....	46
Figura 5 Placa da Rua Teles de Menezes - Feita pelo pesquisador.....	51
Figura 6 Antiga sede do BOPE - Feita pelo pesquisador.....	63
Figura 7 Entrada da Igreja Evangélica, Santuário da Pampulha, na Rua Teles de Menezes - Feita pelo pesquisador.....	72
Figura 8 Rua Teles de Menezes - Feita pelo pesquisador.....	73
Figura 9 Viaduto Monte Castelo - Feita pelo pesquisador.....	73
Figura 10 Igreja Católica Nossa Senhora do Sagrado Coração - Feita pelo pesquisador.....	74
Figura 11 Centro de Saúde Santa Amélia – Fonte: Gontijo, 2023.....	75
Figura 12 Creche Comunitária Pequeno Alexandre - Feita pelo pesquisador.....	77
Figura 13 Agente redutor de danos do programa BH de mãos dadas contra AIDS em ação noturna em ponto de pegação gay na orla da Lagoa da Pampulha - Feita pelo pesquisador.....	104
Figura 14 Comerciante que atua na região dos motéis no período noturno - Feita pelo pesquisador.....	108
Figura 15 Lote vago localizado na Rua Teles de Menezes - Feita pelo pesquisador.....	126
Figura 16 Área sob o viaduto Monte Castelo – Ao fundo no muro amarelo é o lote vago localizado na Rua Teles de Menezes - Feita pelo pesquisador.....	128
Figura 17 Poste danificado na esquina entre a Rua Antero de Quental com Viaduto Montese - Feita pelo pesquisador.....	130

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Delimitação espacial do bairro Santa Branca - Fonte: Google Maps.....	27
Mapa 2 Delimitação espacial das ruas onde se concentram as atividades de prostituição no bairro Santa Branca – Marcações feitas pelo pesquisador. Fonte: Google Maps.....	37
Mapa 3 Obras realizadas no bairro Santa Branca. Elaborado por SUDECAP 2024.....	40
Mapa 4 Delimitação espacial das ruas onde se concentram as atividades de prostituição no bairro Santa Branca. Antiga base do BOPE – Marcações feitas pelo pesquisador. Fonte: Google Maps.....	61
Mapa 5 Dinâmicas territoriais no bairro Santa Branca – Marcações feitas pelo pesquisador. Fonte: Google Maps.....	78
Mapa 6 Mapeamento dos pontos de atendimento do Programa BH de mãos dadas contra AIDS. Fonte: Disponibilizado pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS.....	91
Mapa 7 Pedidos feitos no Mapa do território de prostituição do bairro Santa Branca. Elaborado na casa da Cafetina 1.....	109
Mapa 8 Dinâmicas territoriais no bairro Santa Branca – Marcações feitas pelo pesquisador. Fonte: Google Maps.....	117
Mapa 9 Desenhos feitos sobre o Mapa do território de prostituição do bairro Santa Branca. Elaborado por diversos atores dentro do território de estudo.....	124
Mapa 10 Pedidos feitos no Mapa do território de prostituição do bairro Santa Branca.....	131
Mapa 11 Pedidos feitos no Mapa do território de prostituição do bairro Santa Branca.....	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Total de atendimentos realizados pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS em 2024 nas 9 regionais do município de Belo Horizonte. Fonte: Disponibilizado pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS.....	94
Tabela 2 Total de atendimentos realizados pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS em 2024 na regional Pampulha. Fonte: Disponibilizado pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS.....	96
Tabela 3 Total de atendimentos realizados pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS através da Emenda Parlamentar RES N° 9470 – Ações Noturnas. Fonte: Disponibilizado pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS.....	98
Tabela 4 Sistematização das demandas apresentados no mapa elaborado pelos atores no estudo – Tabela elaborada pelo pesquisador.....	125

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABSB - Associação do Bairro Santa Branca

AOPMBM - Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

APCBH - Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

APROSMIG - Associação das Prostitutas de Minas Gerais

BH - Belo Horizonte

BOPE - Batalhão de Operações Policiais Especiais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CRLGBT-BH - Centro de Referência LGBT

CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento

DETI-SD - Diretoria de Energia, Tecnologia, Concessionárias e Iluminação Pública

DIPA - Diretoria de Pesquisa e Análise Aplicada

DIPM - Diretoria de Políticas para as Mulheres

DLGBT - Diretoria de Políticas para a População LGBT

EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança

FIFA - Federação Internacional de Futebol

HIV - Vírus da imunodeficiência humana

IST - Infecção Sexualmente Transmissível

MPMG - Ministério Público do Estado de Minas Gerais

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OUS - Operações Urbanas Simplificadas

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PEP - Profilaxia Pós-Exposição

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais

PREP - Profilaxia Pré-Exposição

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SMASAC - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

SMASDH - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMOBI - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
SMPU - Secretaria Municipal de Políticas Urbanas
SUDC - Subsecretaria de Direitos e Cidadania
SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital
SUDH - Subsecretaria de Direitos Humanos
SUFIS - Subsecretaria de Fiscalização
SUPLAN - Subsecretaria de Planejamento Urbano
TCE-MG - Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Mapa Intervenções de responsabilidade da SUDECAP no entorno da área de estudo. Elaborado por SUDECAP 2024.....	151
ANEXO B – Ofício DLGBT/CRLGBT/PDDH-DAMP N° 005/2018.....	152
ANEXO C – Mapa colaborativo elaborado coletivamente pelas trabalhadoras sexuais da região do bairro Santa Branca — entre elas, travestis residentes na casa da Cafetina 1, trabalhadoras de motéis e um comerciante de rua que atua no território de prostituição.....	154

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1. HISTÓRIA E DISPUTA PELO ESPAÇO NO BAIRRO SANTA BRANCA	20
1.1 Histórico e Evolução Urbana do Bairro Santa Branca	22
1.2 Da Zona ao Bairro	27
1.3 Conflitos e Disputas pelo Território Urbano.....	34
1.4 O desenho urbano e a exclusão das profissionais do sexo do bairro Santa Branca	43
2. DIREITO, ESPAÇO E GÊNERO.....	53
2.1 Entre o Controle e a Violência: a presença do BOPE no bairro Santa Branca	54
2.2 Quando a Proteção Falha: a reunião de 10 de abril de 2018 e a atuação limitada do MPMG	63
2.3 Convivência e Conflito: as relações entre moradores e trabalhadoras sexuais no Santa Branca	67
2.4 Sexo de Máscara.....	78
2.5 BH de mãos dadas contra AIDS	87
3. CARTOGRAFIA TRANS DO SANTA BRANCA.....	99
3.1 Sexos Especializados.....	100
3.2 Histórias na “Pista”	110
3.2 Marcas espaciais e território em movimento	121
CONCLUSÃO.....	138
REFERÊNCIAS	144
ANEXOS	150

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da constatação de que os espaços urbanos não são neutros nem homogêneos: são construídos, disputados e vividos de modo desigual. O bairro Santa Branca, na região da Pampulha, em Belo Horizonte, tornou-se, nas últimas décadas, um território marcado pela presença de mulheres trans, travestis e em menor número cis que exercem o trabalho sexual. É nesse recorte territorial, aparentemente periférico às dinâmicas centrais da cidade, mas profundamente conectado a elas, que se inscreve o presente estudo. Mais do que compreender a prostituição como fenômeno isolado, busca-se aqui analisar como o espaço é produzido, regulado e resistido por essas trabalhadoras sexuais, e de que forma seus corpos e trajetórias tensionam as fronteiras entre o público e o privado, o legal e o moral, o visível e o invisível.

O pesquisador que aqui vos fala teve seu primeiro contato com a dinâmica da prostituição no bairro Santa Branca em 2017, durante o seminário Rumo ao Social, promovido pela Fundação João Pinheiro. Nesse encontro, diversas trabalhadoras sexuais cis e trans relataram, com intensidade e coragem, as situações de violência, abandono e ausência de políticas públicas que atravessavam o cotidiano das mulheres que exerciam o trabalho sexual em Belo Horizonte, e, em especial, na região do Santa Branca. Aquela escuta foi decisiva. Impulsionado por professores da graduação e pela inquietação diante da injustiça, passei a me interessar pelo tema do trabalho sexual e pelas formas de organização e resistência que emergem nas bordas da cidade.

É importante destacar que o pesquisador não reside no bairro Santa Branca, mas foi progressivamente envolvido pela temática e pelo compromisso de compreender os processos que sustentam a marginalização das trabalhadoras sexuais. Em 2019, já atuando como assessor na antiga Subsecretaria de Direitos de Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte, à qual estavam vinculadas a Diretoria de Políticas para a População LGBT e o Centro de Referência LGBT, aprofundi meu contato com movimentos sociais e coletivos que lutam por reconhecimento e por políticas públicas, como o Clã das Lobas e a Transvest. Foi nesse contexto que o campo começou a se delinear como território de pesquisa e de escuta.

Durante a elaboração do projeto, entretanto, sobreveio a pandemia de COVID-19, que interrompeu temporalidades e afastou pessoas. Quando o projeto foi finalmente aprovado, em 2024, o cenário havia se transformado: muitas das referências e interlocutoras com quem mantinha contato haviam deixado o território, mudado de ocupação ou simplesmente não queriam mais falar. Esse vazio exigiu repensar a viabilidade do trabalho e o próprio papel do

pesquisador. O retorno ao campo implicou reconstruir vínculos e criar novas mediações, o que só foi possível por meio do BH de Mãos Dadas Contra a AIDS, programa da Prefeitura de Belo Horizonte voltado à prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e à distribuição de insumos entre as trabalhadoras sexuais. Após reuniões com a equipe e aprovação dos Comitês de Ética e Pesquisa da UFMG e da Prefeitura de Belo Horizonte, o campo foi retomado, agora com maior rigor técnico e sensibilidade para o que estava em jogo: a escuta, o cuidado e o reconhecimento.

A partir desse reencontro com o território, o ponto de partida para este trabalho foi o reconhecimento de que o espaço urbano é, como afirma Henri Lefebvre (2016), uma produção social e política. Ele não existe apenas como suporte físico, mas como campo de práticas, signos e disputas. O espaço é “produto e meio” da vida social, resultado das forças que o modelam. No Santa Branca, essas forças se entrelaçam: as intervenções urbanísticas realizadas pelo poder público moldam um território que abriga, contraditoriamente, sujeitos que a própria cidade tenta expulsar. O viaduto Monte Castelo, as avenidas alargadas, os motéis e os lotes vagos são mais do que marcos materiais: são operadores de poder e sobrevivência, definindo trajetórias possíveis e zonas de exclusão.

A pesquisa, nesse sentido, insere-se no debate sobre o direito à cidade e as formas pelas quais certos corpos são sistematicamente desautorizados a habitá-la. As travestis e mulheres trans que atuam no Santa Branca são frequentemente representadas como ameaça ou desvio, e não como sujeitos urbanos legítimos. No entanto, suas práticas diárias de circulação, negociação e cuidado revelam outro modo de produzir cidade, um modo que não se dá pela propriedade da terra, mas pela presença, pela memória e pelo afeto.

Para compreender essas dinâmicas, optou-se por uma metodologia cartográfica, inspirada nas proposições de Bruno Latour (2012) sobre a cartografia das controvérsias. Cartografar, aqui, não significa traçar mapas estáticos, mas seguir os rastros dos atores, humanos e não humanos, e descrever as redes de relações que compõem o território. O pesquisador, portanto, não se coloca como observador distante, mas como parte da trama, acompanhando as práticas e os enunciados que dão forma ao campo. A cartografia se fez nas ruas, nas conversas, nas casas das cafetinas, nos motéis, nas trocas de insumos proporcionados pelo programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS. Cada visita, cada fala e cada desenho no mapa coletivo compõem o que Latour chamaria de inscrições, isto é, registros materiais de interações e controvérsias que estruturam o social.

Essa abordagem revelou que o Santa Branca é habitado por uma multiplicidade de atores: trabalhadoras sexuais, cafetinas, comerciantes, moradores, agentes de saúde, religiosos,

policiais e traficantes, todos compondo um mesmo ecossistema urbano. As fronteiras entre o lícito e o ilícito, o público e o privado, o corpo e o espaço, tornam-se porosas. É nesse ponto que as contribuições de Andreas Philippopoulos-Mihalopoulos (2024) se tornam fundamentais: o autor propõe o conceito de *lawscape*, o espaço jurídico, entendido como a textura invisível que regula os movimentos corporais e distribui acessos, proibições e possibilidades. No Santa Branca, o direito não está apenas nos códigos legais, mas nos acordos tácitos entre cafetinas e travestis, nas regras de convivência, “não roubar cliente”, “não fazer varejo”, “não usar droga na casa da cafetina”, “não fazer ponto em frente ao centro de saúde antes da sete da noite”, e nas práticas de policiamento que delimitam quem pode circular. A lei, nesse contexto, é vivida no corpo e no espaço.

Ao lado dessa perspectiva espacial, a pesquisa dialoga com as reflexões de Berenice Bento (2008; 2017) e Judith Butler (2018; 2025) sobre corpo, gênero e precariedade. Bento concebe o corpo como arquivo vivo da história da exclusão, resultado dos dispositivos que produzem e hierarquizam as diferenças. Para as travestis e mulheres trans do Santa Branca, o corpo é simultaneamente instrumento de trabalho, alvo de violência e território de afirmação. A travessia de gênero, como Bento aponta, é uma forma de resistência a uma norma que insiste em definir o que é “natural” e o que é “aceitável”.

Butler, por sua vez, oferece o conceito de precariedade como chave de leitura para as condições materiais e simbólicas que tornam certas vidas menos “vivíveis”. No Santa Branca, a precariedade não se resume à falta de políticas públicas: ela é produzida pelas formas como o Estado aparece, ora ausente, ora repressivo, e pelas estruturas morais que negam reconhecimento às trabalhadoras sexuais. A vulnerabilidade física e econômica se soma à vulnerabilidade simbólica de quem é visto como “fora do lugar”. Ainda assim, o campo mostrou que essas vidas não são passivas: elas inventam estratégias de sobrevivência, criam vínculos, constroem redes de solidariedade e produzem sentidos coletivos de cuidado.

Os três capítulos que compõem esta pesquisa se articulam de modo progressivo. O primeiro capítulo reconstrói a formação urbana e social do bairro Santa Branca, mostrando como a expansão de Belo Horizonte gerou zonas de descarte e de invisibilidade, e como a prostituição encontrou formas de se encaixar em diferentes partes da cidade. O capítulo aborda a constituição do bairro, sua formação e analisa como o poder público e o discurso técnico se relacionam com o território. Discute ainda como os grandes empreendimentos de infraestrutura chegaram ao bairro por meio das obras realizadas para a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e como, a partir disso, com a valorização econômica do território, os conflitos entre moradores e trabalhadoras sexuais se acentuaram. Esses conflitos se expressam, sobretudo, através de

relatórios que propõem “requalificar” o espaço urbano, associando a instalação de empresas privadas à remoção de corpos considerados indesejados.

O segundo capítulo introduz a pesquisa de campo realizada no território do bairro Santa Branca, desenvolvida ao longo de sete meses, de março a setembro de 2025. Buscou-se construir uma abordagem cronológica dos fatos, iniciando-se com as obras da Copa do Mundo FIFA de 2014 e a presença ostensiva e violenta do BOPE, passando pela atuação precária do Ministério Público de Minas Gerais, pelos conflitos entre as trabalhadoras sexuais e a vizinhança, até chegar aos efeitos da pandemia de COVID-19 que resultou em novas formas de resistência e solidariedade entre as trabalhadoras sexuais do Santa Branca. Nesse contexto, destaca-se a atuação do programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS, que se mostrou essencial não apenas durante a pandemia, mas principalmente nos dias atuais, sendo a única política pública efetiva que atua junto às trabalhadoras sexuais da região.

O terceiro capítulo apresenta o trabalho de campo e o processo de cartografia participativa desenvolvido com as trabalhadoras sexuais, revelando as demandas concretas por infraestrutura, segurança, saúde e reconhecimento. As visitas realizadas não se limitaram à região dos motéis, mas incluíram também a casa de uma cafetina, permitindo identificar dinâmicas não escritas: regras informais que organizam o território, a presença discreta, mas delimitada, do tráfico e os arranjos de convivência que regulam o uso do espaço. Ao final da pesquisa, foi produzido um mapa coletivo que expressa os desejos das trabalhadoras sexuais por melhorias na região, desejos que extrapolam suas próprias necessidades e incorporam uma visão empática sobre outros sujeitos do território, como pessoas em situação de rua, outros grupos de trabalhadores e até mesmo os animais abandonados. Esses capítulos, juntos, compõem uma leitura crítica do urbano a partir das margens, mostrando que as fronteiras da cidade são, antes de tudo, fronteiras políticas do humano.

Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se na observação participante, inicialmente mediada no território do bairro Santa Branca por meio do programa municipal BH de Mãos Dadas Contra a AIDS, voltado ao acompanhamento de populações vulnerabilizadas nas nove regionais de Belo Horizonte. O principal instrumento metodológico adotado foi o diário de campo, utilizado para o registro sistemático dos relatos das trabalhadoras sexuais e das impressões sobre as dinâmicas observadas. Mais do que simples anotações empíricas, esses registros configuram uma prática reflexiva de escuta e interpretação, em que o território é compreendido como espaço de produção de sentido e de disputas simbólicas e materiais, dimensão que será aprofundada ao longo do trabalho.

A inserção em campo ocorreu predominantemente no período noturno, acompanhando as ações da equipe do programa municipal. Com a suspensão temporária das atividades, e mediante autorização da coordenação, as visitas e a distribuição de insumos (preservativos e lubrificantes) foram mantidas de forma autônoma, garantindo a continuidade da presença institucional no território e a manutenção dos vínculos estabelecidos. Essa continuidade foi decisiva para a construção de uma relação de confiança mútua, que permitiu o aprofundamento das observações e o surgimento de um diálogo horizontal entre pesquisador e participantes. Ao término do trabalho de campo, foi produzido um mapa coletivo, no qual as trabalhadoras sexuais expressaram seus desejos, demandas e propostas de melhorias para a região. O processo de construção desse mapa constitui, ele próprio, um gesto político e epistêmico, a tradução visual de um território vivido, sentido e reivindicado.

As falas das trabalhadoras sexuais foram mantidas em sua literalidade, por se reconhecer que o discurso é também um ato político e testemunhal. As vozes de R*, K*, C*, B*, Q* e de tantas outras compõem o tecido vivo desta pesquisa. Longe de pretender neutralidade, o trabalho assume a escuta como método e reconhece o papel do pesquisador enquanto mediador das experiências compartilhadas, buscando devolver na escrita a força e a densidade das vivências que constituem o cotidiano do Santa Branca.

A partir desse percurso, o estudo busca contribuir para a reflexão sobre as políticas urbanas, de gênero e de corpo no bairro Santa Branca em Belo Horizonte, especialmente no enfrentamento às violências estruturais que atravessam os territórios da prostituição. Ao evidenciar como o espaço é vivido e produzido por sujeitos historicamente marginalizados, reafirma-se que o direito à cidade não é um privilégio, mas uma condição de cidadania.

Em última instância, o que se propõe aqui é reconhecer que a cidade é feita por todos os corpos que a habitam, inclusive aqueles que a gestão pública tenta apagar. Os mapas, as falas e os gestos que emergem deste trabalho são testemunhos de uma luta cotidiana por reconhecimento, pertencimento e dignidade. O Santa Branca, mais do que um bairro, é um espelho da própria cidade, com suas contradições, silêncios e potências. É nesse espelho que esta pesquisa convida o leitor a olhar.

Bem-vindo (a) ao bairro Santa Branca!



Figura 1 Rua Monte Castelo, bairro Santa Branca - Feita pelo pesquisador

1. HISTÓRIA E DISPUTA PELO ESPAÇO NO BAIRRO SANTA BRANCA

Eu não tava trabalhando. Marquei neurologista para o dia 19. Você não acredita, aquele dia, quando vocês acabou de sair daqui (...) Eu falei pra ele que eu não to trabalhando mais não, mas se ele me vê aqui (...) porquê aquele dia eu passei mal (...) assim que vocês desceu tinha um cliente ali parado me esperando. Ai parou um outro aqui, que eu que conhecia. Ai falei assim “espera ali que eu vou conversar com o moço”. Ai eu entrei no carro dele e entrei no King. Só que é um rapaz que ele nem tira minha roupa. Ele fica me olhando. Ele gosta de olhar meu corpo e brincando. Ai eu tava em cima da cama e ele me olhando. Puxou só um pouquinho assim, um pouquinho ali. Ai de repente eu fiz assim: “Zoouo...”. Vi tudo girando. Eu só falei para ele assim: “eu vo deitar aqui um pouquinho que eu to tonta”. Eu lembro que eu falei assim rapidinho... sem conseguir falar. Ai ele continuou brincando. Ai ele falou assim “Você tá bem?”. Ai eu falei “To. Pode continuar. A minha pressão que caiu”. Ai eu não consegui falar mais nada (...) eu não cheguei a sumir, mas eu fiquei assim... aérea e parecendo assim, que eu tava dentro de uma lavadora. Ai depois (...) ele... foi mesmo Deus que mandou ele. Porquê se fosse um outro que rebenta com a gente, eu teria morrido. Ai ele falou assim: “eu sei com você outro dia. Você lembra? você comentou da sua cachorrinha que morreu”. Ai eu lembrei dele. Ai ele pegou e pagou o motel. Ai eu peguei meu carro e fui embora. Eu fui embora dirigindo. Ai eu fiquei tonta durante, foi numa quinta. Aquele dia. Eu lembro que foi dia 24 de abril. Ai eu fiquei na sexta sentindo tontura. Ai quando foi no sábado o meu marido... eu falei “não. eu vou ter que ir pro ponto socorro”. Ai ele me levou naquela Unimed dali. Cheguei lá. Quando eu comecei a relatar a médica falou assim: “Você tá tendo vertigem. Isso é de ansiedade e depressão”. Ai pediu para procurar um psicólogo, um médico da família. Eu marquei um neurologista. Que eu fui pesquisar e tem muitos motivos para tontura. Mas realmente o que me causa é ansiedade por que eu não aguento mais essa vida de rua. Eu não guento...toda vez que eu entro no quarto com um cliente começa a me dar uma suadeira. Uma sudorese excessiva... isso é de transtorno de ansiedade (...) eu peguei pânico de vir. Eu to vindo muito raro.¹

Abre-se este trabalho com o relato de C*, mulher cisgênero atendida pelo programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS. Trata-se de uma figura cuja trajetória encarna, em múltiplas camadas, as complexidades, tensões e afetos que permeiam o território do bairro Santa Branca. Embora o foco central da presente pesquisa recaia sobre as vivências de travestis e mulheres transexuais, a presença de C*, que atua como profissional do sexo naquela localidade há mais de três décadas, representa uma memória viva das transformações espaciais e sociais ocorridas na região.

Sua experiência singular, marcada por anos de permanência, enfrentamento e convivência no território, não pode ser negligenciada. Ao contrário, deve ser acolhida como parte integrante da tessitura social e histórica que este estudo se propõe a examinar. O relato de C* não apenas enriquece a compreensão sobre a prostituição feminina no bairro, mas também revela os entrelaçamentos e interações entre diferentes sujeitos e identidades que disputam, habitam e constroem esse espaço urbano.

¹ Trecho do relato de C*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

O capítulo analisa a formação urbana, as transformações espaciais e as disputas simbólicas que marcam o bairro Santa Branca, em Belo Horizonte, com foco nas dinâmicas envolvendo a prostituição, especialmente de travestis e mulheres transexuais. A partir de uma abordagem que mescla análise histórica, urbanística e sociopolítica, o texto traça um panorama diacrônico e sincrônico das tensões territoriais que moldam a região.

Neste primeiro capítulo é apresentada a evolução urbana do bairro Santa Branca, desde suas origens rurais na antiga Fazenda Engenho do Córrego do Nado até sua urbanização intensificada a partir dos anos 1970. A ocupação do solo foi impulsionada por políticas de habitação voltadas às classes médias e populares, em contraste com os bairros elitizados do entorno da Lagoa da Pampulha. O texto evidencia como o bairro, originalmente uma área periférica e de uso residencial popular, passou por um processo de valorização após as obras da Copa do Mundo de 2014, que trouxeram infraestrutura, mas também acirraram disputas territoriais e práticas de exclusão.

A pesquisa identifica a prostituição, especialmente exercida por travestis e mulheres trans, como uma prática estruturante da dinâmica urbana local. O histórico da prostituição em Belo Horizonte revela um apagamento institucional nos planos urbanísticos da capital, o confinamento das prostitutas em zonas específicas no início do século XX e a regulação moral operada por mecanismos como o “Registro do Meretrício” e a Delegacia de Costumes. A prática da prostituição, sobretudo feminina, expandiu-se ao longo do século, atingindo bairros como Lagoinha, Bonfim e, posteriormente, a região da Pampulha. A presença de motéis e vias de fácil acesso favoreceu a consolidação do território da prostituição nas ruas Teles de Menezes, Monte Castelo, Monte Cassino e Avenida Montese, configurando um espaço de permanência e resistência.

O capítulo destaca ainda o papel do Estado e do urbanismo na produção de exclusões simbólicas e materiais, analisando o “Estudo de Impacto Urbanístico” da empresa Bioclin, que associa a “requalificação” do bairro à remoção de corpos considerados indesejáveis. As falas das trabalhadoras sexuais demonstram que, apesar da repressão policial e da moralização institucional, elas constroem formas de pertencimento e agência sobre o território, transformando o Santa Branca em um espaço de disputa, sobrevivência e produção de novas territorialidades

1.1 Histórico e Evolução Urbana do Bairro Santa Branca

Eu to aqui tem 10 anos (...) eu moro no Heliópolis (...) eu moro sozinha. Hoje em dia sim, graças a deus (...) hoje em dia na semana eu venho mais cedo. Eu venho assim sete e fico até meia noite estourando. Eu fico mais nisso. Mas quando é no fim de semana eu fico até um pouco mais tarde, mas não tão tarde quanto antes. Porque antigamente eu conseguia sustentar até de manhã. Mas hoje em dia não. Hoje em dia eu to mais tranquila. To indo pra casa cedo.²

O bairro Santa Branca, situado na regional administrativa da Pampulha, em Belo Horizonte, tem sua origem diretamente vinculada ao processo de expansão urbana da capital mineira ao longo da segunda metade do século XX. Inicialmente caracterizada por grandes lotes e predominantemente destinada ao uso rural, a região passou por um processo gradual de parcelamento do solo, impulsionado pelo crescimento demográfico e pela intensificação da demanda habitacional, sobretudo a partir da década de 1970. Nesse período, políticas públicas voltadas à ocupação das áreas periféricas da cidade fomentaram a urbanização de setores antes considerados marginais, consolidando a formação de bairros como Santa Branca. A oficialização do bairro ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, acompanhando o ritmo acelerado da expansão da zona norte de Belo Horizonte.

Entretanto, ainda que o reconhecimento formal do bairro remonte às décadas finais do século XX, as dinâmicas sociais que o atravessam, notadamente aquelas relacionadas à prostituição e à ocupação de espaços públicos por sujeitos historicamente marginalizados, remontam a períodos anteriores, desde os primórdios da constituição da capital mineira em 1897. A cidade, enquanto sistema urbano dotado de materialidade, organiza-se por meio de elementos estruturantes como ruas, avenidas, becos, muros e demais dispositivos que operam tanto como espaços de comunicação quanto de segregação. Essa configuração territorial estabelece fronteiras simbólicas e práticas que normatizam o uso dos espaços, determinando quem pode ocupar determinados territórios, em quais circunstâncias, e sob quais códigos de conduta.

Assim, a emergência de territórios de prostituição em bairros como o Santa Branca não pode ser compreendida de forma dissociada da lógica de organização da cidade, que, ao mesmo tempo em que inclui e conecta, também exclui e disciplina. A espacialização da prostituição, portanto, inscreve-se em disputas mais amplas sobre os sentidos do urbano, os usos legítimos da cidade e o direito à circulação e à permanência de corpos dissidentes em espaços públicos.

² Trecho do relato de B*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

A cidade nunca é a mesma para duas pessoas diferentes. Cada uma tem a sua, cada uma a explica ou a canta de forma diversa. Como uma mãe generosa, ela abriga todas as diferentes manifestações e pessoas: ela é o lugar de todas as memórias, e, como não há uma única verdade, todas as memórias compõem a memória da cidade. (Carsalade, 2007, p. 7)

Com a expansão do centro urbano de Belo Horizonte ao longo da década de 1940, com a posse de Juscelino Kubitschek como prefeito de Belo Horizonte, um projeto modernizante e desenvolvimentista foi implementado. Alinhado às diretrizes do urbanismo moderno, o então prefeito idealizou a transformação da represa da Pampulha em um conjunto urbanístico que refletisse os valores estéticos, políticos e sociais da modernidade brasileira. Para a execução desse projeto, convocou o arquiteto Oscar Niemeyer, que ficou responsável por conceber um complexo paisagístico composto por edifícios emblemáticos como o Iate Clube, a Igreja de São Francisco de Assis, o Cassino da Pampulha e a Casa do Baile (Araújo, 2010)

As obras do conjunto foram iniciadas em 1945, e a região passou a ser concebida não apenas como espaço de embelezamento e afirmação arquitetônica, mas também como símbolo do lazer moderno, elemento que até então ocupava lugar periférico nas políticas urbanas. Apesar de situada fora do núcleo central da capital, a região da Pampulha recebeu vultosos investimentos públicos. Esses aportes não visavam apenas à realização do projeto paisagístico enquanto expressão simbólica de modernidade, mas também ao estímulo do adensamento urbano da zona norte da cidade, até então pouco ocupada (Carsalade, 2007).

A implantação do complexo urbanístico da Pampulha e a abertura da Avenida Antônio Carlos, então denominada Avenida Pampulha, atuaram como vetores fundamentais para o crescimento da região, impulsionando a valorização fundiária, o parcelamento do solo e a expansão de novos bairros residenciais. Tal processo inaugurou um ciclo de reestruturação territorial que reposicionou a zona norte no mapa político e simbólico de Belo Horizonte, inserindo-a de modo estratégico no planejamento urbano da capital (Araújo, 2010). “Dizem que Juscelino não só deu o exemplo, como também facilitou muito a compra e a construção de novas casas na Pampulha, especialmente para amigos e formadores de opinião.” (Carsalade, 2007, p. 52).

O bairro Santa Branca nasceu a partir da fazenda conhecida como Engenho do Córrego do Nado, propriedade do ex-prefeito Américo Renée Gianetti. A ocupação do terreno teve início em 1950 com o loteamento dessa fazenda, mas manteve-se como área rural até a década de 1960. O bairro só recebeu o nome Santa Branca em 1972, quando foi oficializado. O nome "Santa Branca" possui conotações religiosas, seguindo uma tradição comum em Belo Horizonte

de nomear bairros com o prefixo "Santa" ou "Santo". Embora não haja registros oficiais que esclareçam a escolha específica desse nome (Prefeitura de Belo Horizonte, 2011).

Quando a fazenda Engenho do Córrego do Nado foi loteada, seguiu um padrão diferente daquele que caracterizou os bairros ao redor da lagoa da Pampulha. Os terrenos dos bairros na orla da lagoa tinham cerca de 1000m² cada um, já nos bairros da região da Pampulha, tinha cerca de 360m². Esses podiam ser comprados por uma população com menor poder aquisitivo, sendo comum os compradores ganharem o material de construção como incentivo para aquisição do lote (Prefeitura de Belo Horizonte, 2011).

O crescimento demográfico verificado a partir da década de 1970 e de sua oficialização pela regulação urbana municipal, viabilizou a implantação de bancos, redes de supermercados e comércio diversificado visando atender à demanda habitacional crescente.

Enquanto desde 1976 as sucessivas legislações urbanísticas reforçavam o uso residencial unifamiliar à beira do lago, permitindo somente ele, leis eram mais permissivas nos bairros mais periféricos. Assim, sob a égide da preservação ambiental, com uso e ocupação altamente restringidos, os bairros à volta da lagoa reforçavam o enclave urbano de lotes grandes e de alto valor, distintos daqueles que se verificavam na ocupação do Vetor Norte. Assim surgiram, na década de 1960, o bairro Bandeirantes em continuidade ao São Luiz e, do outro lado da lagoa, em direção ao norte, o Santa Amélia e o Santa Branca, e, posteriormente, em celebração ao mar de Minas – por que não? -, aqueles com nomes de praias famosas: Copacabana, Leblon, Ipanema, Itapoã, Flamengo, Lagoa... (Carsalade, 2007, p. 69).

A região teve uma configuração urbana diferente da Pampulha, pois foi aprovada sem a legislação elitista que determinou o padrão de construção nos bairros da orla da lagoa. “A Pampulha era propositalmente elitista, pois era isso que a fazia atrativa e que fazia correr dinheiro, como era seu intento.” (Carsalade, 2007, p. 53). Além disso, com a ampliação das vias de acesso à regional e do transporte público, uma população diversificada, de média e baixa renda, foi atraída para essa área. Muitas dessas áreas ainda não contavam com serviços de infraestrutura, como rede de água, luz e esgoto, sendo a região ocupada lentamente. Essas e outras transformações chegaram aos poucos àquelas antigas fazendas da Pampulha (Prefeitura de Belo Horizonte, 2011). “Começava o povoamento das regiões um pouco mais afastadas da lagoa, em torno dos primeiros bairros que se estabeleceram às suas margens” (Carsalade, 2007, p. 54).

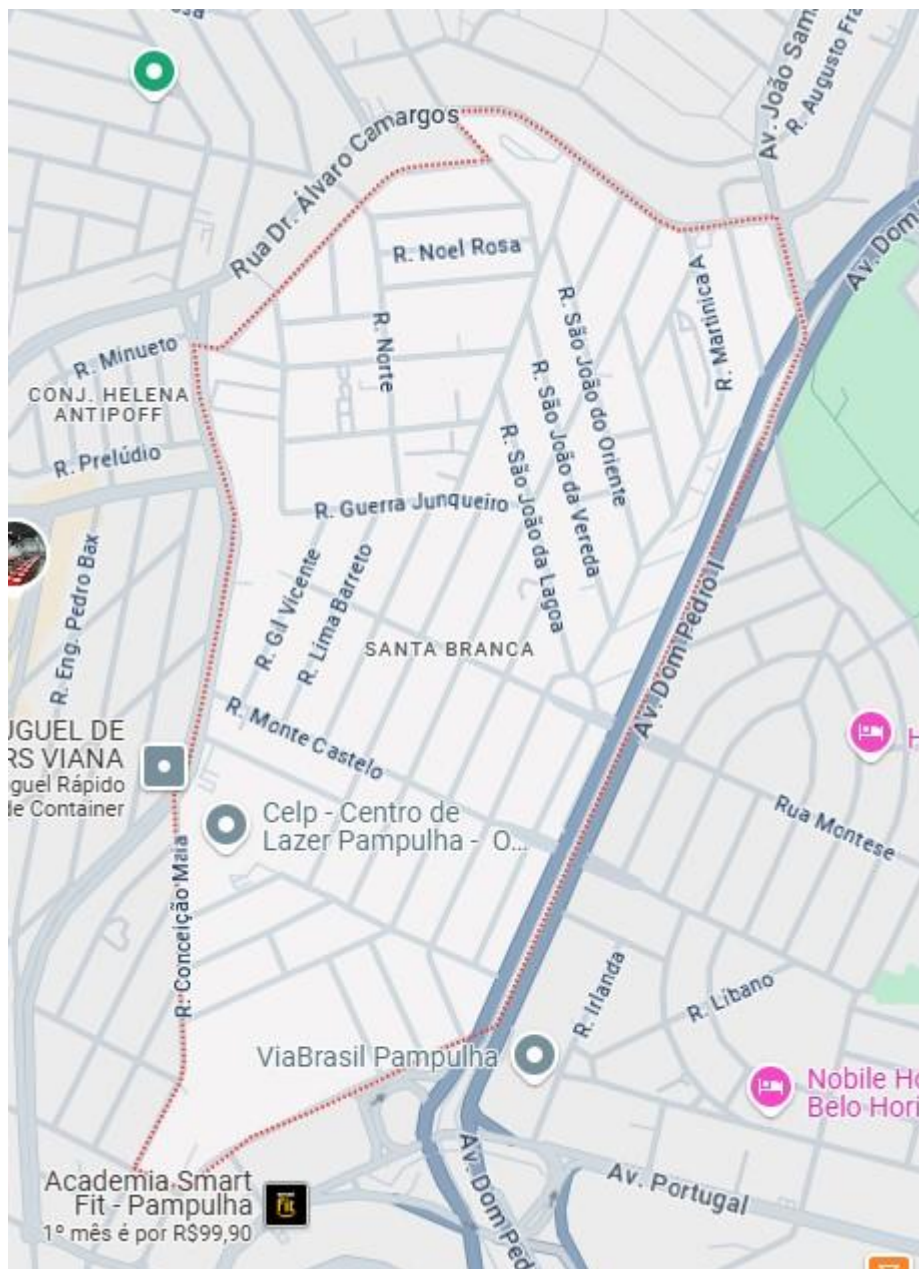
Essa configuração foi profundamente alterada a partir da década de 1990 com a intensificação da urbanização e, sobretudo, com a implementação de grandes empreendimentos viários. O bairro Santa Branca, nesse contexto, transformou-se em uma zona de transição entre áreas residenciais consolidadas e áreas de ocupação popular, sendo marcado por um mosaico

urbano heterogêneo, onde coexistem condomínios fechados, conjuntos habitacionais e terrenos remanescentes de glebas desmembradas.



Figura 2 Praça da Saudade, bairro Santa Branca 1992. Fonte: Acervo APCBH. Fundo ASCOM

A partir dos anos 2000, as políticas de requalificação urbana e infraestrutura impactaram significativamente o bairro. Projetos como a Linha Verde, via expressa que liga o centro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional de Confins, atravessam a região, promovendo alterações profundas no tráfego, na ocupação do solo e no perfil socioeconômico dos moradores. Além disso, a implantação da Estação de Integração BRT Pampulha, parte do sistema de mobilidade urbana associado à Copa do Mundo de 2014, ocasionou a desapropriação de terrenos, o aumento do fluxo de pessoas e uma reconfiguração dos usos urbanos no entorno da Avenida Pedro I, eixo estruturador da região (Souza, 2020).



Mapa 1 Delimitação espacial do bairro Santa Branca - Fonte: Google Maps

Essas transformações não foram isentas de conflitos. A valorização imobiliária decorrente dos investimentos públicos em infraestrutura resultou na expulsão progressiva de populações de baixa renda e no tensionamento de espaços públicos e privados. A lógica de reestruturação urbana, ancorada na racionalidade mercadológica do planejamento neoliberal, contribuiu para a fragmentação socioespacial e para o agravamento de desigualdades no acesso à moradia, à mobilidade e à segurança.

A cidade pode ser compreendida como o lócus privilegiado de tensões e conflitos, espaço onde se materializam disputas simbólicas, políticas e territoriais em torno do direito à

ocupação, à circulação e à permanência. Nesse cenário, a região do bairro Santa Branca consolidou-se como um território marcado por formas de trabalho informal, com destaque para a presença histórica da prostituição. A atividade é exercida tanto por mulheres cisgênero quanto, de forma significativa, por travestis e mulheres transexuais, especialmente nas imediações do Viaduto Montese, da Praça da Saudade e dos acessos à Linha Verde.

Destaca-se, nesse contexto, uma espacialidade delimitada por aproximadamente quatro quarteirões, situados entre as ruas Teles de Menezes, Antero de Quental, Monte Castelo, Monte Cassino e a Avenida Montese. Essa configuração territorial revela uma ocupação marcada por múltiplos usos, residencial, comercial e de sociabilidade noturna, evidenciando a coexistência de práticas urbanas heterogêneas que, muitas vezes, entram em conflito com padrões normativos e expectativas de ordenamento urbano.

1.2 Da Zona ao Bairro

(...) tem um que vai voltar aqui agora (...) ele é bonitinho (...) na hora que eu ia entrar no caro, ele “entre ai”. Ai eu (...) ele “vc é trans?” Eu “sim amor, eu so”. Ele “ai, eu vou dar uma volta” Eu “tá bom” (...) ai que ódio! Se eu tivesse a voz, não precisava nem perguntar né.³

A cidade constitui uma ambiência espaço-temporal na qual se entrelaçam os cotidianos de uma multiplicidade de sujeitos, ao mesmo tempo em que se configura como espaço de concretização de distintas perspectivas urbanísticas e sociopolíticas. Entre essas dinâmicas que moldam o uso e a significação dos espaços urbanos, destaca-se a presença histórica da prostituição, prática que remonta à própria fundação de Belo Horizonte, em 1897. Embora tenha coexistido desde os primórdios da capital mineira, o projeto urbanístico moderno que deu origem à cidade não contemplou espaços específicos para o exercício dessa atividade, revelando uma tentativa de ocultamento institucional daquilo que, embora recorrente, era socialmente marginalizado. A ausência de previsão formal para a prostituição no desenho urbano inaugural evidencia, assim, as tensões entre o ordenamento moral pretendido e as práticas concretas que, desde então, disputam e reconfiguram os usos legítimos do espaço público (Passos, 2023).

Ao longo do tempo, a cidade tem sido objeto de análise de distintos campos disciplinares, os quais oferecem interpretações que refletem não apenas abordagens metodológicas específicas, mas também transformações teóricas e epistemológicas ocorridas no interior dessas áreas do saber. Nesse contexto de múltiplas leituras e disputas sobre os

³ Trecho do relato de O*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

sentidos do urbano, a prostituição emerge como uma prática historicamente presente, cuja regulação espacial operou, sobretudo, por meio da lógica do confinamento (Araújo, 2010). Como alternativa à sua invisibilização, adotou-se, desde os primeiros anos da capital mineira, a estratégia de concentrar as prostitutas em estabelecimentos específicos, bordéis e cabarés, situados em regiões previamente delimitadas e comumente denominadas “zonas”. Em Belo Horizonte, essa zona foi localizada nas partes mais baixas do perímetro urbano, o que facilitava tanto a vigilância sanitária quanto o controle policial, ao mesmo tempo em que restringia a circulação social dessas mulheres, removendo-as das áreas de visibilidade e trânsito cotidiano da população dita “respeitável”. (Passos, 2023).

Observa-se que tais abordagens não divergem apenas em razão da multiplicidade de olhares que incidem sobre o fenômeno urbano, mas também em decorrência das reconfigurações conceituais que operam no interior de uma mesma disciplina, frequentemente impulsionadas pelo diálogo interdisciplinar e pelas transformações sociais que atravessam o tempo histórico. Nesse sentido, a compreensão da prostituição como prática urbana também sofreu deslocamentos interpretativos, os quais refletem, em parte, os conflitos entre normas morais, regulação institucional e dinâmicas espaciais.

A partir da segunda metade da década de 1910, intensificaram-se as manifestações de descontentamento por parte de moradores da região central de Belo Horizonte, os quais passaram a reivindicar, com maior veemência, o afastamento das prostitutas das vias públicas. O argumento dominante repousava na ideia de inadequação da chamada “exposição pública” dessas mulheres, cuja circulação fora dos cabarés era socialmente reprovada. Esses estabelecimentos fechados eram concebidos como os únicos espaços “legítimos” à sua permanência, de modo que sua presença nos espaços abertos da cidade como ruas, praças e calçadas, passou a ser percebida como uma afronta à moral urbana e uma ameaça à higienização simbólica do espaço público (Passos, 2023).

Nesse horizonte analítico, ganha relevância o modo como o poder público buscou, historicamente, normatizar e controlar o exercício da prostituição em Belo Horizonte. Em 1927, por meio do Decreto nº 8.068, de 12 de dezembro, instituiu-se a Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos, conhecida como Delegacia de Costumes. A norma também criou o Serviço de Legitimação das Meretrizes, responsável pelo registro formal de 733 prostitutas na capital, o que representou uma etapa significativa de institucionalização da vigilância sobre essas mulheres. No ano seguinte, em 1928, foi iniciado o chamado “Registro do Meretrício”, consistente na abertura de prontuários de cada mulher identificada como prostituta. Tal prática de fichamento policial visava não apenas à sistematização do controle estatal, mas também à

intimidação e à estigmatização moral dessas mulheres, então rotuladas como “mulheres públicas”, categoria que, à época, carregava conotações de desvio, marginalidade e ameaça à ordem urbana (Passos, 2023).

A Delegacia de Costumes visando a ampliação dos mecanismos de disciplinamento social editou, ainda nesse período, uma portaria que estabelecia regras comportamentais estritas às meretrizes em espaços públicos. O ato administrativo objetivava normatizar a presença e a conduta das prostitutas no tecido urbano, instituindo limites claros entre o permitido e o proibido, o moral e o imoral, o público e o privado. Tal regulamentação, assentada em uma lógica de controle dos corpos femininos dissidentes, inscrevia-se em uma política urbana excludente, voltada à contenção dos sujeitos considerados “indesejáveis” nos espaços de circulação legitimada (Andrade; Teixeira, 2004) (Passos, 2023).

Como desdobramento dessa racionalidade higienista, o delegado responsável pela unidade propôs a transferência da zona de prostituição para uma região mais periférica da cidade, fora do perímetro valorizado do núcleo urbano. A proposta revela não apenas a intenção de controle da atividade sexual em si, mas a tentativa deliberada de reprimir sua visibilidade, removendo-a dos espaços centrais e simbólicos da capital. Trata-se, portanto, de uma política de ocultamento social que, ao reposicionar espacialmente as práticas consideradas desviantes, reforçava os mecanismos de segregação territorial e moral no ordenamento da cidade (Passos, 2023).

A etapa inicial deste recorte temporal é caracterizada pela predominância quase absoluta da prostituição feminina. Trata-se de uma configuração em que a presença pública das mulheres prostitutas era, ao mesmo tempo, tolerada e regulada, desde que confinada a espaços específicos. Nesse contexto, eram escassas as referências à homossexualidade, e ainda mais raras as menções à prostituição masculina. Conforme apontam Andrade e Teixeira (2004), um dos raros registros disponíveis data de 1928, quando estatísticas policiais indicaram a prisão de 14 indivíduos identificados como “pederastas”. Tais dados, contudo, não foram acompanhados de maiores esclarecimentos sobre o contexto dos fatos ou sobre a tipificação jurídica atribuída a essas prisões.

Entre as décadas de 1930 e 1960, os registros oficiais e administrativos mantiveram-se praticamente restritos à prostituição feminina, sem qualquer menção à existência de casas ou pontos específicos de prostituição masculina. (Andrade; Teixeira, 2004). Essa invisibilidade evidencia, por um lado, a negação institucional da diversidade sexual e de gênero, e, por outro, o apagamento social das práticas dissidentes da heteronormatividade, reafirmando o

enquadramento moral e normativo que então orientava as políticas de controle urbano e de segurança pública.

No mesmo período, entre as décadas de 1940 e 1960, a prostituição expandiu-se da região da Rua Guaicurus, que permanece, até os dias atuais, como referência desta prática, para bairros limítrofes, como Lagoinha e Bonfim. Nas palavras de Araújo (2010, p. 73), “esses bairros eram aglomerações humanas justamente consideradas a suburra da futura cidade. Suburra significa bairro a que se relegam bordéis e casas de prostituição”. Tal deslocamento espacial não implicou uma ruptura com a centralidade da atividade, mas representou uma adaptação ao processo de crescimento urbano e às crescentes pressões sociais.

Nesses novos territórios, a prostituição passou a coexistir com áreas predominantemente residenciais, diferentemente do que ocorria na região central, onde os estabelecimentos comerciais encerravam suas atividades à noite, cedendo espaço aos cabarés. A convivência direta com a população residente gerou tensões e desconfortos (Passos, 2023). “Um artifício muito utilizado nas cidades do interior foi colocado em prática na Lagoinha e Bonfim: a luz vermelha nas portas das casas de prostituição para diferenciá-las das residências familiares” (Andrade; Teixeira, 2004, p. 145). Tais dinâmicas revelam os conflitos de uso do solo urbano e a fragilidade das mediações entre o ordenamento territorial e os valores morais predominantes.

Não obstante a escassez de registros sobre a presença de pessoas trans e travestis na cena urbana de Belo Horizonte durante o período em questão, uma figura emblemática se destaca: “José Arimatéia Carvalho da Silva”, amplamente conhecida como Cintura Fina. Oriunda do estado do Ceará, chegou à capital mineira em 1953 e passou a frequentar a zona boêmia da cidade, especialmente o bairro Lagoinha, à época um dos principais centros da vida noturna e da sociabilidade marginalizada. Embora não haja consenso quanto ao exercício da prostituição por parte de Cintura Fina, é certo que sua atuação no espaço urbano transcendeu essa atividade. Sua presença marcante na cena cultural e sua performance pública de gênero contribuíram para tensionar as normas morais e sexuais da cidade, inscrevendo seu nome na memória afetiva e política das dissidências sexuais e de gênero em Belo Horizonte.⁴

A partir da década de 1970, Belo Horizonte passou a vivenciar um processo de descentralização e espraiamento da prostituição, com a ocupação de novos territórios urbanos por profissionais do sexo. Esse movimento expandiu a atividade para além da tradicional região central, alcançando inclusive bairros considerados nobres, como Mangabeiras, trechos da

⁴ Para maiores informações sobre a trajetória de Cintura Fina, ver: MORANDO, Luiz. Enverga, mas não quebra: Cintura Fina em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora O Sexo da Palavra, 2021.

Avenida Afonso Pena e da região da Savassi, bem como áreas periféricas, como o bairro Santa Branca e região da Pampulha já formalmente constituída. Nesse novo cenário, a prática da prostituição, até então marcada predominantemente pela presença de mulheres cisgênero em espaços “moralmente toleráveis”, passou a incorporar também a prostituição masculina e a de pessoas trans, em especial travestis e mulheres transexuais (Passos, 2023).

As travestis, em especial, enfrentavam maiores obstáculos para o exercício da prostituição. Muitos motéis e hotéis de alta rotatividade impunham restrições ao seu ingresso, sob o argumento de que seriam figuras “indesejáveis” ou associadas a possíveis “problemas”. Essa recusa institucional somava-se à estigmatização social que incidia sobre seus corpos, o que resultava na necessidade de adaptação a territórios urbanos menos controlados ou visíveis. No espaço urbano, essa marginalização se intensificava: os próprios clientes, receosos de serem vistos em companhia de travestis, preferiam iniciar o contato em locais anônimos, pouco movimentados e fora das zonas residenciais. Tal deslocamento revela o entrelaçamento entre normas sociais, espacialidades urbanas e dispositivos de regulação moral que atuam sobre os corpos e as sexualidades dissidentes. A cidade, nesse sentido, conforma-se também como espaço de controle, resistência e negociação simbólica de identidades subalternizadas (Passos, 2023).

A consolidação do bairro Santa Branca como ponto de prostituição está associada a fatores como sua localização estratégica e a presença de motéis, que favoreceram a permanência dessa prática ao longo do tempo. Em consulta à Hemeroteca Histórica de Belo Horizonte, foi possível localizar reportagens em periódicos como o *Diário de Minas*, *Jornal de Minas* e *Diário da Tarde*, com menções diretas ao bairro, notadamente à Rua Teles de Menezes e à Avenida Montese. As matérias, datadas de 1983, 1985 e 1987, utilizam termos como "travestis" e "tarado", o que evidencia não apenas a presença de corpos dissidentes naquele território, mas também a forma como tais presenças foram historicamente representadas na mídia.

O comércio de sexo, principalmente de mulheres e travestis, também se expande, nesse último período, para a região norte da cidade, próximo à lagoa da Pampulha. Isso pode ser explicado em parte pelo acentuado crescimento dessa região nos últimos 30 anos e pela grande quantidade de antigos motéis. O lugar reúne um grande número de prostitutas mulheres e travestis das mais variadas idades e com diversos tempos de inserção na prostituição. (Andrade; Teixeira, 2004. p. 151).

Andrade e Teixeira (2004) destacam, com base em entrevistas realizadas com profissionais do sexo, que havia uma segmentação espacial entre as travestis na região Centro-Sul de Belo Horizonte, especialmente no que se refere à hierarquização estética e à disputa por territórios de maior valorização simbólica. Segundo os relatos, as travestis consideradas mais

“bonitas” ocupavam os pontos de prostituição mais valorizados, situados nas imediações da Savassi, enquanto aquelas pejorativamente denominadas “assombrosas” permaneciam no hipercentro da capital, a poucos quarteirões do denominado “quadrilátero da zona”. Por sua vez, as travestis que atuavam nas proximidades do bairro Bonfim costumavam se posicionar em frente a hotéis e casas de prostituição localizadas na Rua Paquequer, dividindo o espaço com prostitutas mulheres cisgênero. Essa configuração revelava uma estratégia deliberada de inserção no território já reconhecido como espaço de prostituição feminina, com o intuito de evitar a estigmatização social direta e conferir certa legitimidade à presença das travestis nesses locais (Passos, 2023).

Dinâmicas semelhantes àquelas observadas na região central de Belo Horizonte também podem ser verificadas no bairro Santa Branca, onde travestis e mulheres transexuais compartilham os espaços de prostituição com mulheres cisgênero, ainda que estas últimas em número significativamente reduzido. Durante o trabalho de campo realizado pelo pesquisador, constatou-se a presença de apenas duas mulheres cisgênero atuando nos quarteirões que compreendem o território do bairro Santa Branca. Ambas relataram exercer atividades naquele local há mais de três décadas, demonstrando um vínculo duradouro com a região.

As demais mulheres cisgênero que atuam como profissionais do sexo concentram-se majoritariamente na orla da Lagoa da Pampulha, especialmente nas imediações do chamado Motel 44. Nessa localidade, observa-se uma inversão da dinâmica registrada no Santa Branca: durante as incursões de campo, identificaram-se apenas duas mulheres trans no entorno do motel, sendo que uma delas relatou exercer atividade constante naquele ponto, enquanto a outra apenas o frequenta esporadicamente.



Figura 3 Foto do Motel 44 - Feita pelo pesquisador

Os relatos das trabalhadoras sexuais também contribuíram para a compreensão das dinâmicas sociais que marcam o bairro, permitindo observar como os territórios são ocupados, disputados e resignificados conforme as identidades de gênero, o tempo de permanência no local e os marcadores sociais que estruturam a experiência urbana da prostituição.

(...) antigamente a prostituição tinha caixas. A gente tinha que ter um padrão, tipo assim né. Para você prostituir na Pampulha antigamente, só prostituía quem tinha próteses. Independente se era silicone normal ou se era industrial, querida. Não interessava da onde era. Você tinha que ter peito. Era peito e pau. Sempre foi assim. Quanto mais feminina, mais você batia ponto na Pampulha. As que não tinha próteses, nem tinha silicone industrial caía para outras bandas, ou para Montese lá em baixo ou Vilarinho. Eu caí na Vilarinho, que eu não tinha próteses ainda. No dia que foi colocar isso ne mim, eu falei “Deus me livre. Eu não sou cavalo. Não vou”. (...) Montese e Monte Castelo era só as que tinha silicone. As mais padrão feminina. Cê olhava... quanto mais feminina mais elas ficavam ali, mais elas batia ponto⁵.

A trajetória do bairro Santa Branca revela-se marcada por um conjunto de práticas jurídicas, políticas e sociais que produziram e reforçaram processos de desigualdade e discriminação voltados especialmente aos corpos trans que ali circulam. O espaço urbano, nesse contexto, não se apresenta como neutro, mas como cenário de tensões e disputas morais que atravessam as dinâmicas de gênero, sexualidade e classe.

1.3 Conflitos e Disputas pelo Território Urbano

Meus clientes são de todos os lugares (...) Belo Horizonte inteira. Até de Lagoa Santa têm. Porquê um ou outro comenta né. Mas têm lá dá zona sul. Porquê quando eu tinha o ponto na zona sul, eu trabalhava lá. (...) aliás o que eu vim atender hoje era que me conheceu lá. Hoje ele tá fazendo 21 anos casado, mas ele veio primeiro fazer o programa (...) ele me conheceu solteiro e já tem 21 anos que ele é casado, e tem uma filha que já é moça (...) ele sente uma culpa na cabeça. Porquê antes ele vinha do trabalho pra cá. Agora não, agora ele trabalha na onde ele mora e aí ele tem que arrumar uma desculpa pra sair. Ele já tem mais de 60 anos, mas vem fazer o programinha (...) ele me conheceu lá na zona sul, sabe a região do Diamond (...) lá é que era bom (...)⁶

O traçado das ruas, a disposição das habitações, a localização dos monumentos e das edificações públicas constituem, em conjunto, uma espécie de escrita arquitetônica da cidade, uma linguagem que pode ser lida em diferentes níveis temporais. Tal leitura pode assumir um viés sincrônico, ao refletir os modos de habitar e de se apropriar do espaço urbano no tempo presente; ou, alternativamente, pode ser lida de forma diacrônica, ao permitir a decifração das camadas históricas que se sobrepõem e coexistem na configuração urbana (Araújo, 2010).

A leitura diacrônica da cidade revela como as temporalidades distintas se imbricam no território, possibilitando, por exemplo, o convívio entre o antigo e o moderno, o passado e o presente, seja na permanência de estruturas físicas, como residências e edificações, seja nos modos de vida de determinados grupos sociais e bairros. Importa destacar que os sujeitos que habitam a cidade são também agentes de sua reescrita cotidiana. Ainda que tais transformações,

⁵ Trecho do relato de L*, agente redutora de danos do programa BH de mãos dadas contra AIDS.

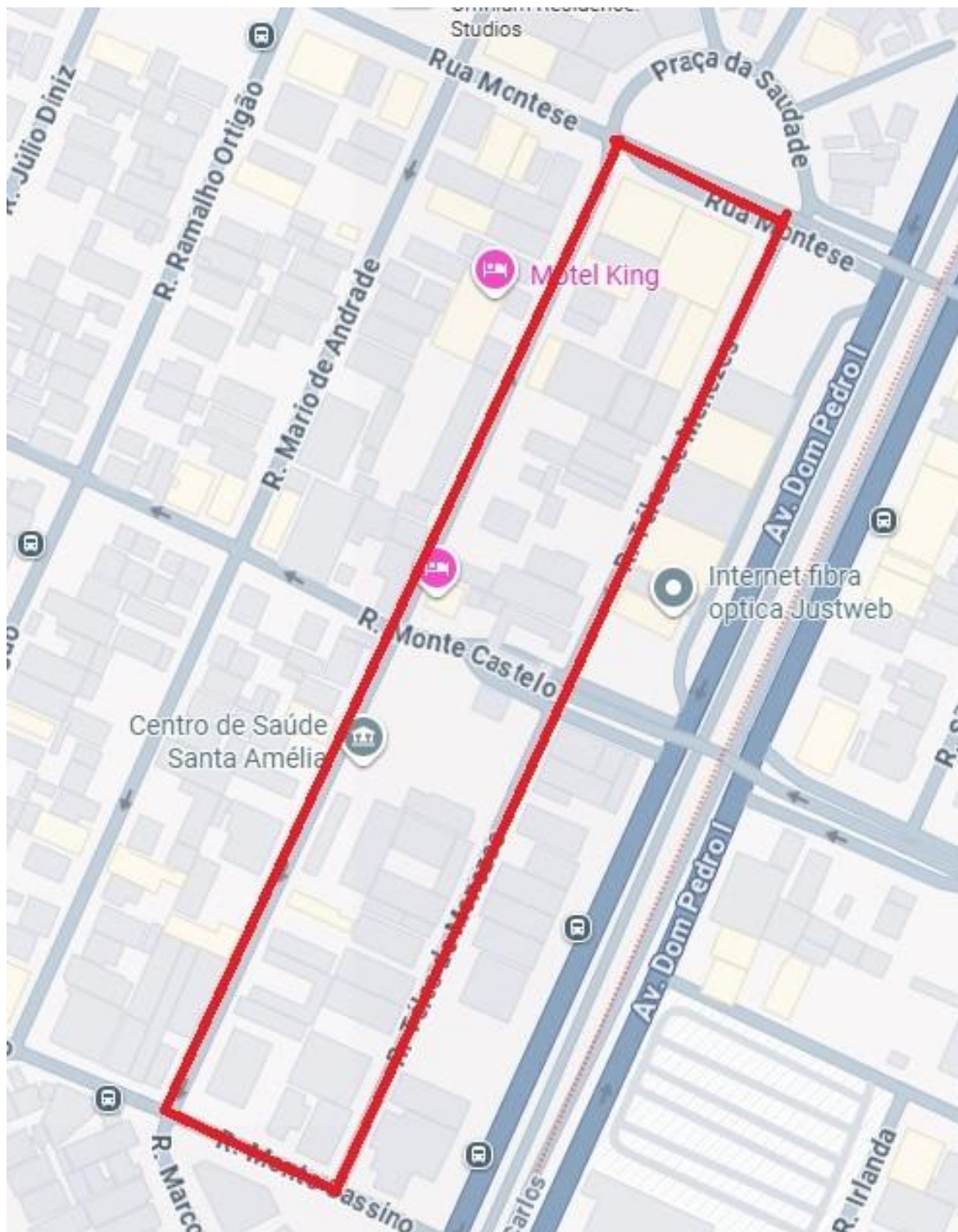
⁶ Trecho do relato de C*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

por vezes, se deem de forma imperceptível no intervalo de um dia para o outro, tornam-se visíveis ao longo do tempo: imóveis outrora valorizados podem ser convertidos em espaços deteriorados e marginalizados; casarões que abrigaram elites podem transformar-se em moradias coletivas; e zonas outrora consideradas nobres podem perder valor imobiliário, passando a integrar territórios estigmatizados pela desvalorização econômica e pelo abandono institucional (Araújo, 2010).

A espacialidade urbana do bairro Santa Branca, situado na região da Pampulha, em Belo Horizonte, ilustra de forma exemplar as tensões socioespaciais e os conflitos de uso que permeiam a organização das cidades contemporâneas. Trata-se de um território marcado por uma notável diversidade de agentes sociais, cujos modos de ocupação e apropriação do espaço urbano frequentemente se sobrepõem, colidem ou disputam legitimidade entre si.

O bairro abriga uma expressiva concentração de motéis e é reconhecido, há décadas, como um dos principais pontos de prostituição de travestis, mulheres transexuais e, em menor número, de mulheres cisgênero. A presença dessas trabalhadoras do sexo se manifesta principalmente nos quatro quarteirões delimitados pelas ruas Teles de Menezes, Antero de Quental, Monte Castelo, Monte Cassino e Avenida Montese, onde se observam práticas de trabalho informal que desafiam as normatividades morais e espaciais tradicionalmente atribuídas ao bairro de perfil residencial.

O território compreendido no bairro Santa Branca, identificado como espaço onde se concentra a atividade de prostituição, está representado no mapa a seguir. As linhas vermelhas destacam os limites aproximados da área, demarcando a localização dos motéis e os principais pontos de circulação das trabalhadoras sexuais, mulheres cis, trans e travestis, que atuam na região.



Mapa 2 Delimitação espacial das ruas onde se concentram as atividades de prostituição no bairro Santa Branca – Marcações feitas pelo pesquisador. Fonte: Google Maps

Esse espaço, contudo, não é ocupado exclusivamente pelas profissionais do sexo. Ao contrário, nele também se encontram instituições religiosas de distintas matrizes, como o Santuário da Pampulha, a Igreja Batista Reformada de Belo Horizonte, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e a Igreja Nossa Senhora do Sagrado Coração. Soma-se a essa

configuração a presença do Centro de Saúde Santa Amélia e da Creche Pequeno Alexandre, este último localizado em frente aos motéis e às áreas de prostituição, o que acentua ainda mais os conflitos simbólicos e normativos acerca do “uso legítimo” do espaço urbano. A proximidade entre esses equipamentos públicos, instituições religiosas e o exercício da prostituição explicita a complexidade da coexistência de dinâmicas sociais distintas em um mesmo território. Estes atores serão melhor retratados no próximo capítulo.

A presença constante de forças policiais e de usuários de drogas também compõe esse cenário multifacetado. Historicamente, o bairro abrigou ainda o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), o que reforça a sobreposição de práticas de vigilância e repressão institucionalizadas. O cenário revela, assim, a existência de uma disputa contínua por legitimidade no uso dos espaços urbanos, na qual o pertencimento, o valor moral e a identidade dos sujeitos tornam-se critérios tácitos de exclusão ou de reconhecimento.

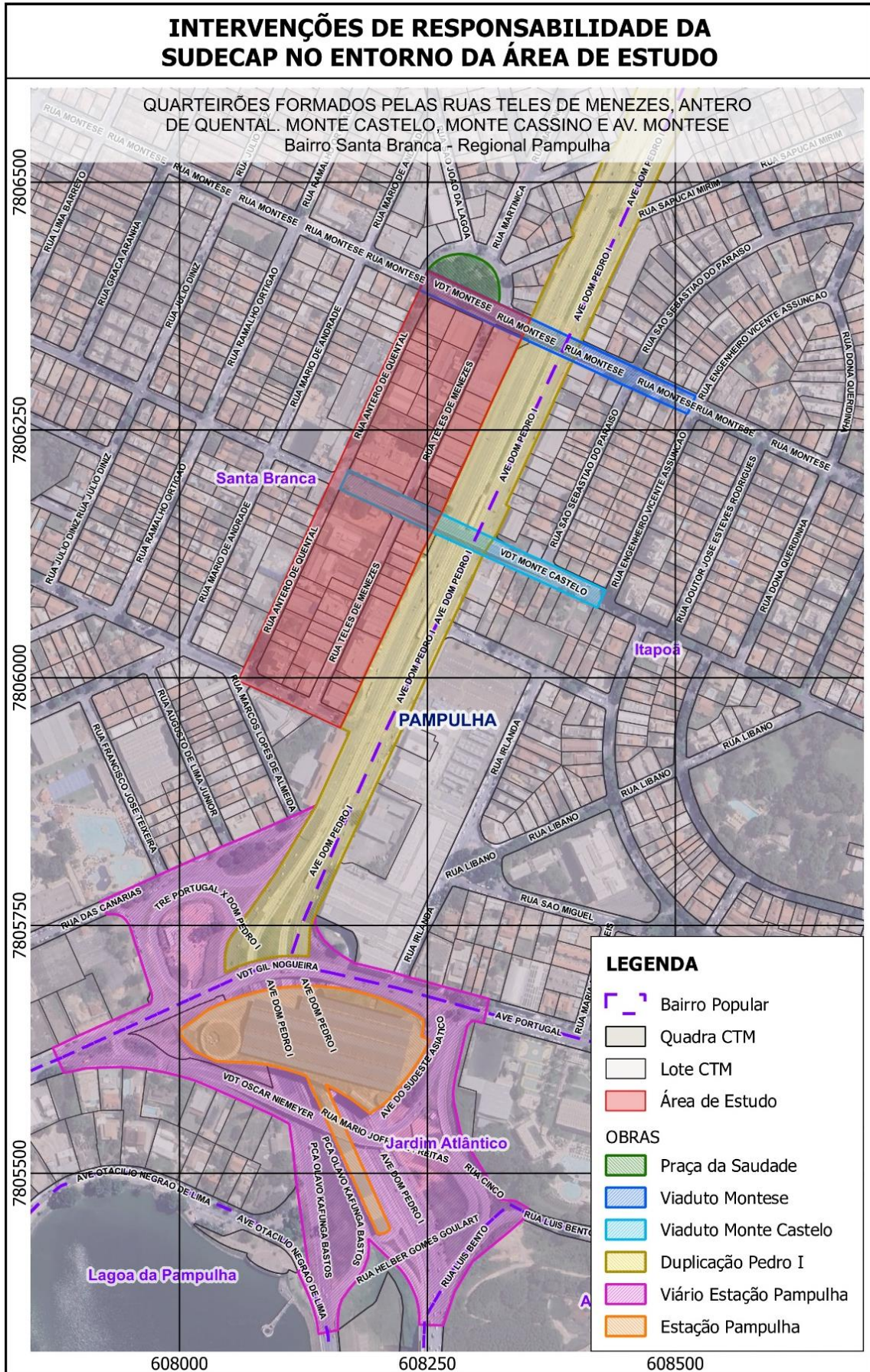
Apesar da proximidade com o complexo da Pampulha, que inclui equipamentos urbanos como o Estádio Mineirão, o Ginásio Mineirinho, o Zoológico e demais áreas de lazer e turismo, o bairro Santa Branca apresenta infraestrutura recreativa limitada, contando com apenas uma praça, Praça da Saudade e dois clubes. Essa escassez de equipamentos públicos de convivência contribui para o adensamento de dinâmicas urbanas informais, como o exercício da prostituição em vias públicas, o que, por sua vez, intensifica os conflitos entre os diferentes grupos que coabitam o território.

A intensificação das obras de infraestrutura urbana realizadas no contexto da Copa do Mundo da FIFA de 2014, como a construção da Linha Verde, da Estação de Integração BHBus Pampulha, a duplicação da Avenida Antônio Carlos e a interligação das Avenidas Montese e Anuar Menhen, provocou um processo de reconfiguração do bairro. A região passou a ser vista como espaço de oportunidades e valorização imobiliária, com a consequente pressão sobre os usos considerados “indesejáveis” ou incompatíveis com o novo imaginário de cidade “moderna” e “ordenada”.

As obras de reestruturação viária e urbana executadas no bairro Santa Branca, inseridas no contexto de preparação da cidade de Belo Horizonte para a Copa do Mundo da FIFA de 2014, foram conduzidas sob a responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), autarquia municipal incumbida da execução do plano de obras do Município. Os empreendimentos estiveram formalmente vinculados a três contratos administrativos: os contratos SC-009/11 e SC-010/11, firmados com a Construtora Cowan S.A., e o contrato SC-160/12, celebrado com o Consórcio Conata-Marins-MAB-Beltrão.

O escopo das intervenções realizadas no bairro abrangeu um conjunto expressivo de obras de infraestrutura e mobilidade urbana, com destaque para: a revitalização da Praça da Saudade; a construção dos viadutos Montese e Monte Castelo; a duplicação da Avenida Dom Pedro I, no trecho compreendido entre a Avenida Portugal e a Avenida Dr. Cristiano Guimarães; a implantação da Estação de Integração BRT Pampulha; a construção dos viadutos A e B da Avenida Portugal; além de diversas intervenções viárias no entorno da referida estação.

Tais empreendimentos, embora inseridos em um discurso oficial de modernização urbana e melhoria da mobilidade, impactaram significativamente a dinâmica local do bairro, especialmente no que tange às transformações territoriais, à valorização imobiliária e à intensificação dos conflitos sociais em razão da reconfiguração dos usos e significados do espaço público. A magnitude das obras, ao promover uma requalificação da infraestrutura urbana, intensificou também os processos de expulsão simbólica e material de sujeitos marginalizados, em especial das profissionais do sexo e das populações vulnerabilizadas, que passaram a enfrentar uma maior pressão por parte do poder público e de setores da sociedade civil que passaram a reivindicar o “reordenamento” moral e funcional do bairro.



Mapa 3 Obras realizadas no bairro Santa Branca. Elaborado por SUDECAP 2024.

O mapa mais completo da área em estudo encontra-se disponibilizado nos anexos deste trabalho, sob a designação Anexo 1. Tal documento cartográfico foi elaborado pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), no ano de 2024, e oferece uma representação detalhada das intervenções realizadas no bairro Santa Branca.

A elevada concentração de motéis no bairro Santa Branca, aliada à requalificação viária promovida pelas obras públicas iniciadas em meados da década de 2010, suscitou reações ambíguas por parte da comunidade local. Se, por um lado, a modernização da infraestrutura urbana ampliou o valor imobiliário da região e melhorou os acessos viários, sobretudo após a conclusão da Linha Verde, da Estação BRT Pampulha e da duplicação da Avenida Dom Pedro I, por outro, tal processo também favoreceu o adensamento da prostituição de rua, especialmente nas imediações dos motéis e dos principais eixos de circulação.

Esse novo arranjo urbano intensificou os conflitos de uso, em especial diante da tentativa de reafirmação identitária do bairro como espaço predominantemente residencial e "familiar". Nesse contexto, a presença visível e cotidiana de profissionais do sexo, notadamente travestis, mulheres trans e, em menor número, mulheres cisgênero, passou a ser vista, por setores da vizinhança, como um fator de desconforto e "desordem moral". Conforme apontou M*, ativista trans, *"é um espaço que permite um rápido descarte dos corpos"*⁷, numa crítica contundente ao modo como o território vem sendo funcionalizado para o trânsito rápido, o consumo sexual e a invisibilização social das trabalhadoras sexuais.

Relatos obtidos em trabalho de campo indicam que houve um aumento nas violências direcionadas às pessoas trans a partir de 2014, coincidindo com a conclusão das obras de reurbanização do bairro. Esse dado aponta para a possibilidade de que a valorização imobiliária e a redefinição do perfil socioeconômico da região tenham operado como mecanismos de exclusão indireta, ao intensificar a estigmatização e a vulnerabilidade dos sujeitos que destoam da normatividade hegemônica esperada para o espaço.

A complexidade do cenário gerado pelos conflitos territoriais em Santa Branca mobilizou, à época, diferentes órgãos do poder público, refletindo a gravidade e a transversalidade da disputa em curso. A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Diretoria de Políticas para a População LGBT e do Centro de Referência LGBT, passou a acompanhar a situação, atuando em defesa dos direitos e da integridade das pessoas travestis, transexuais e demais profissionais do sexo que atuam na região. No âmbito do sistema de justiça, destacou-se a atuação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, representado pelo Promotor de

⁷ Conversa tida com M*, ativista trans, nas dependências da extinta ONG Transvest, durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa, 2019.

Justiça Mário Konichi Higuchi Júnior, cuja intervenção contribuiu para dar visibilidade institucional às denúncias de violência, violação de direitos e tentativa de expulsão simbólica das trabalhadoras sexuais do espaço público.

A atuação articulada entre os entes municipais e o Ministério Público representa um marco relevante na mediação dos conflitos e na proteção de sujeitos historicamente marginalizados pelas políticas urbanas tradicionais. Esse episódio será aprofundado nos capítulos seguintes, ocasião em que se examinarão os desdobramentos jurídicos, administrativos e sociais decorrentes dessa intervenção institucional.

A complexidade das relações entre os distintos agentes presentes no bairro, moradores, comerciantes, profissionais do sexo, instituições religiosas, forças de segurança, usuários de serviços públicos e ativistas, revela um campo fecundo para a análise dos embates urbanos. O discurso espacial contrasta-se com o discurso político, levando o direito a se materializar em sua inevitável alocação no espaço (Philippopoulos-Mihalopoulos, 2017). O território emerge não apenas como local de convivência, mas como arena de disputas normativas e de conflitos sobre o que pode, ou deve, ser visível, legítimo ou permitido.

A repercussão midiática desses embates também revela os contornos simbólicos da disputa territorial. Em 2012, o *Jornal Alterosa* publicou reportagem alarmista sobre o bairro, descrevendo a presença da prostituição em área residencial como uma “*realidade aterradora para os moradores*”⁸ e criticando a suposta omissão da polícia frente à situação. A retórica empregada, ao dramatizar a convivência com a prostituição, contribui para reforçar o estigma social e alimentar demandas por repressão e "limpeza moral" do espaço urbano.

Importante destacar que, conforme apurado na pesquisa de campo, tema que será aprofundado nos capítulos seguintes, a prostituição exercida por mulheres trans, travestis e cis no bairro Santa Branca é histórica. Ainda que os conflitos com a vizinhança possam ser considerados recentes, as trabalhadoras sexuais ocupam esse território há mais de quarenta anos, como relatado por diversas profissionais e cafetinas que participaram do estudo. Essa presença prolongada revela não apenas a consolidação do Santa Branca como espaço de trabalho e sociabilidade destas profissionais do sexo, mas também sua dimensão histórica enquanto território de resistência e pertencimento.

A dinâmica de conflitos no território do bairro Santa Branca alcançou, em determinados momentos, níveis críticos de violência, sobretudo contra trabalhadoras sexuais trans e travestis. M.*, integrante da extinta Transvest, relatou que, em junho de 2017, uma travesti foi

⁸Disponível em: <<http://www.alterosa.com.br/programas/jornal-da-alterosa/exclusivo-prostituicao-e-uso-de-drogas-atroentam-moradores-do-bairro-santa-branca>>. Acesso em: 15 jun. 2023

assassinada na região, fato amplamente noticiado pela imprensa local, inclusive pelos jornais *Hoje em Dia*⁹ e *O Tempo*¹⁰.

Os episódios de violência não se restringiram a esse evento isolado. Em reportagem publicada pelo portal¹¹ *O Beltrano*¹², foram registradas, nos últimos meses de 2018, diversas denúncias de agressões físicas e psicológicas contra profissionais do sexo atuantes na região. As vítimas incluíam tanto mulheres cis quanto mulheres trans, sendo que, segundo os relatos colhidos, as agressões assumiam maior brutalidade quando direcionadas a pessoas transgênero. As denúncias mais graves envolviam ações perpetradas por agentes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), cuja atuação, embora formalmente voltada à proteção da população, teria se caracterizado por abusos, incluindo agressões verbais, uso indiscriminado de spray de pimenta e espancamentos com cassetetes.

Em meio a esse cenário, destaca-se a atuação da Pastoral Social do bairro Santa Branca, coordenada à época por Racine Antônio, que passou a desempenhar um papel mediador entre as trabalhadoras sexuais, os órgãos de segurança pública, o Ministério Público e os moradores da comunidade. A iniciativa visava estabelecer pontes de diálogo e garantir algum grau de proteção às profissionais vítimas de violência. No entanto, segundo depoimentos colhidos pela equipe do jornal *O Beltrano*, a resistência de parte dos moradores e, sobretudo, de setores da própria polícia, comprometeu a efetividade das ações conciliatórias.

Em resposta às denúncias públicas, representantes do BOPE afirmaram ao mesmo veículo de imprensa que haveria apuração interna e eventual expulsão de agentes comprovadamente envolvidos nas agressões. Também teria sido prometida, à época, a realização de uma reunião com o objetivo de debater a convivência e a tolerância no espaço urbano. Apesar disso, conforme relatado por Duda Salabert, fundadora da extinta Transvest, e hoje deputada federal (PDT), as tentativas de articulação direta com o batalhão e com lideranças comunitárias não obtiveram êxito, tendo sido frustradas pela falta de disposição para o diálogo por parte dos agentes envolvidos.

⁹ Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/mais-uma-travesti-%C3%A9-assassinada-em-belo-horizonte-1.493069>>. Acesso em: 15 jun. 2023

¹⁰ Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/travesti-%C3%A9-baleada-dentro-de-carro-e-morre-no-bairro-santa-branca-1.1481520>>. Acesso em: 15 jun. 2023

¹¹ O Beltrano é um site de jornalismo independente voltado à produção de reportagens aprofundadas sobre Belo Horizonte. Com foco em política, cultura, mobilidade urbana, direitos humanos e movimentos sociais, o portal busca retratar a cidade de forma crítica e plural, distante da abordagem da mídia tradicional. Tem posição editorial clara, combatendo o conservadorismo e qualquer forma de preconceito. Atua de forma colaborativa e defende o jornalismo com qualidade, ética e compromisso social. Para mais informações: <<https://badernanoticias.com.br/quem-somos/>>

¹² Disponível em: <<http://www.obeltrano.com.br/portfolio/bopeagrideprostitutasdobairrosantabranca/>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Os eventos descritos revelam não apenas a fragilidade das garantias institucionais para sujeitos em situação de vulnerabilidade, mas também a permanência de dispositivos morais e políticos que, sob o verniz da ordem e da segurança, operam como vetores de repressão e silenciamento de existências dissidentes. Essa repressão se intensifica sobretudo quando tais sujeitos, travestis, mulheres trans, trabalhadoras do sexo, entre outros, desafiam os modelos normativos de ocupação e circulação nos espaços urbanos, reclamando, por sua simples presença, um direito à cidade historicamente negado.

Simultaneamente, a cidade revela-se como uma ambiência espaço-temporal na qual se entrelaçam os cotidianos de múltiplos sujeitos sociais, articulando-se como *locus* privilegiado da materialização de distintas perspectivas urbanísticas, ideológicas e políticas. Ao longo do tempo, diversos campos disciplinares vêm se debruçando sobre o fenômeno urbano, produzindo interpretações que não apenas refletem abordagens teóricas heterogêneas, mas também expressam as transformações históricas no interior dessas disciplinas. A leitura da cidade, nesse sentido, extrapola a análise de sua morfologia física e institucional, e passa a reconhecer o papel simbólico e político de suas esquinas, ruas e quarteirões, não mais apenas como lugares de trânsito ou passagem, mas como espaços de pertencimento, resistência e disputa. Nesse território plural e tensionado, as práticas cotidianas, inclusive aquelas relegadas à marginalidade social, adquirem potência política, ao reinscreverem corporalmente no espaço urbano uma presença que insiste em permanecer visível, mesmo quando sistematicamente interpelada pelo apagamento.

1.4 O desenho urbano e a exclusão das profissionais do sexo do bairro Santa Branca

Porque você sabe que bicha burra nasce homem. E eu sou muito inteligente. Essas meninas aqui que perdem dinheiro. Eu acabei de falar com um menino aqui que é R\$100,00 e trouxe vendendo a buceta dela por R\$60,00. O homem ia pagar os R\$100,00. Ele pegou e falou assim “você faz anal”. E eu falei “Amor, faço” (eu só tenho essa opção né). Ai ele pegou e falou assim: “mas ela tá cobrando R\$60,00”. Ai eu: “amiga, você tá cobrando R\$60,00 dele?!” Ai ela (...) Ai eu: “mais que burra”. Ai ele pegou e falou assim: “ce não abaixa não?” Ai eu... sabe? Um homem penoso! Falei: “não, não abaixo não amor. É R\$100,00”. Ai ele pegou e desceu e ela foi ficar com ele (...) uma mulher bonita daquela, fazer por R\$60,00 é o cumulo. O dia que eu tiver a minha buceta é R\$500,00. Só de ter o transtorno de ficar na maca 10 horas.¹³

O pesquisador optou por incluir neste capítulo uma análise sobre o “Estudo dos impactos urbanísticos e repercussões do empreendimento na vizinhança para Operações Urbanas

¹³ Trecho do relato de O*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

Simplificadas (OUS)¹⁴”, realizado no bairro Santa Branca após as intervenções urbanísticas relacionadas à Copa do Mundo de 2014. A decisão se justifica porque, embora este capítulo trate da produção do espaço de prostituição no bairro, o referido estudo ilustra de forma clara como os processos urbanísticos incidem diretamente sobre esse território.

O pesquisador teve conhecimento da existência do estudo por meio do trabalho de Karina Dia Gea, Leticia Cardoso Barreto e Lisandra Espíndula, publicado em 2019 sob o título “*O direito à cidade “no truque”: as resistências das trabalhadoras sexuais travestis e transexuais no bairro Santa Branca em Belo Horizonte*”¹⁵. Nesse artigo, as autoras citam o documento e indicam que estava disponível no site da Prefeitura de Belo Horizonte. Contudo, o link indicado já não se encontrava ativo. Felizmente, as autoras mencionaram o número do processo administrativo ao qual o estudo estava vinculado, Processo nº 01-160.445/15-77.

Na condição de servidor público vinculado ao quadro da SUDECAP, o pesquisador localizou o processo arquivado na Diretoria de Pesquisa e Análise Aplicada (DIPA), unidade integrante da Subsecretaria de Planejamento Urbano (SUPLAN), da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU). Mediante solicitação realizada via e-mail institucional, a DIPA disponibilizou prontamente cópia integral do estudo.

O documento, intitulado “*Estudo dos impactos urbanísticos e repercussões do empreendimento na vizinhança para Operações Urbanas Simplificadas*”, foi elaborado pelas arquitetas Ana Beatriz Lodi e Luciana Rocha Vasconcellos Motta, juntamente com a economista Luciana Maciel Bizzoto, e publicado em 2016. Seu objetivo consistia em avaliar a ampliação da instalação fabril da Quibasa Química Básica Ltda., denominada BIOCLIN, mediante a construção de uma nova edificação. O empreendimento se localiza no bairro Santa Branca, na Rua Teles de Menezes, ou seja, no centro do território associado à prostituição.

De acordo com o próprio estudo, a iniciativa de construção da nova unidade fabril se inseria em um conjunto de empreendimentos que vinham ocorrendo na região em decorrência das obras e transformações urbanísticas ligadas à Copa do Mundo de 2014, conforme apontando no estudo:

¹⁴ OUS é um instrumento de planejamento urbano sobre empreendimentos, de cooperação entre o setor público e a iniciativa privada, que exige uma contrapartida para alcançar benefícios para o interesse público como a requalificação de áreas públicas, conforme previsto no artigo 66 do Plano Diretor do Município (Lei 7.165/96, parcialmente alterada pela Lei nº 9.959/10). Um dos procedimentos para a instituição de OUSs no município é a realização de um estudo técnico pelo empreendedor, nomeada de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), que consiste em um estudo para conhecer os impactos que os empreendimentos geram ao seu entorno e traçar diretrizes que visem atenuá-los, a fim de proporcionar melhores condições de habitabilidade, conforto e segurança à vizinhança. (Gea; Barreto; Moreira, 2019, p. 63).

¹⁵ Disponível em: <https://www2.ual.es/urbs/index.php/urbs/article/view/123>

Tendo em vista as transformações e intervenções urbanísticas, decorrentes dos investimentos públicos, por que passa a região, em função da ampliação do sistema viário, deixando a ocupação das áreas em questão subaproveitadas em relação a estas novas condições de infraestrutura, este instrumento tem por **finalidade estimular a criação e o uso de espaços públicos, para requalificar a região** no entorno à av. Pedro I, sem comprometer a viabilidade da instalação e desempenho das atividades desenvolvidas pelo empreendimento apresentado aqui. Para tal, é necessária a adoção de parâmetros diferentes ao estipulado pela legislação.

Voltada a ações de melhoria e qualificação da circulação de pedestres, focalizando a acessibilidade ao sistema de transporte público, principalmente, mas também, a outros implementos, quer seja público ao privado, assim como, o uso de dispositivos no empreendimento que busquem a possibilidade sustentável de ocupação urbana. Para tal, é proposição no projeto arquitetônico o uso de conceitos como fruição pública – em que a transição de pedestres seja facilitada com e na implantação do empreendimento – fachada ativa – ocupação da fachada no alinhamento do passeio por uso não residencial e de acesso ao público, com o intuito de promover o uso dinâmico e interativo com o espaço público e evitar a multiplicação de planos fechados em interface com o espaço público. (Lodi, Motta, Bizzoto, 2016, p. 4) (grifos do pesquisador).

Já adiantamos aqui que o trecho “promover o uso dinâmico e interativo com o espaço público e evitar a multiplicação de planos fechados em interface com o espaço público” (Lodi, Motta, Bizzoto, 2016, p. 4), não foi cumprido. Pelo contrário, como pode ser observado na foto a baixo, hoje, a empresa BIOCLIN, já instalada na rua Teles de Menezes, possui uma interface completamente fechada que não promove nenhum tipo de uso interativo do espaço público. Da mesma forma, não foi observado nenhum tipo de requalificação da região, como por exemplo cuidados com espaços públicos próximos, como a praça da saudade.



Figura 4 Faixada da empresa Bioclin – Fonte: Alves, 2024.

A área no entorno no empreendimento da BIOCLIN, é caracterizada pelo uso comercial, industrial e serviços, possui também caráter residencial. O estudo destaca a organização social da região do bairro Santa Branca, caracterizando-o pela presença de grupos de interesse, os quais podiam ser impactados com a implantação do empreendimento, são eles: grupos religiosos; Motéis e zona de prostituição; Clube do Cruzeiro; Moradores de rua; Ponto de tráfico e consumo de drogas ilícitas; comerciantes da área do antigo Viabrasil; Comunidade da UNIFENAS; e o GATE (BOPE). Importante destacar que nem todos estes grupos estão presentes no bairro Santa Branca, alguns como a UNIFENAS, se encontra em outro bairro, Itapoã, mas devido as intervenções viárias das obras da copa do mundo de 2014, o estudo levava em consideração todos os empreendimentos de grande porte na região. Assim, destaco os grupos que estão localizados dentro da área de estudo da pesquisa.

Grupos religiosos: na vizinhança ao empreendimento, há a presença das comunidades da Igreja Nossa Senhora Sagrado Coração (Rua Marcos Lopes de Almeida, 70) e do Santuário da Pampulha (Avenida Dom Pedro I, 575). Ambas apresentam um fluxo maior de pessoas nos dias e horários dos cultos e missas aos finais de semana, além das datas festivas e comemorativas que agregam a população local. A Igreja também é local que já acolheu reuniões da Associação de Moradores do Bairro Santa Branca, o que destaca sua referência enquanto organização social no bairro.

Motéis e zona de prostituição: o Bairro Santa Branca é marcado pela presença de diversos motéis o que acarretou em um estigma social associado à área. Embora se trate de um bairro tradicionalmente residencial e familiar, no período noturno o local se consolidou enquanto zona de prostituição, culminando na ocorrência frequente de atividades sexuais em logradouros públicos, em especial na Rua Teles de Menezes e adjacentes, o que foi constantemente repudiado pelos residentes e transeuntes. A implantação do empreendimento poderá levar em uma requalificação da área, que esteve abandonada nos últimos anos desde a reforma de expansão da Avenida Dom Pedro I e implantação dos corredores do MOVE. Isto, em especial após a construção de uma via de fruição lateral, poderá ou não deslocar os pontos de ocupação para as atividades noturnas deste grupo para outros locais adjacentes, caso ocorra um processo de gentrificação do espaço.

Moradores de rua: em toda a região de abrangência, em especial no Bairro Santa Branca, muitos moradores de rua habitam pontos específicos, sendo eles: debaixo dos viadutos Montese e Monte Castelo, recém implementados pela Prefeitura de Belo Horizonte; nas praças públicas, em especial a Praça da Saudade; e nas escadarias que garantem o acesso à Avenida Dom Pedro I para os moradores da Área 1. Como dito anteriormente, a requalificação da área com a implantação do empreendimento poderá ocasionar em um processo de gentrificação e expulsão deste grupo do local, embora isto tenha se apresentado como o desejo de muitos dos moradores.

Ponto de tráfico e consumo de drogas ilícitas: a região também é caracterizada pela presença de usuários de drogas, além de pontos nos quais ocorre, ainda, a comercialização das mesmas. É comum ao tráfico, muitas vezes, estar associado aos pontos de prostituição. Contudo o consumo também ocorre nos locais abandonados, como as praças públicas e debaixo dos viadutos e das escadarias de acesso à Av. Dom Pedro I, no Bairro Santa Branca.

GATE: na Rua Antero de Quental, 92, paralela à Rua Teles de Menezes do empreendimento, existe um Batalhão do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) da Polícia Militar. A implantação do empreendimento, ao alterar o fluxo de pessoas no local, poderá influenciar nas atividades cotidianas deste grupo,

contudo não há identificação de um conflito a priori. (Lodi, Motta, Bizzoto, 2016, p. 30-31) (grifos do pesquisador).

É particularmente est arrecedor o trecho encontrado no estudo: “(...) ocorrência frequente de atividades sexuais em logradouros públicos, em especial na Rua Teles de Menezes e adjacentes (...)” (Lodi; Motta; Bizzoto, 2016, p. 30). A afirmação não apresenta dados, falas, reportagens ou boletins de ocorrência que a sustentem. Durante a pesquisa de campo, constatou-se que as trabalhadoras sexuais permanecem nas ruas como forma de captar clientes, mas os programas ocorrem, em regra, nas dependências dos motéis da região. Como será retomado no capítulo dois, existem relatos de travestis que, durante a madrugada, expunham seus corpos na rua, o que resultou em ações violentas por parte do BOPE. Entretanto, não foi encontrado relato ou notícia que confirme a realização de programas sexuais em via pública.

Atualmente, observa-se a existência de um lote vago na Rua Teles de Menezes, utilizado para consumo de drogas, esconderijo de furtos e realização de programas, sobretudo quando clientes se recusam a pagar o valor de um motel. Esse ponto será aprofundado no capítulo três.

A leitura do estudo revela um viés fortemente preconceituoso, uma vez que a prostituição no bairro Santa Branca é exercida majoritariamente por mulheres trans e travestis. Como aponta Bento (2008), as expressões identitárias de transexualidade, travestilidade e transgeneridade desafiam o sistema normativo baseado no dimorfismo sexual e na heteronormatividade. Essa ruptura gera exclusão, hierarquias e regimes de verdade que condenam as dissidências de gênero a uma forma de “morte em vida” (Bento, 2008, p. 35).

Ao enquadrar a presença dessas trabalhadoras sexuais como um incômodo a ser removido, o estudo da BIOCLIN reforça a perspectiva de gentrificação, associando a implantação do empreendimento a uma suposta “requalificação” do bairro. Nesse sentido, afirma-se que “a implantação do empreendimento, ao alterar o fluxo de pessoas no local, poderá influenciar nas atividades cotidianas deste grupo (...)” (Lodi; Motta; Bizzoto, 2016, p. 31). Trata-se de uma leitura higienista, que ignora a história local e a permanência da prostituição na região, mesmo após os embates com o BOPE, devido ao caráter histórico da atividade no território. Como afirmado por B*:

Não adianta né mulher. Aqui é rua de prostituição, não adianta. Já é conhecida. Eles podem fazer o que eles quiseram amiga. Não adianta. Não Adianta! Vai botar policiamento aqui, quando eles saírem a gente vai vir. Quando eles chegarem a gente pode sair, mas quando eles saírem a gente vai vir.¹⁶

¹⁶ Trecho do relato de B*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

Ademais, a expectativa de que uma empresa privada, funcionando em horário comercial, pudesse por si só alterar a configuração social do bairro revela-se ingênua, quando não delirante. O discurso institucional presente no estudo cumpre, sobretudo, a função de legitimar simbolicamente a expulsão dos “indesejados”, projetando sobre eles a ideia de inadequação. Como lembra Bento (2008, p. 140), a eficácia desse discurso está em produzir nos sujeitos a certeza dolorosa de que não pertencem a lugar algum, porque não existe lugar previsto para eles.

Fica evidente para o pesquisador que o estudo em questão mobiliza um discurso vazio quando aborda a situação do tráfico na região, sobretudo ao afirmar que “é comum ao tráfico, muitas vezes, estar associado aos pontos de prostituição” (Lodi; Motta; Bizzoto, 2016, p. 30). Essa declaração deixa claro que não houve qualquer diálogo com as trabalhadoras sexuais que atuam no Santa Branca, especialmente figuras de referência como R* e C*, que permanecem no território há mais de uma década e acumulam mais de trinta anos de experiência na prostituição.

Como será melhor discutido no capítulo três, no bairro Santa Branca as fronteiras entre prostituição e tráfico são bem delimitadas. Existem pontos específicos para a atividade sexual e pontos distintos para o tráfico de drogas, que não se misturam. As próprias trabalhadoras sexuais evitam falar sobre o tráfico, pois não devem se envolver. Essa proibição é reforçada tanto pelas cafetinas quanto pelo cafetão, que estabelecem normas rígidas para manter a separação entre os dois circuitos.

O uso de drogas entre as trabalhadoras sexuais, segundo constatado pelo pesquisador, ocorre majoritariamente nas ruas durante a madrugada e, muitas vezes, a pedido de clientes que incluem o consumo como parte do programa. As profissionais que iniciam a jornada mais cedo, até por volta da meia-noite, não costumam usar substâncias nesse período. Em todo o trabalho de campo, apenas duas travestis foram encontradas sob efeito visível de drogas em horário mais cedo; ambas afirmaram ser de São Paulo e estar apenas de passagem, desaparecendo do território em seguida. Nas casas das cafetinas, o uso de qualquer substância ilícita é terminantemente proibido. Quem desrespeita essa regra está sujeita à expulsão imediata. Isso reforça como o território é regulado internamente, distinguindo com clareza o espaço da prostituição do espaço do tráfico. A afirmação contida no estudo, portanto, não se sustenta empiricamente.

Essa falta de diálogo com os atores locais fica ainda mais evidente na passagem em que as autoras informam que, para representar os “grupos de interesse”, entrevistaram apenas dois representantes das associações de moradores: “o Conselheiro da Associação Cultural do Bairro

Santa Branca, Geraldo Leite Rodrigues Pinto, e o Conselheiro da Associação Cultural e Ecológica Lagoa do Nado, João Bosco Senra” (Lodi; Motta; Bizzoto, 2016, p. 38). A escolha de interlocutores exclusivamente vinculados a associações de moradores reforça o viés do estudo, silenciando completamente as vozes das trabalhadoras sexuais.

O estudo também aponta a amostragem de usuários dividida em dois grupos: os “afetados pela operação do empreendimento” e os “usuários de transporte coletivo”. Essa categorização, à primeira vista técnica, revela-se excludente quando observamos que as trabalhadoras sexuais do bairro Santa Branca não utilizam transporte coletivo para chegar ao território, preferindo aplicativos de transporte (Uber e táxi) por questões de segurança. Mais uma vez, esses corpos foram invisibilizados, tratados não como atores do espaço urbano, mas como obstáculos a serem removidos. Como já nos lembra Lefebvre (2016), a expansão das cidades é frequentemente acompanhada pela degradação do tecido social, pela dispersão de trabalhadores e pelo fortalecimento de mecanismos de segregação econômica, social e cultural. A ausência das prostitutas trans e travestis enquanto sujeitos participantes reforça a lógica de exclusão que acompanha a produção capitalista do espaço urbano.

O documento também afirma que “a construção do viaduto foi uma reclamação constante entre os entrevistados, pois teria atraído moradores de rua para a região” (Lodi; Motta; Bizzoto, 2016, p. 42). Esse ponto dialoga com os relatos das próprias trabalhadoras sexuais. Em uma das conversas registradas em campo, R* expressou um saudosismo em relação ao período anterior à construção do Viaduto Monte Castelo, relatando que, naquele tempo, o fluxo de pessoas era mais favorável ao trabalho e que havia uma visão contínua da Rua Teles de Menezes, “*de uma ponta a outra*”. Segundo ela, o viaduto “*corta essa vista ao meio*”, criando barreiras visuais e simbólicas que alteram a dinâmica territorial.



Figura 5 Placa da Rua Teles de Menezes - Feita pelo pesquisador

Ao final, o estudo elenca as expectativas dos entrevistados em relação ao empreendimento da Bioclin. Entre as prioridades mencionadas, destacam-se: a requalificação da área, afastando os pontos de prostituição; a ampliação da iluminação pública; a retirada de moradores de rua e usuários de drogas; a arborização; e a expansão do comércio local. Mais uma vez, o afastamento da prostituição aparece como objetivo central, explicitando o caráter higienista da proposta. As trabalhadoras sexuais não foram consideradas como sujeitos do território, mas sim como um problema a ser eliminado. A alternativa de incluí-las nos processos, seja por meio de capacitação, oferta de empregos ou de políticas públicas específicas, nunca foi cogitada, reforçando a lógica de exclusão.

Esse cenário é ilustrado de forma contundente pela fala de Lorena Paiva¹⁷, mulher trans, durante a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Mulheres da Câmara Municipal de Belo Horizonte, realizada em 29 de maio de 2025. Sua intervenção destacou a realidade de exclusão e violência enfrentada por mulheres trans e travestis na cidade, evidenciando como a ausência de políticas inclusivas e a permanência de discursos higienistas continuam a negar sua cidadania e sua presença nos espaços urbanos.

Porque não fazer uma política pública para tentar entender porque a gente tá ali na rua?! Eu já vivi ali muitos anos, eu sei te dizer direitinho o que é a rua. Hoje em dia eu não vivo mais. Eu sofri muito ali. Nunca teve ninguém ali na rua perguntando o porquê você estava ali. É por precisão.
 (...) Acho que seria mais viável fazer políticas para as pessoas que trabalham na rua, entendo essas pessoas. Sabendo quem que quer ficar ali, quem que quer sair. Tem gente que quer ficar ali, tem gente que quer sair, mas e a oportunidade?! Se fala só em tirar pessoas, e vai colocar essas pessoas onde? Vai oferecer um curso de capacitação para essas pessoas? Que essas pessoas tem famílias. Nós temos famílias. (...) (Câmara Municipal de Belo Horizonte. 13ª Reunião Ordinária — Comissão de Mulheres, 29 mai. 2025)

Essa formulação ajuda a compreender a dinâmica do bairro Santa Branca, onde o espaço é produzido e reproduzido por diferentes atores sociais. As travestis e as cafetinas aparecem como gestoras desse território, regulando fluxos, regras e limites de convivência. Ao mesmo tempo, o tráfico se insere de maneira mais discreta, embora perceptível durante o trabalho de campo, compondo outra camada de disputa espacial. Não se trata de presenças homogêneas, mas de formas de apropriação diferenciadas que, ao coexistirem, revelam tensões próprias de um espaço urbano marcado pela marginalidade e pela estigmatização.

Como expressa Lefebvre (2016):

O espaço é político (...) ele sempre foi político e estratégico (...) A produção do espaço se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. O espaço é um produto da história, com algo outro e algo mais que a história no sentido clássico do termo (Lefebvre, 2016, p. 60).

Além da dimensão territorial, há ainda os corpos das próprias trabalhadoras sexuais. Esses corpos não apenas ocupam o espaço, mas também são explorados, constituem e são constituídos por ele. Como aponta Butler (2018), a materialidade do corpo não é neutra, mas atravessada por normas sociais e jurídicas que delimitam quais existências podem circular livremente e quais são constringidas, punidas ou expulsas. No caso das prostitutas trans e travestis do Santa Branca, o corpo é simultaneamente instrumento de trabalho, alvo de violência e suporte de resistência.

¹⁷ Lorena Paiva, mulher trans, ativista, militante, conselheira municipal dos direitos da mulher de Belo Horizonte e coordenadora na ONG Clã das Lobas da População trans e travesti.

O espaço, portanto, não é apenas cenário onde a vida acontece, mas parte constitutiva da experiência: molda práticas, delimita possibilidades, impõe fronteiras. Do mesmo modo, os corpos, ao circularem, ocuparem e resistirem, também reconfiguram e produzem esse espaço, inscrevendo nele memórias, marcas e disputas. A relação entre espaço e corpo, aqui, se revela dialética: o espaço organiza as práticas, mas é igualmente reconfigurado por aqueles que nele insistem em existir.

2. DIREITO, ESPAÇO E GÊNERO

Tá vindo não. Ela sumiu esses dias aí pra trás (...) Tinha um bofe (...) Eu tava ficando com um bofe tá e aí ele pediu para a gente namorar. Aí eu falei que eu não queria namorar porquê eu tava focada na prostituição. E eu tava com vergonha de contar pra ele que eu tava na prostituição (...) aí de repente ela (amiga) começou a seguir ele de volta e você sabe né homem galinha (...) um dia ela me mostrou a conversa que ele falou “obrigado gatinha”, que ela elogiou um story dele. Aí eu ... Tá de mais. Aí eu chamei a atenção dele. É né, chamando a minha amiga de gatinha. Tá muito interessado né. Aí ela deu uma sumida essa semana, ele falou comigo que a gente não ia se ver mais. Eu fui e multei ele. Falei que ele tinha que me dar R\$500,00. Por que eu tinha dado pra ele. Aí eu to esperando, ela confessar que tá com ele, porquê é a cara dela. E ele não ia aceitar a prostituição. Então ela deve estar em casa apaixonada. Trouxa. Porque eu jamais, pode ser o homem mais gostoso da vida, ele me parar aqui e me falar “vamos namorar?” e eu “não amor”. (...) Eu quero meu dinheiro. Quando eu estiver todo peituda e xequinha, montada e com minha casa e meu carro, toda bonita aí eu vou pensar se eu vou dar condição para fazer amor.¹⁸

Este capítulo tem como objetivo apresentar parte da experiência empírica do pesquisador no bairro Santa Branca, em Belo Horizonte, a partir da escuta ativa de mulheres cis, trans e travestis que exercem a prostituição na região, especialmente durante e após o contexto da pandemia de COVID-19. A partir da atuação do programa “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS”, foi possível acessar narrativas silenciadas que revelam camadas profundas de exclusão social, marcadas por identidade de gênero e território.

Buscando retratar a história recente da região e dando continuidade à análise territorial iniciada no capítulo anterior, este capítulo se inicia com uma abordagem cronológica dos fatos observados durante o trabalho de campo, com destaque para a presença ostensiva e violenta do BOPE na região, revelando o lugar simbólico e material da polícia na gestão dos corpos que circulam fora da normatividade. O bairro Santa Branca, embora afastado do centro, é espaço de prostituição e circulação de pessoas LGBTQIAPN+, o que aciona dispositivos de controle e repressão seletiva. A experiência do campo mostra como a violência de Estado atua cotidianamente como política de exclusão, principalmente contra as travestis e mulheres trans.

Como resultado, houve a reunião ocorrida com representantes do Ministério Público de Minas Gerais, revelando a dificuldade de diálogo institucional. A atuação do MPMG, segundo relatos e documentos analisados, foi pouco efetiva. A reunião revelou um abismo entre a realidade vivida pelas trabalhadoras sexuais e a burocracia institucional que deveria protegê-las, expondo as barreiras que essas populações enfrentam para acessar direitos fundamentais.

Posteriormente são discutidas as dinâmicas de convivência no território do bairro Santa Branca. A pesquisa evidencia como as mulheres cis e trans que atuam na prostituição constroem

¹⁸ Trecho do relato de O*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

redes de solidariedade e formas de resistência, mesmo diante do abandono estatal. A rotatividade das trabalhadoras nas casas de cafetinas, a ausência de vínculo com serviços básicos, os horários de funcionamento dos equipamentos públicos reforçam a exclusão estrutural. A prostituição se organiza entre motéis, ruas escuras e pontos pouco visíveis do bairro, onde essas mulheres são ao mesmo tempo necessárias (como prestadoras de serviço sexual) e descartáveis (como sujeitos de direito).

Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre essas populações estão presentes nesta pesquisa. A partir dos relatos das entrevistadas e da observação direta, constata-se que as trabalhadoras sexuais do Santa Branca ficaram praticamente sem acesso a qualquer forma de assistência durante o período mais crítico da pandemia. Cestas básicas e kits de higiene não chegaram ao território, e o cuidado ficou restrito à solidariedade entre as próprias mulheres.

Por fim, abordamos o papel do programa “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS” como a única política pública com presença efetiva e continuada no território. A atuação das agentes redutoras de danos, as visitas aos motéis e às casas das cafetinas, a escuta ativa e a distribuição de insumos revelam uma prática de cuidado que contrasta radicalmente com a ausência de outras políticas. O capítulo analisa dados consolidados da atuação do programa em 2024 e também as ações noturnas realizadas entre dezembro de 2024 e maio de 2025, viabilizadas por emenda parlamentar. Essa ampliação permitiu que o programa ocupasse espaços invisibilizados pela estrutura tradicional de saúde pública, reforçando sua centralidade para a promoção da saúde sexual e da cidadania em territórios vulnerabilizados.

Com isso, o capítulo constrói uma leitura crítica da atuação do Estado na produção da exclusão destas trabalhadoras sexuais, ao mesmo tempo em que valoriza a presença de políticas públicas que, mesmo com limitações estruturais, produzem cuidado e vínculo. A escuta das mulheres, em especial das travestis e mulheres trans, é o que dá corpo e direção à análise aqui proposta.

2.1 Entre o Controle e a Violência: a presença do BOPE no bairro Santa Branca

Eu cheguei agora. Tem que vir cedo né, porquê o frio tá babado na madrugada. Chega uma hora da manhã ninguém guenta isso daqui. Venta aqui que parece que tá na beira da praia. Venta, nessa região aqui (...) eu venho cedo que eu trabalho mais cedo meu axé. Meu axé não é tanto a madrugada não, eu trabalho bem mais cedo (...) uma hora por ai, mais tardar. Eu fico mais final de semana, até umas três só. Porquê depois só dá o que não presta né (...) Ai não, uns homens muito chato... quer dar varejo. Eu não gosto. Eu gosto cedo que os pais de família vem e paga certinho (...) da esse cu safado e sai doido. Ninguém sabe. Ninguém viu.¹⁹

¹⁹ Trecho do relato de J*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

A prostituição configura-se como uma ocupação heterogênea e multifacetada, cujas práticas e características se moldam conforme o contexto socioespacial em que se desenvolvem. Essa atividade pode ocorrer em espaços diversos como em ruas, hotéis, bares, restaurantes, ambientes populares ou voltados às classes mais abastadas, revelando que a forma como tais espaços se inserem na dinâmica urbana, bem como a maneira pela qual são percebidos socialmente, constituem elementos centrais para a compreensão do exercício da prostituição nas cidades (Gea; Barreto; Moreira, 2019).

O processo de crescimento urbano e de urbanização de Belo Horizonte, aliado às formas pelas quais a cidade é planejada, ou, em muitos casos, à ausência de planejamento, impacta diretamente a configuração dos espaços destinados (ou não) ao exercício da prostituição. Conforme demonstrado no primeiro capítulo, a prostituição acompanhou as transformações urbanas, adaptando-se ao desenvolvimento da cidade e sendo, simultaneamente, deslocada para áreas específicas, em um movimento contínuo de expulsão e reconfiguração territorial. Nesse contexto, formaram-se nichos distintos: em determinadas regiões, concentram-se mulheres trans e travestis; em outras, mulheres cis; havendo ainda locais onde predominam trabalhadoras que se enquadram em padrões de feminilidade e, em contraste, espaços onde atuam aquelas que não se submeteram a procedimentos para à modificação de seus corpos.

Embora Belo Horizonte tenha sido concebida como uma capital planejada, em nenhum momento houve previsão urbanística para a existência de zonas destinadas à prostituição, apesar de sua prática ser notoriamente conhecida. Essa ausência deliberada de reconhecimento reflete uma tentativa histórica de apagamento social da atividade e de marginalização dos sujeitos que dela participam. Tal dinâmica confirma a perspectiva de Lefebvre (2016), para quem o espaço urbano é produto de relações sociais, sendo constantemente (re)produzido por práticas, conflitos e disputas de poder, e nunca mero resultado de decisões técnicas de planejamento.

Refletir sobre o processo de construção social do espaço de prostituição no bairro Santa Branca implica também considerá-lo a partir de uma perspectiva de gênero, uma vez que, na região da Pampulha, predominam mulheres trans e travestis que exercem a prostituição. A produção do espaço, conforme proposto por Lefebvre (2006), não é neutra; ela é simultaneamente produto e produtora de relações sociais, sendo constituída e constituinte de gênero e sexualidade em uma relação recíproca. É por meio dessa abordagem que buscamos apreender as interações entre espaço, gênero, sexualidade e o direito na localidade.

A partir de 2014, os conflitos no bairro Santa Branca se intensificaram em meio ao processo de preparação de Belo Horizonte para sediar jogos da Copa do Mundo da FIFA. A adesão do Brasil ao evento gerou um amplo programa de reestruturação urbana, marcado por

obras de grande porte voltadas à mobilidade e à modernização das cidades-sede. Em Belo Horizonte, intervenções como a duplicação da Avenida Dom Pedro I, a construção dos viadutos Montese e Monte Castelo, a implantação da Linha Verde e do BRT Pampulha foram conduzidas pela SUDECAP, transformando profundamente a dinâmica do bairro e de seus arredores.

Essas obras, embora justificadas sob o discurso da modernização e do progresso, produziram impactos significativos sobre o tecido social e urbano da região. A valorização imobiliária e o aumento da circulação de pessoas reforçaram pressões sobre grupos considerados “indesejáveis”, como as trabalhadoras sexuais trans, travestis e cis, que historicamente ocupam as ruas Teles de Menezes, Antero de Quental, Monte Castelo, Monte Cassino e Avenida Montese. Nesse contexto, as forças policiais, especialmente o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), intensificaram sua presença na região, em resposta às queixas de moradores e à tentativa de disciplinar corpos dissidentes e práticas consideradas desviantes. A disputa pelo espaço urbano expressou, assim, uma luta simbólica e material pelo direito à permanência e à visibilidade, revelando o modo como os grandes eventos internacionais serviram de catalisadores para políticas locais de controle, exclusão e reconfiguração moral do território.

Conforme apontam Gea, Barreto e Moreira (2019), as observações participantes realizadas nesse período permitiram compreender em profundidade as dinâmicas de poder, resistência e violência no bairro. As autoras destacam que as transformações urbanas associadas à Copa não apenas alteraram a paisagem física, mas também acirraram tensões históricas entre trabalhadoras sexuais, vizinhança e agentes do Estado, reafirmando que os processos de “requalificação” urbana muitas vezes operam como dispositivos de segregação social e moral.

Mesmo com a existência desse antigo ponto de prostituição no bairro, a convivência nem sempre foi harmônica, principalmente depois de compreendermos como as mudanças estruturais ocorridas a partir de 2012 interferiram nas relações entre moradores, policiais e trabalhadoras sexuais. De novembro de 2012 até 2014, em observações participantes, percebemos alterações no Santa Branca devido à realização de grandes obras viárias para a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) de 2014. (Gea; Barreto; Moreira, 2019, p. 62).

É importante ressaltar, desde já, que o uso do termo “exercem/exerciam” decorre da constatação, obtida pelo pesquisador por meio da pesquisa de campo, de que a dinâmica do espaço de prostituição no bairro Santa Branca é marcada por elevada rotatividade de corpos. Ainda que existam mulheres trans e travestis que exercem a atividade sexual remunerada há décadas naquela localidade, o número daquelas que apenas transitam temporariamente pela região é significativamente maior. Nas ruas e nas visitas realizadas às casas de cafetinas, foi recorrente o relato de que muitas permanecem apenas algumas semanas ou poucos meses antes

de seguir outros caminhos. Era comum que mulheres abordadas durante uma visita nunca mais fossem vistas, pois já haviam deixado o local. Observou-se, ainda, que algumas apresentavam demandas relacionadas ao acesso a serviços de saúde ou à busca por alternativas de trabalho e renda que não estivessem vinculadas à prostituição. Contudo, frequentemente, quando o pesquisador ou as agentes redutoras de danos retornavam para oferecer algum encaminhamento, eram informados pelas trabalhadoras que permaneciam de que aquelas mulheres já haviam partido.

Os conflitos na região tornaram-se progressivamente mais intensos, atingindo seu ápice por volta de 2018, quando se fez necessária a intervenção de órgãos vinculados à Prefeitura de Belo Horizonte, da extinta ONG Transvest e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A atuação dessas instituições foi motivada pelas graves denúncias de violência policial e comunitária sofridas pelas trabalhadoras sexuais que ocupavam o território. O jornal *O Beltrano* também denunciou os acontecimentos na região por meio da reportagem intitulada “*Prostitutas da Pampulha sob ataque*”²⁰. Conforme noticiado, em 10 de abril de 2018, realizou-se uma reunião na Paróquia Santa Mônica com o objetivo de colher relatos sobre as violências cometidas pelo BOPE contra trabalhadoras sexuais no bairro Santa Branca. Estiveram presentes o promotor de justiça Mario Konichi Higuchi Júnior, representantes da Pastoral Social Santa Branca e da extinta ONG Transvest.

Durante o encontro, moradores invadiram o espaço, interromperam a reunião e expulsaram os participantes, proferindo acusações de cunho moral contra as trabalhadoras sexuais. As agressões simbólicas extrapolaram o ambiente da reunião, uma vez que duas viaturas da Polícia Militar e uma do BOPE bloquearam a rua em frente à igreja, ação interpretada por lideranças presentes como tentativa de intimidação diante das denúncias que estavam sendo discutidas. Na ocasião, Duda Salabert, então presidente da Transvest, destacou que a reação dos moradores refletia a continuidade de um projeto higienista, sustentado por discursos moralizadores que criminalizam e expulsam corpos travestis e prostitutas do espaço urbano. Como resultado da reunião, alguns encaminhamentos foram formalizados: o promotor comprometeu-se a agendar um encontro com o comando do BOPE, enquanto a Transvest, em articulação com a Pastoral Social e o Ministério Público, buscou formalizar medidas para investigação das denúncias de violência policial e comunitária. (Fantini, 2018).

Todavia, como será abordado adiante, tais articulações não se converteram em ações efetivas. Essa reunião permanece como o único momento, registrado oficialmente, em que

²⁰ Disponível em: <https://badernanoticias.com.br/portfolio/prostitutas-da-pampulha-sob-ataque/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

diferentes órgãos do poder público se reuniram para apurar as graves violações de direitos sofridas pelas trabalhadoras sexuais trans e travestis no bairro Santa Branca. Essa informação pode ser confirmada através do OFÍCIO DLGBT/CRLGBT/PDDH-DAMP N° 005/2018 que compõe os anexos deste trabalho, único documento oficial expedido sobre o ocorrido.

O BOPE, que por anos manteve presença ostensiva na região, deixou a localidade em 30 de julho de 2020, data em que foi inaugurada sua nova base, marcando uma nova fase para as Operações Especiais da Polícia Militar de Minas Gerais. O fato foi confirmado pela Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (AOPMBM) em suas mídias oficiais²¹. Ainda que a retirada da unidade policial represente uma mudança no cenário local, os efeitos históricos de controle e estigmatização sobre essas mulheres permanecem como marcas inscritas no espaço urbano. Conforme relatado por B*: “*O Bope é que bombava com a gente aqui*”²².

O BOPE esteve localizado, oficialmente, na Rua Antero de Quental, nº 102, no bairro Santa Branca, situando-se, portanto, na mesma via reconhecida como um dos principais pontos de oferta de serviços sexuais na região. Conforme apontam Gea, Barreto e Moreira (2019), a instalação do BOPE na localidade ocorreu em 2016, desencadeando um processo de deslocamento das trabalhadoras sexuais para outras interseções do bairro, em razão das violências sistemáticas praticadas pelos agentes policiais contra aquelas que utilizavam o território como local de encontro com seus clientes.

As práticas adotadas pela força policial, caracterizadas como estratégias de expulsão e controle territorial, expuseram graves violações institucionais como ameaças, xingamentos, agressões físicas, fechamento das ruas com viaturas, uso de spray de pimenta contra as trabalhadoras e agressões com cassetetes. Além disso, eram frequentes as ameaças de incriminação mediante a colocação de drogas em bolsas ou veículos, bem como a humilhação pública de clientes pelo fato de procurarem serviços sexuais ofertados por travestis e mulheres trans. Como resultado direto dessa política de violência e intimidação, as prostitutas deixaram de utilizar a Rua Antero de Quental como ponto de trabalho, deslocando-se para outros espaços do bairro. Esse deslocamento evidencia não apenas a vulnerabilidade a que estão submetidas, mas também o papel ativo do Estado na produção de dinâmicas urbanas marcadas pela exclusão, coerção e apagamento social de corpos dissidentes. (Gea; Barreto; Moreira, 2019).

Conforme relatado por Z*:

²¹ Disponível em: <https://www.aopmbm.org.br/portal/2020/07/31/inauguracao-da-nova-sede-do-bope/> . Acesso em: 3 jul. 2025.

²² Trecho do relato de B*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

*(...) essa rua aqui tinha um motel aqui e um motel na rua de trás. Podia ficar até mais ou menos ali no poste. Não podia ficar dali pra cá, por que eles já chegavam tacando spray de pimenta (...) Eu acho que os policiais daquela época deveriam ser responsabilizados também (...)*²³

Com a desativação da base do BOPE em julho de 2020, a dinâmica territorial passou novamente por alterações, retomando gradualmente características próximas à configuração original do espaço de prostituição no bairro. A partir de mapa obtido no Google Maps, com demarcações realizadas pelo pesquisador, e das informações coletadas em pesquisa de campo junto a pessoas inseridas na dinâmica territorial há muitos anos, foi possível constatar a posição estratégica dessa unidade policial no contexto local.

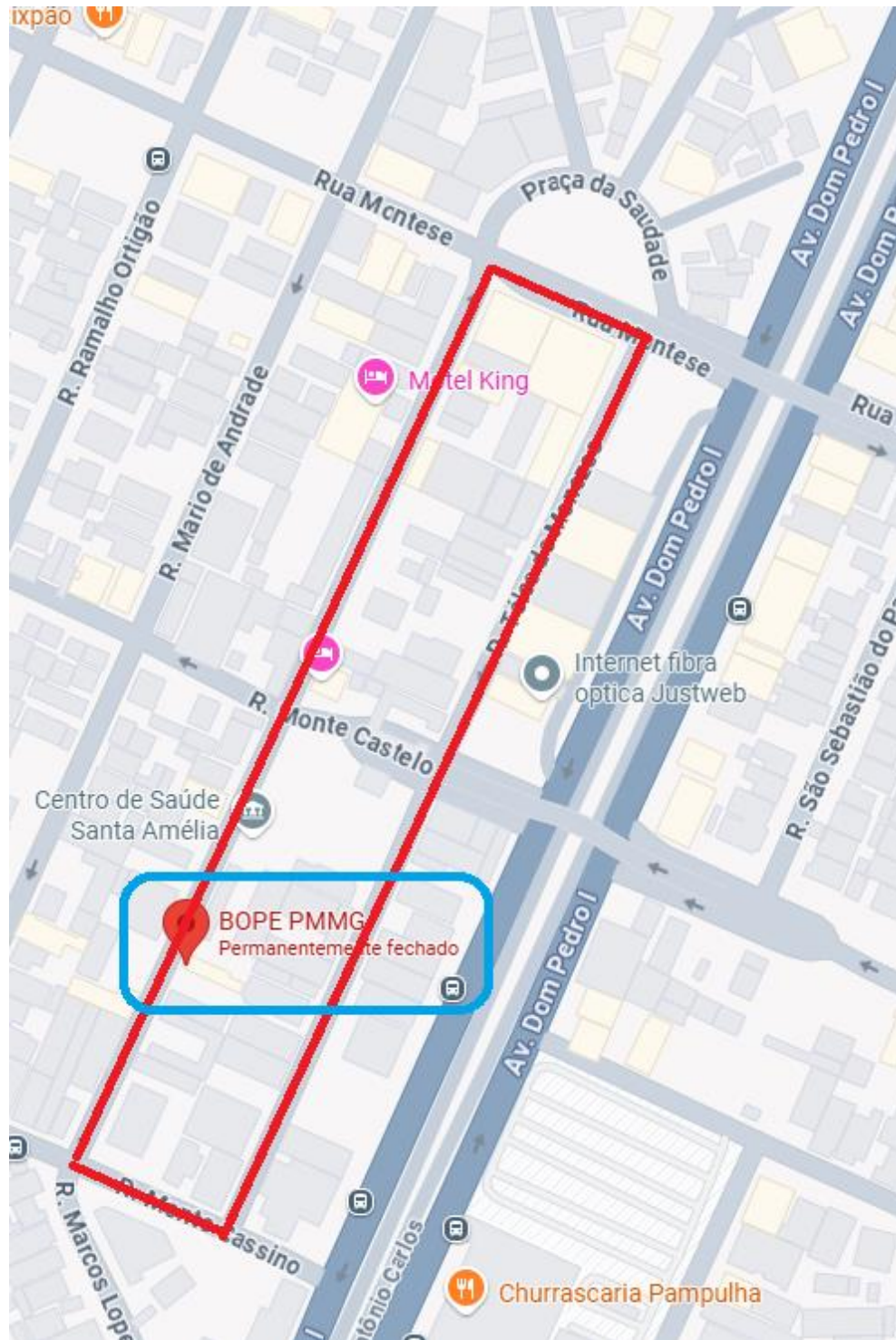
O mapa, marcado por linhas vermelhas que delimitam as ruas onde se concentra a atividade de prostituição, evidencia que o BOPE estava fisicamente situado no centro do território ocupado pelas trabalhadoras sexuais do bairro. A presença ostensiva dessa força policial no coração desse espaço urbano não apenas demarca a territorialidade, mas também reflete as tensões históricas entre práticas de controle estatal e as dinâmicas de resistência e permanência das mulheres trans e travestis que ali atuam.

No relato fornecido por C*, trabalhadora sexual que atua no território há aproximadamente 30 anos, emerge a memória de um período em que o BOPE ainda operava na localidade e havia um número maior de motéis no mesmo quarteirão onde a unidade se situava. Pode-se perceber que o relato corrobora com o que foi exposto no trabalho de Gea, Barreto e Moreira (2019), que a dinâmica territorial naquele período era significativamente mais complexa do que a observada atualmente, marcada por maior circulação de pessoas, diversidade de pontos de atendimento e uma interação mais intensa entre os diferentes atores presentes no espaço urbano.

*(...) foi mais pra lá. neste quarteirão não teve não. Era dali. Daquela esquina pra lá. Porque lá era que era assim. Mas os motéis de lá fecharam. Era quatro motéis no lado de cima. Depois que fechou desceu todo mundo pra cá. E a polícia não mexeu mais (...) é que tinha o BOPE. Essa rua, no quarteirão de lá tinha o BOPE na esquina. Aí eu tenho um bom relacionamento com os moradores. Ninguém nunca me xingou.*²⁴

²³ Trecho do relato de Z*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

²⁴ Trecho do relato de C*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.



Mapa 4 Delimitação espacial das ruas onde se concentram as atividades de prostituição no bairro Santa Branca. Antiga base do BOPE – Marcações feitas pelo pesquisador. Fonte: Google Maps

Importante ressaltar que, durante a pesquisa de campo, as trabalhadoras sexuais atuantes no bairro Santa Branca informaram ao pesquisador que a entrada do antigo BOPE localizava-se na Rua Antero de Quental, nº 249, e não no nº 102, como amplamente divulgado pelas mídias institucionais e reportagens da época. Ainda que a numeração oficialmente divulgada aponte o

número 102, os dados empíricos levantados no território indicam outra referência espacial utilizada pelas pessoas que circulam e atuam naquela localidade. Assim, embora a marcação previamente apresentada em mapa esteja correta do ponto de vista da localização geográfica e funcional do equipamento, a numeração informada pelas interlocutoras da pesquisa evidencia a existência de uma divergência entre os registros formais e a vivência territorial concreta.

O espaço do bairro Santa Branca, por sua condição marginalizada, expõe as trabalhadoras sexuais a múltiplas vulnerabilidades. As mulheres trans e travestis que ali exercem a prostituição permanecem à margem, literalmente à margem da Avenida Pedro I, escondidas entre terrenos abandonados e galpões de fábricas. Nesse cenário, marcado por violações reiteradas de direitos e ausência de proteção estatal, surgiu a atuação da Pastoral Social do bairro Santa Branca, que, inconformada com a situação de violência e exclusão vivida pelas mulheres trans e travestis que exercem a prostituição no bairro, buscou intervir na realidade local. Apesar dos esforços empreendidos, as ações da Pastoral mostraram-se insuficientes para alterar estruturalmente as condições de vulnerabilidade que continuam a caracterizar o território.

Atualmente, os motéis surgem como únicos espaços que oferecem algum tipo de suporte, ainda que de forma limitada, pois nem todos se apresentam como locais seguros; ao contrário, alguns reproduzem práticas abusivas que se somam às violências já vividas por essas trabalhadoras sexuais, seja por parte do poder público, seja pela sociedade em geral. Nesse sentido, a análise de Lefebvre (2016) é elucidativa ao apontar que o espaço urbano é instrumental, produzido e utilizado como meio para o desenvolvimento de estratégias de poder e controle. Longe de ser inocente ou inofensivo, ele é constantemente instrumentalizado para fins que, muitas vezes, aprofundam desigualdades e violências.

Conforme argumenta Butler (2018), o simples fato de haver proibições normativas não garante sua eficácia prática: a norma pode falhar, ser reiterada, deslocada ou resistida. Essa possibilidade de resistência se materializa na experiência de W*, trabalhadora sexual trans do bairro Santa Branca, que transformou o espaço em frente à antiga sede do BOPE, localizada na Rua Antero de Quental, nº 249, em seu ponto fixo de trabalho. O gesto, que poderia parecer apenas uma escolha espacial, é, na verdade, uma ação simbólica de enfrentamento e resgate da memória coletiva local. Ao narrar ao pesquisador as violências sofridas por travestis e mulheres trans naquele território, W* afirmou que as marcas dessas violências permanecem vivas, sendo ainda hoje motivo de temor entre as trabalhadoras, o que contribui para a evasão de muitas delas daquela parte específica da rua.

Como indicou Lefebvre (2016, p. 9), mesmo os espaços “despedaçados e despedaçantes” estão essencialmente articulados à reprodução das relações sociais. O abandono dos motéis que antes operavam naquele quarteirão, hoje fechados, especialmente após a pandemia, contribuiu para a rarefação da atividade naquele ponto, tornando o ato de resistência de W* ainda mais potente. Durante a pesquisa de campo, ao pedir autorização para fotografar o portão da antiga sede do BOPE, o pesquisador foi surpreendido com o gesto firme de W*, que insistiu em aparecer na imagem. Outras companheiras se afastaram discretamente, mas ela permaneceu: “*esse lugar também me pertence*”, disse, expressando, com o corpo, o direito à permanência em um território historicamente marcado pela violência e exclusão.

*(...) os policiais batia nas meninas. Jogava spray de pimenta (...) era aqui. Por isso que aqui é o meu ponto. Por que eles não gostam de nois (...) e aqui era um hotel. Ai as bichas atendiam aqui e eles não deixavam muito ficar aqui igual a gente fica hoje né. Não podia, porque eles mandavam sair fora de perto daqui. Até hoje elas não gostam de ficar aqui.*²⁵



Figura 6 Antiga sede do BOPE - Feita pelo pesquisador

²⁵ Trecho do relato de W*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

Conforme relatado, o período em que o BOPE manteve sede naquelas ruas constituiu um dos maiores terrores experimentados por essas trabalhadoras, evidenciando que a presença da polícia, que deveria representar segurança, para elas simbolizava ameaça e controle. A demanda por proteção sempre existiu e persiste, mas o aparato estatal, em vez de assegurar direitos, reforçou mecanismos de exclusão.

2.2 Quando a Proteção Falha: a reunião de 10 de abril de 2018 e a atuação limitada do MPMG

Eu acho que na dinâmica de rua (...) acho que já vai com a questão da polícia. Eu acho que tinha levado mais a sério. Entendeu?! Tipo quando tem uma trans agredida, ou acontece alguma coisa eles não dão importância. Entendeu?! Eu sei que a polícia está saturada. Eu sei que o crime tá saturado. Entendeu?! Eu sei que não é o problema mais grave que nós temos em nossa cidade, mas eu acho que é um atendimento que ninguém aqui é cachorro. Entendeu?! Então, acho que quando você chama a polícia, tipo, quando eles vêm, vêm com uma cara de bunda. Entendeu?! A bicha de baixo vinha (...) a gente tem foto dela toda quebrada, toda machucada, jorrando sangue. Entendeu?! A gente custou parar a polícia, mesmo assim é um desdém demais. Isso porque eles tavam passando assim na avenida. Não foi por que a gente chamou e eles vieram nos atender. Eles passaram, a gente foi e parou a viatura. Então acho que é muito disso também... Entendeu?! De eles terem esse olhar, tipo “olha é isso”. Igual esses negócios que a gente vê muito do extintor, da pedrada. Gente, isso não é legal. Começou a melhorar, você vê assim (...) eu não sei no que que deu, mas assim, só de ver assim que a polícia tá procurando. Melhorou muito assim, numa certa época, mas é mais questão disso. Um olhar humano mesmo. Entendeu?! Eu sei que tá saturado, mas se você for olhar isso... é ou não é?! Mas a questão de Trans mesmo, eu acho que é isso a questão da polícia.²⁶

Conforme informado na introdução deste trabalho, meu primeiro contato com as histórias e dinâmicas relacionadas à prostituição no bairro Santa Branca ocorreu em 2017, quando ainda era estudante de graduação em Direito. Em 2019, o tema tornou-se mais presente em minha atuação profissional, uma vez que passei a exercer o cargo de assessor na Subsecretaria de Direitos e Cidadania²⁷ (SUDC) da Prefeitura de Belo Horizonte, onde se encontram a Diretoria de Políticas para a População LGBT (DLGBT) e seu equipamento, o Centro de Referência LGBT (CRLGBT-BH). À época, o subsecretário Thiago Alves da Silva Costa, que anteriormente havia sido Diretor de Políticas para a População LGBT, recordava-se de ações envolvendo as trabalhadoras sexuais do bairro Santa Branca e me orientou a buscar

²⁶ Trecho do relato de X*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

²⁷ Após a Reforma Administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte, realizada em fevereiro de 2025, a Diretoria de Políticas para a População LGBT passou a integrar a estrutura da Subsecretaria de Direitos Humanos (SUDH), vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH). Com essa reestruturação, a Subsecretaria de Direitos e Cidadania (SUDC) foi extinta.

contato com o promotor de justiça Dr. Mario Konichi Higuchi Júnior, responsável pela atuação institucional nos casos ocorridos na região.

Em 23 de outubro de 2024, realizei uma videochamada com o Dr. Mario Higuchi, que, no momento da redação desta dissertação, exerce o cargo de Subcoordenador da 1ª Promotoria de Justiça do Juízo da Fazenda Pública e Execuções Fiscais de Belo Horizonte. Contudo, no período dos fatos aqui analisados, o referido promotor atuava na 18ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Igualdade Racial, Apoio Comunitário e Fiscalização da Atividade Policial da capital mineira.

O promotor de justiça Dr. Mario Konichi Higuchi Júnior descreveu os acontecimentos ocorridos durante sua atuação junto às trabalhadoras sexuais no bairro Santa Branca. Os fatos narrados a seguir, que compõem as próximas páginas deste tópico, baseiam-se em seu relato e no documento oficial identificado no curso desta pesquisa. Durante a conversa, questionei o promotor sobre o número da Notícia de Fato²⁸, com o objetivo de solicitar cópia integral do procedimento ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Contudo, ele informou que nunca foi instaurado qualquer procedimento formal de investigação acerca das violações de direitos sofridas pelas trabalhadoras sexuais trans e travestis do bairro Santa Branca. Pelo contrário, relatou que foi submetido a um processo administrativo disciplinar em razão de sua atuação na reunião realizada em 10 de abril de 2018, na Paróquia Santa Mônica.

O único documento oficial localizado sobre essa reunião, além das matérias jornalísticas, foi o Ofício DLGBT/CRLGBT/PDDH-DAMP nº 005/2018, constante nos anexos deste trabalho. Segundo o promotor, esse ofício foi elaborado pelo então Diretor de Políticas para a População LGBT, Thiago Alves da Silva Costa, e pelo Coordenador do Centro de Referência LGBT, Gustavo Adolfo de Magalhães, a pedido do próprio promotor, como meio de prova a ser apresentado em sua defesa no processo administrativo disciplinar. Os fatos que serão apresentados a seguir têm, portanto, como base o relato prestado pelo Dr. Mario Konichi Higuchi Júnior e o referido ofício.

O promotor relatou que, em 5 de abril de 2018, recebeu, por meio de seu e-mail institucional, comunicação encaminhada pela Pastoral da Diversidade Sexual da Paróquia Santa Mônica, noticiando que, no dia 25 de março, entre 20h e 23h, policiais BOPE da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) teriam abordado mulheres cis, trans e travestis que exerciam a

²⁸ A Notícia de Fato consiste em um procedimento preliminar instaurado no âmbito do Ministério Público, destinado à apuração inicial de informações que possam indicar a ocorrência de irregularidades ou ilícitos. Trata-se de instrumento jurídico-administrativo que serve como ponto de partida para a coleta de elementos mínimos, permitindo avaliar se há indícios suficientes para justificar a instauração de procedimentos investigatórios mais aprofundados, como o Inquérito Civil.

prostituição nas ruas do bairro Santa Branca, o mesmo onde se localizava a sede do batalhão. Segundo a denúncia, a ação policial teria sido marcada pelo uso de gás de pimenta e agressões físicas, culminando na expulsão das trabalhadoras sexuais de seu local de trabalho. O promotor entrou em contato com o senhor Bruno Cardoso, representante da Pastoral Social do bairro, solicitando que fossem encaminhadas à Promotoria de Justiça as vítimas da mencionada ação policial, para que fossem adotadas as providências cabíveis. Contudo, foi informado ao promotor que as trabalhadoras estavam receosas de comparecer, pois haviam sido ameaçadas caso buscassem qualquer tipo de medida formal. Diante desse cenário, foi solicitado que o próprio promotor se deslocasse até o local dos fatos para possibilitar a escuta das vítimas em condições mais seguras.

O convite foi aceito, sendo a reunião agendada para o dia 10 de abril de 2018, às 20h30min, no salão paroquial da Igreja Santa Mônica. O promotor compareceu ao local, juntamente com o senhor Bruno Cardoso, representante da Pastoral Social, além de representantes do poder municipal e da ONG Transvest. Conforme consta no único documento oficial resultante desse encontro, Ofício DLGBT/CRLGBT/PDDH-DAMP nº 005/2018, incluído nos anexos deste trabalho, registrou-se também a participação de Juhlia Santos, então ativista e atualmente vereadora de Belo Horizonte pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), eleita em 2024. A reunião contou ainda com a presença expressiva de mulheres trans e travestis, embora o promotor não tenha conseguido precisar o número exato de participantes, limitando-se a afirmar que “*eram muitas*”.

Segundo relato, ao iniciarem a reunião no salão paroquial, os participantes foram interrompidos por um conselheiro da paróquia e pelo presidente da Associação de Moradores do bairro Santa Branca, que exigiram a retirada de todos, alegando não haver autorização para a realização do encontro naquele espaço. Diante da situação, o senhor Bruno Cardoso argumentou que a reunião havia sido previamente agendada e que não havia motivos para sua interrupção. Apesar da justificativa, o conselheiro passou a ofender verbalmente os presentes, criando um ambiente hostil que impossibilitou a continuidade da reunião. Diante da tensão, o promotor solicitou que todos se retirassem do local, sugerindo que a conversa prosseguisse na rua. Ao saírem, depararam-se com uma grande aglomeração de moradores, estimada em cerca de 20 pessoas, além de representantes do 49º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais e do BOPE. Os presentes demonstravam indignação com a atuação do Ministério Público, acusando o promotor de estar ali “*para defender os travestis*”. A rua onde se encontravam foi, inclusive, bloqueada, impedindo a circulação de veículos, o que intensificou o clima de intimidação contra os participantes da reunião.

Tal situação não impediu o promotor de conversar com as travestis presentes, sendo a reunião encerrada por volta das 22 horas. Durante o encontro, também foram ouvidos membros da comunidade e representantes do BOPE e da PMMG. Ao dialogar com integrantes do 49º Batalhão da PMMG, o promotor foi informado de que o conflito havia ganhado grandes proporções porque moradores estariam revoltados com supostas atitudes de duas ou três travestis, que, segundo alegado, se despiriam em via pública, praticariam pequenos furtos e realizariam sexo oral nas imediações. O promotor esclareceu ao policial, e posteriormente ao comandante do batalhão a quem foi apresentado, que tais condutas eram inadmissíveis e deveriam, por óbvio, ser coibidas pela Polícia Militar. Ressaltou, ainda, que essas atitudes jamais teriam qualquer respaldo do Ministério Público, por configurarem práticas ilegais.

As alegações referentes à nudez em via pública foram, de fato, mencionadas por C* durante a pesquisa de campo realizada pelo pesquisador em 2025, conforme o relato a seguir:

Mas era porque as travesti, certa hora, elas ficava pelada mesmo, passando na frente do BOPE. Ai vinha as viatura comum, da policia militar comum, não era do BOPE não. Ai eu nunca vi ninguém sendo agredido, mas provavelmente né. Mas eu via elas passando peladão memo²⁹.

Segundo o relato do promotor, a motivação inicial para sua presença no bairro decorreu das denúncias de que travestis haviam sido vítimas de ação truculenta por parte de policiais do BOPE. Na condição de Promotor de Justiça com atribuição para a defesa de minorias, afirmou ser seu dever apurar os fatos noticiados. Tal postura, entretanto, provocou reação exacerbada de alguns presentes, entre os quais se encontravam policiais militares, que se manifestaram de forma hostil contra sua atuação. Após a reunião, passados alguns dias, o Dr. Mario Konichi Higuchi Júnior passou a receber, por meio do sistema da Ouvidoria do Ministério Público, representações anônimas que lhe imputavam uma série de supostos desvios funcionais praticados durante a diligência. Entre essas acusações, chamou-lhe especial atenção a alegação de que teria incorrido no crime de invasão de domicílio, sob o argumento de que adentrou o salão paroquial sem autorização.

O procedimento administrativo disciplinar instaurado contra o promotor foi arquivado, não resultando em qualquer sanção. Segundo seu relato, ele manteve contato com algumas trabalhadoras sexuais por determinado período, informando-lhes que sua sala no Ministério Público permanecia aberta para eventual prosseguimento das denúncias. Entretanto, o contato foi gradativamente perdido, e nenhuma das mulheres trans e travestis retornou ao órgão, não

²⁹ Trecho do relato de C*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

havendo, portanto, instauração de procedimento formal no MPMG relativo ao caso. Tal ausência de procura pode ser explicada pelo medo de novas hostilidades e retaliações na região.

A Diretoria de Políticas para a População LGBT (DLGBT) e o Centro de Referência LGBT (CRLGBT-BH), conforme registrado no ofício anteriormente mencionado, reconheceram a existência do conflito e das violações de direitos sofridas pelas travestis e mulheres trans que exercem a prostituição no bairro, colocando-se à disposição para realizar ações e intervenções necessárias. Contudo, como apurado pelo pesquisador, nenhuma medida concreta de proteção foi efetivamente implementada, excetuando-se algumas iniciativas pontuais voltadas ao acesso à saúde e à redução de danos, especialmente relacionadas à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), à desmistificação de preconceitos e discriminações, ao uso de drogas e à saúde mental.

2.3 Convivência e Conflito: as relações entre moradores e trabalhadoras sexuais no Santa Branca

Eu moro com meu pai. Eu tenho uma irmã, aí eu tenho duas sobrinha. Antigamente morava só eu e meu pai e minha mãe. Minha mãe faleceu. Ai minha irmã voltou pra casa. Ai eu moro aqui perto mesmo (...) quando a minha sobrinha me vê arrumada, ela tem três anos, ela fala “onde você vai tia?”. Eu falo “eu vou ali. Vou ali visitar uma amiga”. Ela fala: “Tia, mas você tá tão linda”. Eu aí: “obrigada, amor.” É muito complexo. Entendeu?! Mas eu acho que começou a mudar muita coisa. Entendeu?! Antigamente, nossa. Eu sofri muito na Afonso Pena. Eu sou da época de lá, né. Na época eu já não aguentava nada, nada, nada. A polícia aqui né, vendo os boyzinho tacar coisa ne mim sem fazer nada. Hoje em dia já dá alguma coisa. Entendeu?!³⁰

Conforme demonstrado ao longo deste trabalho, o bairro Santa Branca constitui-se historicamente como espaço ocupado por prostitutas trans e travestis, devido à elevada concentração de motéis situados próximos às vias de acesso ao bairro. A presença dessas construções, marcadas por forte interesse econômico, contribuiu para a transformação da dinâmica local e intensificou as disputas entre os diversos sujeitos políticos que atuam no território.

A prostituição de rua, modalidade mais visível dessa prática social, torna-se elemento estruturante na configuração espacial do bairro, uma vez que sua presença, imediatamente reconhecível, demarca e reorienta o uso do território. Essa visibilidade, entretanto, carrega uma ambivalência: por um lado, pode ser associada à sedução e ao exercício de autonomia; por outro, é frequentemente alvo de estigmatização e violência. Os espaços de prostituição,

³⁰ Trecho do relato de X*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

portanto, funcionam também como instrumentos de poder, delimitados por fronteiras simbólicas expressas em condutas, posturas, vestimentas e formas de comunicação oral entre seus ocupantes. (Castro; Deus; Silva. 2019).

No caso do Santa Branca, como analisado anteriormente, o controle social sobre esses espaços foi historicamente exercido pela polícia, por meio de batidas frequentes que buscavam disciplinar e deslocar a atividade. Tal controle, contudo, não se deu de forma isolada, mas em resposta à pressão de moradores que reivindicavam o afastamento da prostituição de suas casas e vizinhança, reforçando práticas de exclusão e moralização do espaço urbano. Essa tensão revela, conforme argumenta Lefebvre (2006), que o espaço urbano é produto de relações sociais e instrumento de estratégias de poder. No Santa Branca, essa produção espacial se dá a partir do embate entre forças de controle, exercidas pelo Estado e pela moralidade social, e práticas de resistência, representadas pela permanência das trabalhadoras sexuais, que reconstróem e ressignificam o território.

Essa disputa não é recente. Em recorte do jornal O Tempo, datado de 20 de janeiro de 2000 e localizado no Arquivo Público Municipal de Belo Horizonte, já se evidenciava o embate em torno da presença da prostituição e dos motéis na região. A reportagem indicava que, apesar das queixas dos moradores, o poder público reconhecia que a atividade no Santa Branca não estava associada ao aumento da criminalidade, como demonstra o trecho a seguir:

No bairro Santa Branca, o que mais incomoda os moradores são os motéis localizados na entrada do bairro. À noite, segundo o ex-presidente da Associação Comunitária do Santa Branca, José Crispim, o local fica cheio de prostitutas e travestis disputando ponto e clientes. Ele afirma que alguns moradores chegaram até a mudar de bairro por causa disso.

Para a Regional Pampulha, apesar disso, o bairro é seguro e possui um dos mais baixos índices de criminalidade da capital. E, a partir deste mês, serão organizados encontros mensais para a comunidade discutir, junto à regional e à polícia, as principais reivindicações, inclusive o problema dos motéis. (Sogaw, 2000).

Na pesquisa realizada por Gea, Barreto e Moreira (2019), identificou-se que moradores do bairro vinculados à Associação do Bairro Santa Branca (ABSB) e ao Conselho da Comunidade manifestavam apoio às ações violentas praticadas pela polícia. Segundo esses moradores, tais práticas eram justificadas pelo comportamento atribuído às trabalhadoras sexuais, sobretudo às travestis, acusadas de ficarem nuas, consumirem drogas e manterem relações sexuais em via pública. As autoras observaram que o desejo de expulsão das trabalhadoras sexuais não apenas era amplamente compartilhado, mas também organizado, com articulações que se estendiam às redes sociais, envolvendo moradores e policiais. (Gea; Barreto; Moreira, 2019). Esse mesmo discurso foi reproduzido por um policial ao promotor de justiça Dr. Mario Konichi Higuchi Júnior durante a reunião ocorrida em 10 de abril de 2018.

Pouco tempo após o encontro, ainda no mês de abril, o bairro Santa Branca amanheceu com faixas afixadas pela ABSB em pontos estratégicos, justamente nos territórios de prostituição, com os seguintes dizeres: “Estamos vigilantes! Qualquer ilícito ou ato obsceno deverá ser comunicado à PMMG através do 190 ou 3494-3061 (15ª CIA). Você está sendo filmado.” Essas faixas, conforme relataram as trabalhadoras sexuais, tornaram-se símbolos de vigilância e intimidação, afetando diretamente sua permanência no local e inibindo a presença de clientes. (Gea; Barreto; Moreira, 2019).

Embora não tenham sido localizadas fotografias das referidas faixas mencionadas por Gea, Barreto e Moreira (2019), as informações foram confirmadas durante a pesquisa de campo com mulheres trans e travestis, bem como em conversas com membros da administração pública municipal que atuaram no caso, todos lembrando-se claramente da existência desse material. Conforme relato de Y*:

Eu fui nas audiências que os moradores (...) a associação dos moradores colocaram faixa (...)³¹

Gea, Barreto e Moreira (2019) relatam que a Associação de Moradores do bairro Santa Branca organizou, de forma recorrente, caminhadas noturnas que percorriam inclusive as ruas identificadas como pontos de prostituição. Essas mobilizações, realizadas às quintas-feiras, eram acompanhadas pela Polícia Militar e pelo BOPE, que escoltavam o pequeno grupo de moradores com viaturas e motos de sirenes ligadas. Durante os percursos, os participantes exibiam faixas com frases como “Estamos unidos pelos nossos direitos”, “Pagamos impostos” e “Queremos de volta nosso direito de ir e vir nas ruas do bairro”. A presença ostensiva das forças policiais, associada ao caráter performático dessas caminhadas, resultava na suspensão temporária da atividade das trabalhadoras sexuais durante essas noites.

O discurso que sustentava tais ações era pautado na alegada sensação de insegurança vivenciada pelos moradores, especialmente à noite, quando o trabalho sexual se intensificava. No entanto, a narrativa que vinculava a prostituição a práticas criminosas, como tráfico de drogas, furtos e outros problemas sociais, servia para justificar e legitimar as violências direcionadas contra todas as trabalhadoras sexuais, independentemente de sua conduta individual. Essa lógica reforçava sua estigmatização, deslocando a responsabilidade pelas violências sofridas para as próprias vítimas e negando-lhes o acesso à proteção estatal. Ao serem percebidas como corpos “indesejáveis” e desviantes do padrão socialmente aceito, as

³¹ Relato de Y*, travesti com passagem histórica pela região. Dona de Casa.

mulheres trans e travestis eram excluídas dos mecanismos de segurança pública, que, em tese, deveriam resguardar todos os cidadãos. (Gea; Barreto; Moreira, 2019).

A marginalização de gênero e sexualidade divergentes do padrão heterocisnormativo produz violências materiais e simbólicas. Como apontam Bento e Pelúcio (2012), travestis e mulheres trans, ao ocuparem espaços urbanos marcados por preconceito, enfrentam rejeição e exclusão, mas também constroem estratégias de resistência para afirmar sua cidadania e reivindicar direitos. No bairro Santa Branca, seus corpos, vistos como subversivos, desafiam paradigmas normativos e questionam a ocupação hegemônica do espaço urbano.

Philippopoulos-Mihalopoulos (2017, p. 638) acrescenta que o espaço deve ser compreendido como um “parâmetro singular às preocupações jurídicas”, exigindo que o direito enfrente suas características peculiares de simultaneidade, materialidade e exclusão corporal. Essa leitura permite compreender que os espaços são ordenados por relações de poder que regulam os movimentos e a presença de corpos. Em sua perspectiva mais recente, o autor (2024, p. 12) afirma que não há espaço sem direito, assim como não existe direito fora do espaço: todo lugar é regido por suas próprias normas, formais ou informais, que definem quem pode permanecer e quem deve ser expulso.

Essa abordagem dialoga diretamente com a experiência das trabalhadoras sexuais trans e travestis no Santa Branca, cujas vivências são marcadas por invisibilidades, negação de direitos e violência institucional. Como sintetiza Pedra (2020, p. 98), “o espaço vivenciado e conhecido por travestis e transexuais é, nesse contexto, marcado pela rejeição, pelas exclusões e pela violência”. Apesar dessa realidade, essas mulheres resistem, buscando edificar seus direitos e construir novos paradigmas sociais que desafiam a ordem excludente vigente.

A pesquisa de campo evidenciou uma mudança significativa na dinâmica entre as trabalhadoras sexuais e os moradores do bairro Santa Branca. Foram recorrentes os relatos de que, atualmente, não há conflitos diretos com os residentes locais. Pelo contrário, diversas interlocutoras destacaram a existência de uma relação marcada pelo respeito mútuo. Aquelas que exercem a atividade há mais tempo no território afirmaram conhecer alguns moradores e relataram uma convivência pacífica e respeitosa. Um aspecto interessante observado nas entrevistas foi o papel mediador que essas trabalhadoras mais antigas passaram a exercer. Segundo relataram, quando novas profissionais chegam à região e, por desconhecimento da dinâmica local, realizam algazaras ou fazem barulho excessivo durante a madrugada, são os próprios moradores que recorrem às mais antigas para que intervenham e orientem as recém-chegadas. Isso se dá, principalmente, nas áreas em que ainda existem residências, sendo esse

um indicativo claro da construção de uma relação territorial pautada na convivência e na negociação cotidiana.

Durante as observações *in loco* realizadas pelo pesquisador, foi possível constatar que, nas principais ruas onde se desenvolve o trabalho sexual, especialmente na Rua Antero de Quental e na Rua Teles de Menezes, há uma predominância de galpões e estabelecimentos comerciais, com funcionamento limitado ao período diurno. As áreas residenciais são pontuais e concentradas em trechos específicos. Na Rua Teles de Menezes, por exemplo, encontra-se o Santuário da Pampulha, uma igreja evangélica localizada na esquina com a Rua Monte Cassino. Seu funcionamento encerra-se por volta das 21h00, ao passo que a movimentação das trabalhadoras sexuais se intensifica a partir das 22h00. Não foram relatadas ao pesquisador quaisquer intercorrências envolvendo a igreja ou seus frequentadores. Observou-se, ainda, que nesse trecho do quarteirão há menor concentração de trabalhadoras, sendo mais comum encontrá-las nas proximidades do Viaduto Monte Castelo, um pouco mais adiante.



Figura 7 Entrada da Igreja Evangélica, Santuário da Pampulha, na Rua Teles de Menezes - Feita pelo pesquisador



Figura 8 Rua Teles de Menezes - Feita pelo pesquisador



Figura 9 Viaduto Monte Castelo - Feita pelo pesquisador

Na Rua Monte Cassino localiza-se a Igreja Católica Nossa Senhora do Sagrado Coração, cuja estrutura física se estende desde a interseção com a Rua Teles de Menezes até a confluência com a Rua Antero de Quental. De acordo com informações oficiais, o horário de funcionamento da igreja encerra-se às 17h00. No entanto, durante o trabalho de campo realizado em período noturno, foi possível observar a igreja ainda em funcionamento às 21h00, fato registrado em fotografias incluídas neste trabalho. Além da igreja, essa localidade abriga dois edifícios residenciais, sendo um deles de pequeno porte, com aproximadamente três andares. A presença desses elementos, equipamentos religiosos e moradias, influencia diretamente a delimitação do território de atuação das trabalhadoras sexuais. Observou-se, nesse sentido, que o ponto de permanência das profissionais se estende até a esquina da Rua Antero de Quental, sem ocupação da calçada localizada em frente à Igreja Católica.

Essa delimitação espacial não formalizada, mas respeitada na prática cotidiana, demonstra a complexidade das negociações que organizam o uso do território. Mesmo em contextos marcados por disputas simbólicas e materiais, o espaço é constantemente produzido e reproduzido por meio de ajustes, limites tácitos e acordos não institucionalizados entre diferentes sujeitos urbanos. O que se observa no bairro Santa Branca é a manifestação concreta dessa tríade, o espaço percebido, concebido e vivido, que organiza e regula, ainda que de forma informal, as fronteiras entre o aceitável e o inaceitável no uso da cidade por sujeitos historicamente marginalizados.

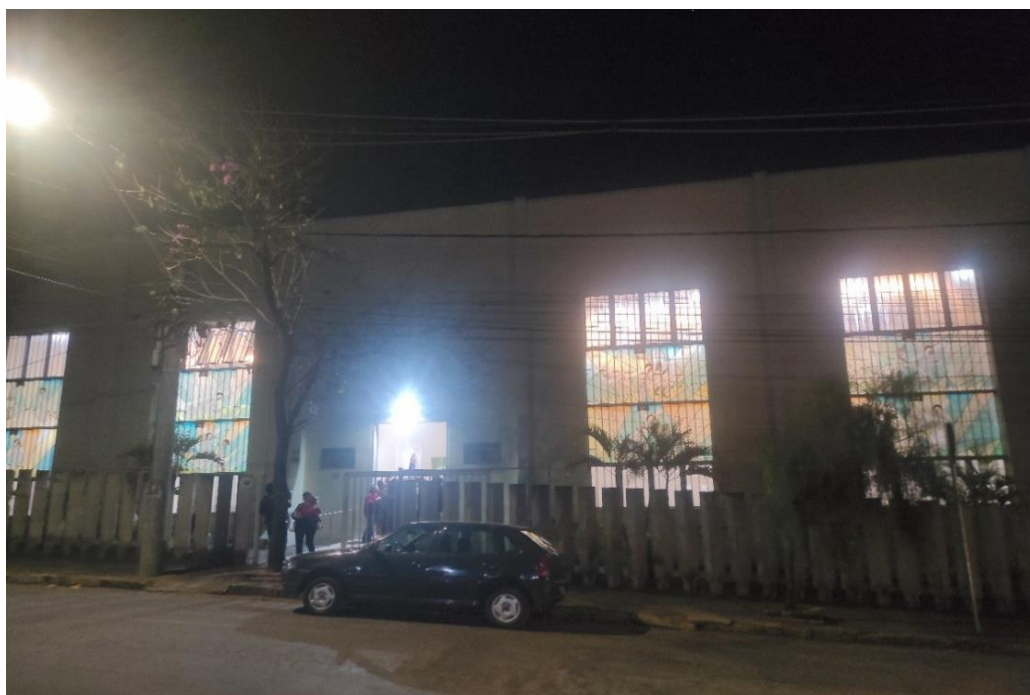


Figura 10 Igreja Católica Nossa Senhora do Sagrado Coração - Feita pelo pesquisador

Seguindo pela Rua Antero de Quental, encontra-se a antiga sede do BOPE. Logo adiante, está localizado o Centro de Saúde Santa Amélia. Apesar de estar situado formalmente dentro dos limites territoriais do bairro Santa Branca, o equipamento público leva o nome do bairro vizinho, Santa Amélia, o que pode ser justificado pela lógica administrativa da regionalização dos serviços de saúde, voltada ao atendimento de um território mais amplo.



Figura 11 Centro de Saúde Santa Amélia – Fonte: Gontijo, 2023.

Na interseção entre as ruas Antero de Quental e Monte Castelo, identificam-se algumas moradias residenciais, compostas por casas unifamiliares e unidades geminadas. Durante a pesquisa de campo, foi relatado ao pesquisador, por R*, trabalhadora sexual com longa trajetória no território e reconhecida como figura de referência entre as demais profissionais, que uma dessas residências abriga, em anexo, um salão de beleza de funcionamento consolidado há vários anos. Segundo R*, a moradora e proprietária do salão recusa-se a atender qualquer mulher associada à prostituição, independentemente de ser cisgênero ou transgênero.

Do lado desse negócio tem uma casa e um salão, pessoal faz muito cabelo lá. Mas a dona não aceita pessoal de programa lá. Não aceita mexer em cabelo de pessoal de programa. Não sei porque.³²

Esse relato evidencia como a estigmatização social ultrapassa o espaço público e alcança também as dinâmicas do comércio e da convivência cotidiana, reafirmando mecanismos de exclusão simbólica e material que moldam o uso e o pertencimento ao território. Como aponta

³² Trecho do relato de R*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

Judith Butler (2018), corpos que não se conformam aos regimes normativos de gênero e sexualidade tornam-se abjetos, ou seja, são expulsos do campo da inteligibilidade social, sendo tratados como sujeitos indesejáveis e, portanto, passíveis de exclusão institucional, simbólica e física.

Essa abjeção também opera na micropolítica dos territórios urbanos, em que determinadas presenças são sistematicamente recusadas. Conforme Bento e Pelúcio (2012), a transfobia institucional e social constrói fronteiras tácitas entre os corpos considerados legítimos e aqueles marcados como desviantes, especialmente no contexto da prostituição. Já Andreas Philippopoulos-Mihalopoulos (2017) argumenta que o espaço urbano é ordenado juridicamente mesmo fora do direito positivo, por meio de normas difusas que regulam quem pode circular, ocupar ou permanecer. Nesse sentido, a recusa da proprietária do salão de atender mulheres associadas à prostituição ilustra como o espaço urbano é moldado por uma juridicidade não escrita, mas eficaz, que reforça desigualdades estruturais e práticas cotidianas de segregação.

Ao final da Rua Antero de Quental, entre motéis e galpões industriais, localiza-se a Creche Comunitária Pequeno Alexandre, uma instituição privada que funciona no horário das 07h00 às 17h00. A presença dessa creche em meio a um território marcado por disputas simbólicas e práticas em torno da prostituição chamou a atenção do pesquisador pela sua singularidade. A justaposição entre um equipamento destinado à infância e o contexto de intensa circulação noturna de mulheres trans e travestis que exercem trabalho sexual explicita as complexas formas de apropriação do espaço urbano por diferentes sujeitos sociais, muitas vezes em coexistência conflituosa ou silenciosa. Essa sobreposição, ainda que silenciosa, contribui para a compreensão das ambivalências que estruturam o cotidiano do bairro Santa Branca.



Figura 12 Creche Comunitária Pequeno Alexandre - Feita pelo pesquisador

Com o objetivo de proporcionar uma melhor visualização das dinâmicas territoriais descritas, apresenta-se, a seguir, um mapa elaborado pelo pesquisador. O material cartográfico busca representar as interações entre os diferentes equipamentos urbanos, espaços de prostituição, instituições religiosas e serviços públicos, permitindo uma compreensão mais concreta da organização espacial do território analisado. Destaca-se que as áreas não demarcadas são compostas por motéis ou por galpões de empresas que permanecem fechados durante a noite.



- | | | | |
|--|---|---|--|
| ■ Espaços de Prostituição | ■ Igreja Católica | ■ Área Residencial | ■ Creche |
| ■ Antiga cede do BOPE | ■ Centro de Saúde | ■ Igreja Evangélica | |

Mapa 5 Dinâmicas territoriais no bairro Santa Branca – Marcações feitas pelo pesquisador. Fonte: Google Maps

Essa memória evidencia a sobreposição de conflitos simbólicos e materiais entre moradores, instituições religiosas, órgãos de controle estatal e trabalhadoras sexuais, revelando como gênero e sexualidade operam como categorias centrais na produção do espaço urbano. As

tensões vivenciadas no bairro Santa Branca demonstram um processo ativo de disputa territorial, marcado por práticas de expulsão, vigilância e silenciamento. Yi-Fu Tuan (2005, p. 250), em *Paisagens do Medo*, observa que “o medo da cidade como um ambiente físico não pode ser nitidamente isolado do medo dos habitantes da cidade”. Nesse sentido, os corpos trans e travestis, cujas presenças são historicamente associadas à prostituição e ao estigma, tornam-se simultaneamente visíveis e indesejáveis, produzindo um espaço marcado pela exclusão. Mais do que um simples conflito de interesses, o que se observa é a consolidação de fronteiras simbólicas que delimitam quem pode ou não ocupar determinados lugares. A análise proposta neste trabalho, portanto, não busca mapear exaustivamente as abordagens possíveis, mas lançar luz sobre olhares interdisciplinares que problematizam essas dinâmicas e revelam como o espaço urbano se torna um campo de disputas sociais, políticas e identitárias.

2.4 Sexo de Máscara

*Não foi muito bom não. Não recebíamos nada. Nada, nada nada. Aqui não. Aqui não veio nada. O movimento caiu. E as meninas ficou desesperada, porque elas tinha que pagar a rua e não fazia nada, então não compensava.*³³

A pandemia de COVID-19, declarada como emergência global pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 e oficialmente encerrada como tal em 5 de maio de 2023 (Pan American Health Organization, 2023; World Health Organization, s.d.), impôs à sociedade brasileira um cenário de profundas vulnerabilidades sociais. As medidas de contenção sanitária, o fechamento de estabelecimentos e a retração da atividade econômica impactaram de modo contundente os trabalhadores informais, especialmente aqueles cujas atividades dependem diretamente da ocupação dos espaços públicos, como as trabalhadoras sexuais.

No bairro Santa Branca, essa crise se traduziu em dificuldades múltiplas. Conforme relataram as entrevistadas durante a pesquisa de campo, a pandemia expôs e agravou as precariedades já existentes. As profissionais do sexo, mesmo com a redução da circulação de pessoas nas ruas, continuaram a se expor em busca de renda, muitas vezes sem conseguir atender um único cliente. O fechamento temporário ou definitivo de motéis impactou não apenas essas mulheres, mas também toda a rede laboral envolvida, revelando a interdependência invisibilizada entre os setores da economia marginal e formal. Como resultado, a insegurança alimentar se agravou, o acesso a cuidados em saúde mental e prevenção

³³ Trecho do relato de R*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

a infecções sexualmente transmissíveis foi interrompido ou dificultado, e as redes de apoio social ficaram ainda mais fragilizadas.

Em resposta, políticas públicas emergenciais, como o auxílio emergencial federal, tentaram mitigar os efeitos da crise. No entanto, como argumenta Butler (2021), os efeitos da precariedade não se distribuem de forma equitativa: corpos considerados socialmente desviantes são sistematicamente excluídos das redes de proteção institucional. Nesse contexto, a vulnerabilidade não é apenas econômica, mas ontológica e espacial, conforme destaca Andreas Philippopoulos-Mihalopoulos (2017), ao compreender o direito como forma de gestão dos corpos no espaço. O território do Santa Branca, em tempos de pandemia, evidencia essa dinâmica, onde o controle estatal e o abandono se entrelaçam, produzindo exclusão que afetam desproporcionalmente as trabalhadoras sexuais trans e travestis.

Durante a pandemia de COVID-19, a cidade de Belo Horizonte se destacou pela adoção de políticas públicas voltadas à segurança alimentar, promovidas pela Prefeitura Municipal por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC)³⁴. Essas ações buscaram mitigar os efeitos da crise sanitária e econômica sobre a população em situação de vulnerabilidade social. Dentre as iniciativas implementadas, destacam-se a distribuição de cestas básicas e kits de higiene pessoal, bem como a celebração de parcerias com organizações da sociedade civil para a doação de alimentos.

Uma das ações de maior relevância foi o projeto Cesta Solidária, que garantiu a entrega de alimentos a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. A distribuição priorizava os núcleos familiares cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico), sendo considerada uma das principais estratégias para mitigar os impactos da desigualdade socioeconômica durante o período pandêmico. As cestas incluíam itens alimentares essenciais como arroz, feijão, óleo, açúcar, farinha, leite em pó, entre outros, com o objetivo de suprir minimamente as necessidades nutricionais básicas das famílias beneficiadas. A articulação com instituições da sociedade civil e organizações não governamentais ampliou o alcance das ações e a efetividade da resposta pública (Brasil, 2024).

Mesmo após o encerramento da fase emergencial da pandemia, o município manteve e reestruturou algumas dessas políticas. Um exemplo disso é o programa Cesta nas Férias,

³⁴ Após a Reforma Administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte, realizada em fevereiro de 2025, a antiga Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) foi desmembrada em duas novas pastas: a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) e a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN). Neste trabalho, as siglas e denominações institucionais serão utilizadas conforme o recorte temporal a que cada situação se refere. Assim, durante a pandemia de COVID-19 — período em que as ações relatadas foram conduzidas sob a estrutura anterior — será empregada a sigla SMASAC, preservando a fidelidade histórica e administrativa do momento descrito.

direcionado a estudantes da rede municipal de ensino em situação de pobreza e extrema pobreza inscritos no CadÚnico, com entrega de cestas básicas durante os períodos de recesso escolar (Brasil, 2023). Tais medidas demonstram não apenas a permanência de uma preocupação institucional com o combate à fome e à insegurança alimentar, mas também a importância de políticas públicas integradas, intersetoriais e permanentes voltadas ao cuidado, à dignidade e à sobrevivência das populações vulnerabilizadas, evidenciando o papel fundamental do Estado no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Durante a pandemia de COVID-19, o autor desta pesquisa exercia o cargo de assessor na SMASAC, no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte. Na estrutura da pasta, estava vinculada a Subsecretaria de Direitos e Cidadania (SUDC), responsável pela coordenação de sete diretorias voltadas a grupos socialmente vulnerabilizados: crianças e adolescentes, juventude, mulheres, igualdade racial, população LGBTQ+, pessoas com deficiência e pessoas idosas. Com o agravamento das desigualdades sociais no contexto pandêmico, e após a categorização inicial dos públicos atendidos por meio do Cadastro Único (CadÚnico), a SUDC passou a organizar, de forma complementar, o cadastramento das pessoas acompanhadas por suas diretorias específicas. Cada diretoria era responsável por sistematizar, semanalmente, as informações de seu respectivo público-alvo, garantindo, assim, a inclusão de sujeitos que, embora em situação de vulnerabilidade, muitas vezes estavam fora das bases tradicionais de dados do Estado.

Nesse contexto, as profissionais do sexo, cis e trans, que atuavam em diversas regiões da cidade, inclusive no bairro Santa Branca, passaram a ser incluídas no sistema interno de registro da SMASAC, alimentado pelas organizações da sociedade civil, coletivos e ONGs. No caso específico das trabalhadoras sexuais, os dados eram enviados para a Diretoria de Políticas para as Mulheres (DIPM), que os integrava em uma planilha coletiva que balizava as entregas semanais de cestas básicas e kits de higiene. As informações eram atualizadas em reuniões regulares, com o objetivo de garantir a cobertura e evitar a duplicidade de atendimentos. O trabalho era intensamente articulado e operacionalizado entre o poder público e os movimentos sociais de base.

Em 2021, o autor foi remanejado para a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), autarquia da Prefeitura de Belo Horizonte. Ao retomar este debate no contexto da presente pesquisa, foi solicitado, via Lei de Acesso à Informação (LAI), o detalhamento dos dados de distribuição das cestas básicas por grupo prioritário, com o intuito de construir um quadro quantitativo que evidenciasse o alcance dessas políticas. No entanto, a resposta fornecida pela Controladoria-Geral do Município, por meio da Subcontroladoria de

Transparência e Prevenção da Corrupção, no âmbito da LAI n.º 31.00830975/2024-15, foi genérica e não apresentou os dados solicitados. A ausência de informações objetivas, apesar de o pesquisador ter participado da elaboração e atualização semanal da planilha de quantitativos, evidencia o descompasso entre a produção interna de dados e sua publicização institucional.

A inexistência de dados públicos desagregados por grupo social dificulta a formulação de políticas públicas específicas e reforça a precariedade do tratamento estatal dispensado a populações vulnerabilizadas. No caso das profissionais do sexo, assim como de mulheres em situação de abrigo, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua ou pertencentes a comunidades quilombolas, a não visibilização estatística perpetua a exclusão histórica desses sujeitos das políticas de cuidado, cidadania e segurança alimentar. Segue resposta dada pela Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte, Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da corrupção, através da LAI n.º 31.00830975/2024-15:

De acordo com a SMASAC - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou em março a distribuição de cestas básicas e kits de higiene para famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social do município. De março de 2020 a novembro de 2021, mais de 5,2 milhões de cestas básicas e mais de 945 mil kits de higiene foram entregues pela PBH para famílias de estudantes da rede municipal de ensino e em vulnerabilidade econômica ou social, de forma ininterrupta. Esta foi uma ação intersetorial, que contou com a cooperação de vários órgãos, incluindo com a participação ativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania na identificação do público, orientação e promoção do acesso à cesta básica.

As cestas básicas e kits de higiene foram concedidos mensalmente, em caráter provisório, para garantir o direito à alimentação adequada, condições de higiene e prevenção à propagação da Covid-19, durante a Situação de Emergência em Saúde Pública declarada pelo Decreto no 17.297, de 2020, observada a disponibilidade orçamentária e financeira. Sua distribuição foi regulamentada pela Portaria SMASAC 076/2020, que alterou a Portaria SMASAC n.º 036/2020.

Em relação às demais informações solicitadas, esclarecemos que a identificação e a inclusão das famílias beneficiárias foram realizadas por meio da utilização das bases de dados mais recentes, à época, dos cadastros oficiais já existentes de cada público elencado na Portaria. Na base de dados constava o nome completo, CPF e endereço do responsável, que seria o beneficiário de referência daquela família. Por isso, não é possível separá-las por grupos específicos ou mesmo separar os quantitativos mensais distribuídos, nesse momento. (LAI n.º 31.00830975/2024-15).

A resposta obtida no âmbito da LAI n.º 31.00830975/2024-15, não exprime a realidade factual do processo de distribuição das cestas básicas e kits de higiene durante a pandemia de COVID-19. Na condição de assessor da SMASAC à época, o pesquisador acompanhou diretamente a construção dos cadastros, das planilhas de controle e da sistemática de distribuição semanal, o que torna sua narrativa não apenas legítima, mas documental. Como já relatado, as diretorias vinculadas à SUDC foram responsáveis por organizar e manter atualizados os dados de seus respectivos grupos de atuação. A lógica de distribuição das cestas não era genérica, tampouco indistinta. Pelo contrário: cada diretoria se articulava com

organizações da sociedade civil para coletar os dados de seus públicos específicos e repassá-los semanalmente para consolidação dos quantitativos de entrega. Esses dados eram sistematizados em planilhas internas, discutidos em reuniões técnicas e serviam de base para toda a logística de distribuição dos insumos.

Dessa forma, causa estranhamento o fato de a atual gestão da SMASAC afirmar não dispor dessas informações. Tal negativa, ainda que expressa formalmente em resposta à Lei de Acesso à Informação, configura uma forma de apagamento da memória institucional de políticas públicas importantes, além de dificultar a formulação de estratégias futuras voltadas aos grupos vulnerabilizados. A ausência desses dados compromete não apenas a avaliação das ações passadas, mas também o planejamento presente e futuro das políticas de segurança alimentar e cuidados. Tais registros são essenciais para compreender a capilaridade da assistência, os vazios de cobertura e os pontos de maior vulnerabilidade da população.

Fazendo uma breve análise sobre os atos normativos citados na resposta LAI, o Decreto nº 17.297, de 17 de março de 2020, declarou a existência de situação anormal caracterizada como Situação de Emergência em Saúde Pública no município de Belo Horizonte. Essa medida jurídica foi fundamental porque permitiu a adoção de ações excepcionais, como a requisição de bens e serviços de particulares, a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil e, sobretudo, a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços voltados ao enfrentamento da crise sanitária. O decreto, portanto, constitui a norma-base sobre a qual se apoiaram os demais instrumentos administrativos posteriores. (Belo Horizonte, 2020a).

Na sequência, foi editada a Portaria SMASAC nº 036, de 19 de março de 2020, que buscou operacionalizar a situação de emergência dentro do âmbito específico da assistência social e da segurança alimentar. Determinou regimes especiais de funcionamento para unidades administrativas, previu a suspensão de atividades coletivas e manteve em funcionamento apenas os serviços considerados essenciais, como sepultamento, acolhimento institucional, serviços de abordagem social, restaurantes populares e feiras livres. Também disciplinou a adoção de regimes de plantão presencial, teletrabalho e protocolos específicos para atendimento da população em situação de rua e de pessoas idosas. Assim, a Portaria nº 036 representou a tradução prática do decreto, detalhando como os serviços de assistência social deveriam se organizar diante da pandemia. (Belo Horizonte, 2020b).

Posteriormente, a Portaria SMASAC nº 076, de 1º de julho de 2020, alterou e ampliou a Portaria nº 036/2020, com ênfase na instituição de critérios para a distribuição de bens de consumo. Este ato normativo estabeleceu regras para a concessão de cestas básicas e kits de higiene a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, abrangendo diversos grupos

sociais: estudantes da rede municipal de ensino, famílias residentes em vilas, favelas e ocupações urbanas cadastradas no CadÚnico, catadores de materiais recicláveis, carroceiros, vendedores ambulantes, trabalhadores informais, comunidades tradicionais, pessoas com medidas protetivas e permissionários de transporte, entre outros. Além disso, disciplinou fluxos de solicitação e mecanismos de controle para evitar duplicidade na concessão dos benefícios. Seguindo estes critérios as profissionais do sexo estariam contempladas na categoria de trabalhadores informais. (Belo Horizonte, 2020c).

Embora a pandemia de COVID-19 tenha afetado todos os territórios de maneira global, seus impactos não foram distribuídos de forma equânime. Populações já marcadas por vulnerabilidades sociais, como é o caso das trabalhadoras sexuais, foram mais intensamente afetadas pela crise sanitária, uma vez que acumulam múltiplos marcadores sociais de desigualdade, como gênero, classe e território. A pandemia, portanto, não apenas evidenciou, mas também aprofundou as desigualdades existentes, ressaltando a necessidade de produção e preservação de dados públicos específicos sobre esses grupos durante o período pandêmico. Dessa forma, a eventual perda ou ocultamento dos dados por parte da SMASAC representa uma perda significativa para os grupos vulnerabilizados, uma vez que a análise desses registros permitiria compreender com mais precisão os efeitos da crise, identificar pontos de maior fragilidade e estruturar políticas públicas mais eficazes.

Frente a essa ausência de dados oficiais, o pesquisador recorreu a outras estratégias metodológicas para compreender os efeitos da pandemia sobre o trabalho sexual no bairro Santa Branca. Durante as entrevistas e observações de campo, foi relatado por diversas trabalhadoras sexuais, cis e trans, bem como por funcionárias de motéis da região, que todas ficaram completamente desassistidas ao longo do período crítico da crise sanitária. Segundo os relatos, os kits de higiene e as cestas básicas distribuídas pela Prefeitura de Belo Horizonte não chegaram até aquele território.

Diante dessa ausência do poder público, as próprias trabalhadoras criaram estratégias de solidariedade para minimizar os impactos da crise. Os motéis tentavam manter as funcionárias contratadas, ainda que de forma precária, e as profissionais do sexo se ajudavam mutuamente, criando redes de apoio e partilha entre si. Ainda que sem estrutura institucional, resistiram à paralisação forçada das suas atividades, enfrentando as consequências da marginalização social, da precariedade econômica e da invisibilidade política.

R: Baixou muito a prostituição (...) aquela vez da COVID ninguém fez nada você lembra? você lembra na época da COVID também?! (...)*

Pesquisador: Na covid como vocês faziam? vocês vinham mesmo assim?

R: Muitas sumiram. Não foi E*, né. Muitas sumiram.*

E*: Sim.
 R*: As meninas ficaram de máscara, não foi E*.
 E*: De máscara é.
 R*: Mas a maioria pegou. Cê lembra?! a maioria pegou.
 Pesquisador: Então elas faziam programa de máscara?
 R*: De máscara.
 E*: Era muito louco. Isso sim.
 R*: Mas todas pegou.
 Rafael: Mas era isso ou passar fome né, ou morrer.
 R*: Ou morre.
 Pesquisador: E teve, por ser covid na época, o preço mudou? Ficou mais barato ou mais caro? ou não?
 R*: Não, ficou mesmo preço. Né E*.
 E*: Mas parecia que tinha umas pessoas que não tava nem com medo de covid, viu. Para falar a verdade, que eu trabalho aqui.
 Rafael: Mas as meninas tinham que ganhar dinheiro.
 R*: Trabalha (...) o carro ficava ali em cima ó. Fazendo teste (...) eu cheguei a aplicar benzetacil em algumas (...)
 Pesquisador: Vocês chegaram a pegar aqueles kits que a prefeitura tava dando? de higiene (...) que a SMASAC tava distribuindo?
 Rafael: A gente tava distribuindo. O BH tava distribuindo
 R*: Aqui não.
 Rafael: A gente tava levando nas casas na época (...) e cesta básica também
 R*: Aqui não (...) A Amanda conseguiu até sexta básica, mas não sei o que aconteceu que parou (...) nós deixava no motel aqui de baixo. Nos deixava guardar lá (...)
 Pesquisador: Quanto tempo a senhora trabalha aqui?
 E*: 25 anos.
 R*: 10 anos.³⁵

Da mesma forma, foi relatado por S*, funcionária de um motel localizado na região do bairro Santa Branca, que o período pandêmico foi marcado por extrema dificuldade econômica e abandono institucional.

Não chegou nada. A gente ficou aí, com movimento pingado, passando um aperto danado. A maioria pegou covid. O Castelo fechou por causa de menor e outro de cima por causa de movimento mesmo na época da pandemia.³⁶

Como se pôde verificar, as cestas básicas distribuídas pela Prefeitura de Belo Horizonte não chegaram, de forma sistemática, às trabalhadoras sexuais do bairro Santa Branca. Segundo relato de Rafael, agente redutor de dano do programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS, algumas cestas chegaram a ser entregues em domicílios, especialmente nas chamadas “casas de cafetinas”, imóveis que abrigam mulheres trans mediante o pagamento pela locação de quartos. R* mencionou o nome de Amanda como uma das responsáveis pela articulação dessas entregas em um dos motéis da região. Amanda, ativista trans em Belo Horizonte e, à época, integrante da ONG Clã das Lobas, teve papel central na mediação entre as profissionais do sexo e as iniciativas emergenciais.

³⁵ R*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS. E*, funcionária de um dos motéis na região do bairro Santa Branca. Rafael, agente redutor de dano no programa BH de mãos dadas contra AIDS.

³⁶ S*, funcionária de um dos motéis na região do bairro Santa Branca.

O Clã das Lobas é uma organização da sociedade civil formada por e para trabalhadoras(es) sexuais cis, trans e travestis que exercem a profissão em hotéis, sites, ruas e avenidas de Belo Horizonte e da região metropolitana. Fundada em 13 de julho de 2018 por Fátima Muniz (Jade) (Coletivo Clã das Lobas, s.d.). A ONG desenvolveu diversas ações de apoio durante a pandemia, como relatado por sua própria fundadora, em conversa telefônica realizada com o pesquisador em 4 de agosto de 2025. Jade afirmou que as distribuições de cestas básicas e kits de higiene foram registradas por meio de imagens divulgadas em sua página oficial no Facebook³⁷, demonstrando a preocupação da organização com a transparência e o alcance de suas ações. Em relação ao território do Santa Branca, a ativista confirmou que Amanda foi a responsável pela articulação local, conforme também relatado por R*.

Durante o trabalho de campo, o pesquisador teve a oportunidade de conversar com Amanda em diferentes ocasiões. Ela relatou que recolhia os nomes das mulheres cis e trans que residiam nas casas ou atuavam nas imediações, encaminhando-os aos programas assistenciais. Parte dessas entregas, segundo ela, eram feitas diretamente pelo programa municipal BH de Mãos Dadas Contra a AIDS, enquanto outras provinham das campanhas solidárias promovidas pelo Clã das Lobas, que explicaria, conforme R*, o encerramento das doações após o esgotamento dos estoques recebidos pela ONG.

Amanda também confirmou que, à época, encaminhou listas de nomes à Diretoria de Políticas para as Mulheres (DIPM), vinculada à SMASAC, e se recorda de que os dados já eram organizados por grupos específicos de vulnerabilidade. Sua fala reafirma a existência de cadastros sistematizados e articulados à distribuição emergencial, em contraste com a resposta institucional que nega a existência desses dados. A não disponibilização, perda ou silenciamento desses registros representa um entrave concreto à formulação de políticas públicas mais efetivas e sensíveis às particularidades territoriais e sociais. Reforça-se, portanto, o argumento de que a descontinuidade na produção e gestão de dados sobre grupos vulneráveis impacta diretamente a capacidade de planejar, avaliar e aprimorar estratégias públicas voltadas à proteção social e à justiça distributiva.

Nesse sentido, Judith Butler (2025) contribui para uma compreensão crítica do cuidado como campo de disputa política, ao afirmar que a precariedade não é apenas uma condição material, mas uma construção política, que define quais vidas são consideradas merecedoras de cuidado, assistência e proteção. No caso das trabalhadoras sexuais do bairro Santa Branca, a ausência de políticas públicas efetivamente materializadas no território reforça sua exclusão da

³⁷ https://www.facebook.com/cladaslobas/?locale=pt_BR. Acesso em: 28 ago. 2025.

cidade enquanto direito. A pandemia apenas intensificou esse processo de descarte, tornando ainda mais visíveis as fronteiras entre os sujeitos reconhecidos pelo Estado e aqueles cuja presença é constantemente negada.

Outro fator relevante, apontado pela pesquisa de campo realizada, diz respeito à alta rotatividade das trabalhadoras sexuais na região. Embora muitas mulheres, cis e trans, tenham afirmado não ter recebido qualquer tipo de auxílio durante a pandemia, algumas delas não estavam no território à época. A mesma dinâmica se observa nas casas de cafetinas, onde poucas permanecem por longos períodos. Assim, mesmo que ações de distribuição tenham ocorrido no passado, as pessoas diretamente beneficiadas não se encontram mais no território de estudo, o que reforça o apagamento e a fragmentação das políticas públicas voltadas para essa população.

A localização periférica do bairro Santa Branca também contribui para essa invisibilidade institucional. Segundo Jade, fundadora do Coletivo Clã das Lobas, a maioria das ações emergenciais desenvolvidas durante a pandemia tanto por sua organização quanto pela APROSMIG (Associação das Prostitutas de Minas Gerais) foram concentradas na Rua Guaicurus, no centro da capital mineira. Portanto, o próprio território representou mais um marcador de vulnerabilidade: estar afastada do centro foi, para essas trabalhadoras sexuais, estar afastada das políticas públicas. Enfrentaram o dilema de permanecerem nas ruas, com risco à saúde, ou não terem como garantir sua subsistência. Um dos motéis da região inclusive fechou durante o período. Como relatado por R*, algumas trabalhadoras chegaram a atuar usando máscaras, mesmo sabendo do risco de contaminação, sinal claro de que a exposição foi uma imposição da sobrevivência.

O quadro se agrava quando observamos que, mesmo nas ações institucionais voltadas às profissionais do sexo, o Santa Branca permaneceu fora do campo de atenção. Em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), a APROSMIG elaborou um *Diagnóstico Socioterritorial e Assessoramento às Redes de Trabalhadoras Sexuais da Guaicurus*³⁸, com o objetivo de conhecer de forma aprofundada a realidade dessa população durante a pandemia de COVID-19. O estudo mapeou perfis socioeconômicos, de gênero, raça e geração, além de vulnerabilidades e situações de violência. Entretanto, a concentração exclusiva das ações e pesquisas na região da Guaicurus reforça o apagamento do território do Santa Branca,

³⁸ Disponível em: <https://aprosmig.org.br/diagnostico-socioterritorial.html> . Acesso em: 24 out. 2025

evidenciando não apenas sua posição periférica na cidade, mas também sua exclusão dos processos de produção de conhecimento, acesso a direitos e formulação de políticas públicas.

No livro *Quadros de Guerra*, Butler (2025) aprofunda esse argumento ao afirmar que a ideia de uma “vida vivível” é atravessada por dispositivos que estabelecem distinções entre vidas dignas de serem vividas e vidas descartáveis. A autora propõe que normas, tácitas ou explícitas, definem quais perdas são passíveis de luto e quais não são. As vidas que não são consideradas dignas de luto tampouco são representáveis no espaço público, permanecendo como ausência política e social. No caso das trabalhadoras sexuais do bairro Santa Branca, suas vidas tornaram-se precisamente essas: desprovidas de representação, de assistência e de reconhecimento, mesmo em uma das maiores crises sanitárias do século.

A pandemia de COVID-19, ainda que tenha afetado todo o globo, expôs de maneira contundente as desigualdades estruturais já existentes. As populações atravessadas por marcadores de vulnerabilidade, como gênero, território e classe, foram afetadas de maneira desproporcional. Nesse contexto, as profissionais do sexo, em especial mulheres trans e travestis, permaneceram nas ruas em meio ao enfraquecimento dos sistemas de proteção social. A experiência desse período evidencia a urgência de se pensar políticas públicas baseadas em dados desagregados, capazes de dar visibilidade a esses sujeitos sociais.

Essa experiência vivida, ainda que marcada por dor e abandono, revela também a potência das redes de solidariedade. O programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS é exemplo disso, tendo funcionado de forma contínua ao longo da pandemia. Atuou não apenas com ações de prevenção em saúde, mas também com a entrega de cestas básicas e kits de higiene em casas e motéis frequentados pelas trabalhadoras sexuais. Será abordado em mais profundidade a seguir, dado seu papel essencial durante a pesquisa de campo e sua articulação direta com os sujeitos investigados. A vivência pandêmica reforça, portanto, a importância de um olhar integrado para a saúde pública, as políticas de cuidado, a segurança alimentar e a atuação intersetorial que efetivamente contemple os sujeitos que historicamente ocupam o lado de fora do enquadramento institucional.

2.5 BH de mãos dadas contra AIDS

(...) Eu ficava debaixo do viaduto, né amiga. Ai pá... aconteceu isso na minha perna. Começou a dar umas manchas vermelhas, sabe? Ai eu não conseguia andar. Fui no posto de saúde “ai é uma bactéria”(...) “que não sei o que, que não o que lá” “ai tá. pá. Tomei cefalexina. Ai fui na UPA de Venda Nova. Ai pequei um doutor que era gay né. Ele “não... vamos fazer que é babado”. Mona um HIV...PÁ. “Vamos te internar, porquê seu babado tá altíssimo”. Fui pro Eduardo de Menezes. Eu “Não. Não quero”. Faltava três dia para o meu aniversário. Eu “não”. Não me internei. Foragi

do hospital. Sai doída. Evadi (...) Evadi (...). Eu não vou passar... Ai depois de 20 dias eu fui querida, que eu não tava conseguindo nem andar. Ai fiquei PÁ. Ai hoje graça a deus to indetectável. Tomo meu remedinho direitinho. Faço sem camisinha, lógico. Aiii...³⁹

O programa “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS” foi criado em Belo Horizonte no ano 2000, sob a coordenação da infectologista Carmen Teresinha Mazzilli Marques, como uma resposta inovadora aos desafios relacionados à saúde sexual e à prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). O programa visa promover ações educativas, de cuidado e de redução de danos com foco em populações historicamente vulnerabilizadas, como pessoas em situação de rua, usuários de álcool e outras drogas e trabalhadoras(es) do sexo, entre outros grupos que enfrentam barreiras estruturais ao acesso aos serviços públicos de saúde (Prefeitura de Belo Horizonte, 2025).

Sua atuação se dá em duas frentes principais: ações formativas, como oficinas, palestras e capacitações, e ações de campo, pautadas na abordagem entre pares e na lógica da redução de danos. As formações contemplam temas como sexualidade, diversidade sexual, prevenção combinada, saúde mental, ISTs, raça, etnia e uso de drogas. O programa mantém parceria com escolas da Rede Municipal de Ensino, onde atua com alunos e professores, bem como com unidades de saúde e outras secretarias municipais, promovendo a capacitação continuada de profissionais da saúde e assistência social (Prefeitura de Belo Horizonte, 2025).

O reconhecimento do impacto do programa é evidenciado por premiações e apoios institucionais: em 2007, o “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS” foi agraciado com o Prêmio ODM Brasil, iniciativa apoiada pela Organização das Nações Unidas (ONU), como referência de política pública voltada ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Desde então, o programa mantém ações contínuas em todas as nove regionais administrativas de Belo Horizonte, consolidando-se como uma das principais estratégias da política municipal de saúde voltada para populações vulnerabilizadas (Prefeitura de Belo Horizonte, 2025).

A Coordenação Municipal de Saúde Sexual e Atenção às IST, AIDS e Hepatites Virais desenvolve ações contínuas de educação em saúde e comunicação voltadas à promoção da saúde sexual e reprodutiva em Belo Horizonte. Entre suas atribuições, destaca-se a produção e disseminação de materiais informativos, como folhetos, cartilhas e jornais, em formatos digitais e impressos, que são amplamente utilizados pelas equipes da rede municipal de saúde. Tais instrumentos pedagógicos buscam qualificar o cuidado prestado por meio de práticas

³⁹ Trecho do relato de H*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

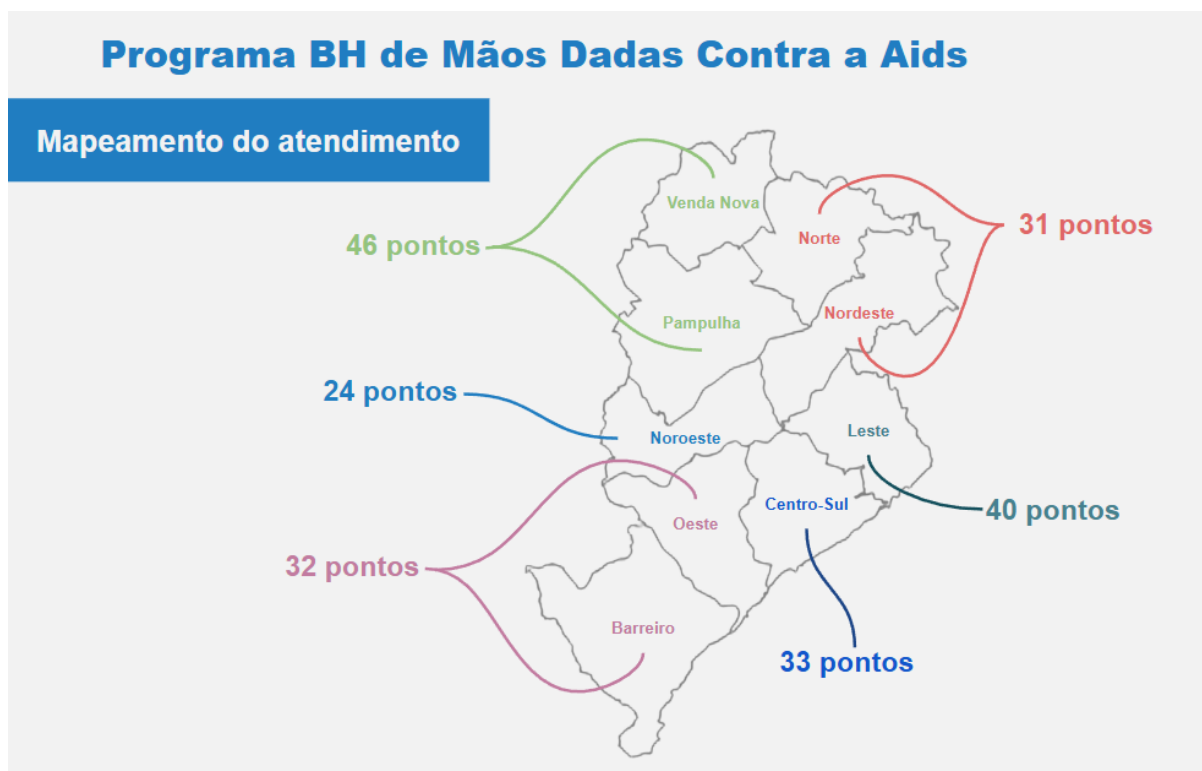
multidisciplinares e interdisciplinares, centradas no sujeito e em sua integralidade (Prefeitura de Belo Horizonte, 2025). Essas ações educativas incentivam a reflexão crítica dos usuários sobre temas como sexualidade, prevenção combinada, ISTs, tratamento, redução de danos e sobre os diversos pontos de atenção do SUS disponíveis no território. Com isso, o componente educativo se consolida como um elemento estruturante da atenção integral à saúde, promovendo não apenas o acesso a informações qualificadas, mas também a possibilidade de construção de vínculos entre os sujeitos e os serviços.

No escopo dessa política, o programa “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS” atua com um recorte claro sobre populações que historicamente enfrentam barreiras estruturais no acesso à saúde. Seu público-alvo abrange: População em situação de rua; Usuários de álcool e outras drogas; Profissionais do sexo; População LGBTQIAPN+; Moradores de vilas, favelas e ocupações; e Adolescentes e jovens em contextos de vulnerabilidade (Belo Horizonte, 2025).

Em articulação com o Centro de Referência para a População em Situação de Rua (Centro Pop), o programa oferta serviços que incluem escuta qualificada e acolhimento, orientações sobre saúde sexual e prevenção combinada, distribuição de insumos, ações de redução de danos, encaminhamentos para a rede SUS e ações intersetoriais com a Assistência Social. Além disso, realiza acompanhamento em consultas especializadas (como pré-natal e infectologia) e em Unidades Dispensadoras de Medicamentos, fortalecendo o vínculo entre o sujeito e os serviços (Belo Horizonte, 2025).

A atuação territorial do “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS” ocorre em todas as nove regionais administrativas de Belo Horizonte, por meio de educadores sociais e redutores de danos, que realizam abordagem direta, busca ativa e encaminhamentos à rede de saúde. O programa também marca presença em eventos culturais da cidade, levando informações e acolhimento às populações-alvo. Importa destacar que este trabalho de campo, base empírica da presente pesquisa, foi possível graças à inserção do pesquisador no território por meio do próprio programa. Através da atuação direta com a equipe do “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS”, foi possível estabelecer vínculos de confiança com as trabalhadoras sexuais da região do bairro Santa Branca, possibilitando o levantamento das informações apresentadas neste trabalho. O programa, portanto, não apenas funcionou como porta de entrada institucional para o campo, mas também como um instrumento de mediação e escuta essencial à compreensão da realidade local (Belo Horizonte, 2025).

Apresenta-se o mapeamento dos pontos de atendimentos realizados pelo programa nas 9 regionais do município de Belo Horizonte:



Mapa 6 Mapeamento dos pontos de atendimento do Programa BH de mãos dadas contra AIDS. Fonte: Disponibilizado pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS

No território do bairro Santa Branca, essa realidade ficou evidente para o pesquisador, uma vez que o programa “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS” é amplamente reconhecido na região. Apesar de o Centro de Saúde Santa Amélia estar localizado nos quarteirões onde ocorre a prostituição, as mulheres cis e transexuais que exercem essa atividade não residem na área, o que as impede de acessar os serviços ofertados pela unidade, dado o caráter regionalizado do atendimento. Além disso, os horários de funcionamento do centro de saúde são incompatíveis com a rotina das profissionais do sexo: quando chegam para o trabalho nas ruas, o equipamento de saúde já se encontra fechado; e quando retornam às suas residências, ainda está encerrado o expediente. Dessa forma, mesmo procedimentos básicos, como a retirada de preservativos ou a realização de exames para detecção de ISTs, tornam-se inacessíveis.

Conforme já mencionado o programa mostrou-se essencial durante a pandemia de COVID-19. Destaca-se, nesse contexto, a atuação do programa na distribuição de cestas básicas e kits de higiene em domicílios e motéis de mulheres trans e demais profissionais do sexo, conforme relatado nas entrevistas conduzidas ao longo da pesquisa. O “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS” consolidou-se como um dos poucos instrumentos institucionais a manter presença territorial e escuta ativa dessas populações, revelando sua importância não apenas sanitária, mas também social e política.

Tal realidade confirma que o referido programa é a política pública mais acessada pelas mulheres trans e travestis que exercem a prostituição na região do Santa Branca. Para além da atuação direta na área dos motéis, o programa realiza visitas periódicas às casas das cafetinas, onde residem muitas dessas mulheres, por meio das agentes redutoras de danos. As visitas, realizadas preferencialmente no período da manhã, ocorrem, em regra, quinzenalmente ou conforme demanda. Têm como objetivos principais a entrega de preservativos e géis lubrificantes, a orientação sobre práticas de prevenção combinada (incluindo testagens, uso de PrEP⁴⁰ e PEP⁴¹), bem como o encaminhamento para o tratamento de ISTs em geral, e não apenas o HIV. As agentes também exercem um papel fundamental de escuta ativa das demandas, realizando acompanhamentos e encaminhamentos intersetoriais, seja para a realização de exames, para a retificação de documentos ou mesmo para o sistema de justiça, como a Defensoria Pública.

Apesar de sua relevância para o município, o programa enfrenta limitações estruturais importantes, muitas delas relacionadas ao orçamento público destinado à sua manutenção. Atualmente, o programa opera com apenas 18 redutores de danos para atender todas as nove regionais de Belo Horizonte e não dispõe de transporte próprio para realizar os acompanhamentos necessários. Em 2019, o programa chegou a ser temporariamente suspenso, o que evidencia a fragilidade institucional de uma iniciativa que, embora comprovadamente eficaz, permanece dependente de convênios e ainda não foi plenamente incorporada à estrutura permanente do SUS, conforme informado pela própria coordenação do programa.

Conforme observado durante a pesquisa de campo, a sede do programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS está localizada na região central de Belo Horizonte, especificamente na Rua dos Caetés, nº 461, área popularmente conhecida como Baixo Centro. Trata-se de uma sede que não ocupa prédio público, mas sim um imóvel alugado, com limitações estruturais importantes. As instalações poderiam ser mais bem planejadas, sobretudo considerando-se a natureza do trabalho ali desenvolvido, que exige escuta qualificada, privacidade e condições adequadas para o acolhimento de populações vulnerabilizadas. Não raramente, a sala onde o programa funciona encontra-se dividida entre múltiplos usos: espaço compartilhado por profissionais da política, armazenamento de insumos (preservativos, géis lubrificantes, materiais informativos etc.), usuários atendidos, estudantes e lideranças de movimentos sociais

⁴⁰ PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) é um medicamento que previnem a infecção pelo HIV para uso contínuo e diário antes de uma possível exposição.

⁴¹ PEP (Profilaxia Pós-Exposição) é um medicamento que previnem a infecção pelo HIV, mas é uma medida de emergência usada após uma exposição de risco

que frequentam o local. Essa multifuncionalidade compromete a qualidade do atendimento e a efetividade das práticas de cuidado e escuta ativa.

Outro fator limitador que impacta diretamente o alcance e a eficácia da política pública diz respeito à ausência de transporte próprio. As agentes redutoras de danos, responsáveis por grande parte da atuação territorial do programa, realizam seus deslocamentos exclusivamente por meio do transporte coletivo. Isso acarreta atrasos, reduz o número de atendimentos possíveis por dia e impõe barreiras logísticas para o acompanhamento mais contínuo e ágil das usuárias. A disponibilização de veículos oficiais pelo município poderia ampliar significativamente a capacidade de ação das equipes, especialmente no que se refere à busca ativa, ao acompanhamento intersetorial e à entrada em áreas mais periféricas ou de difícil acesso.

Ainda assim, mesmo operando com recursos limitados, o programa e sua equipe realizam um trabalho de extrema relevância e impacto. As ações desenvolvidas nas nove regionais de Belo Horizonte são constantes, diversificadas e ajustadas às realidades dos territórios, revelando o compromisso da equipe com os princípios da saúde pública, da equidade e da dignidade. A seguir, será apresentado o quadro de atendimentos realizados pelo programa no ano de 2024, com o intuito de evidenciar sua capilaridade e a abrangência das ações empreendidas, mesmo diante das limitações operacionais enfrentadas.

Total acumulativo 2024	
	Total anual
Nº de abordagens	55505
Preservativo Externo	1665494
Preservativo Interno	44065
Gel Lubrificante	179753
soro fisiológico	28722
Máscaras	8
Autoteste	576
Kit higiene	3745
Água	6168
Outros insumos	26475
Total de pessoas abordadas	54349
Mulheres Cis	29284
Mulheres Trans	6193
Homens Cis	18659
Homens Trans	193
Não Binaries	19
Em uso de álcool e outras drogas	41474
Trajetória de Rua	25524
Profissional do sexo feminino	18691
Profissional do sexo masculino	1105
Raça/cor Branca	16845
Raça/cor Preta	37666
ENCAMINHAMENTOS	3909
Testagem rápida	1373
Serviços de Assist. Social	805
Serviços Especializados	292
Centro de Saúde	1439

Tabela 1 Total de atendimentos realizados pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS em 2024 nas 9 regionais do município de Belo Horizonte. Fonte: Disponibilizado pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS

A análise dos dados acumulados em 2024 evidencia a relevância estratégica do programa “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS” no cuidado em saúde sexual voltado a populações vulnerabilizadas, especialmente profissionais do sexo e população trans. A soma de mulheres cis e trans abordadas (35.477) representa 65,3% de todas as pessoas atendidas, o que corrobora a centralidade desses grupos nas ações do programa. A presença significativa de mulheres trans (6.193) reforça a importância da abordagem transversal de gênero e identidade de gênero na política de redução de danos, tema central da análise desenvolvida com base no trabalho de campo realizado pelo pesquisador.

Com 3.909 encaminhamentos, o programa reafirma seu papel como ponte entre as populações vulnerabilizadas e os serviços da rede. No entanto, se considerarmos o universo de

54.349 pessoas abordadas, apenas 7,2% foram efetivamente encaminhadas, o que pode indicar limitações estruturais, sobrecarga das equipes ou ausência de vinculação institucional. A maioria das pessoas atendidas se autodeclarou preta (37.666 / 69,3%), em contraste com aquelas que se declararam brancas (16.845 / 30,7%), revelando a racialização da vulnerabilidade no campo da saúde sexual. Esse dado reforça os argumentos que articulam gênero, raça e território como marcadores da exclusão social.

O número de preservativos externos distribuídos, mais de 1,6 milhão, é expressivo e demonstra que, mesmo com uma equipe reduzida e sem estrutura própria de transporte, o programa continua sendo uma política pública de referência. No entanto, a precarização da estrutura, como identificado no estudo da sede localizada na Rua dos Caetés, bem como a suspensão temporária do programa em 2019, revelam que esse esforço é realizado sob constante risco de descontinuidade. Isso agrava ainda mais a situação de quem depende desse suporte, como as trabalhadoras sexuais do bairro Santa Branca.

Passamos agora à análise dos dados específicos da Regional Pampulha, onde se localiza o bairro Santa Branca. Cabe ressaltar que o programa não realiza recorte por bairro, mas sim por regional administrativa. Assim, os dados a seguir não dizem respeito exclusivamente ao bairro Santa Branca, mas sim à totalidade da região Pampulha.

TOTAL 2024 - REGIONAL PAMPULHA - BH DE MÃOS DADAS CONTRA A AIDS	
Nº de abordagens	2929
Preservativo Externo	61278
Preservativo Interno	498
Gel Lubrificante	5707
soro fisiológico	1304
Máscaras	0
Autoteste	5
Kit higiene	144
Água	415
Outros insumos	1396
Total de pessoas abordadas	2029
Mulheres Cis	707
Mulheres Trans	146
Homens Cis	1166
Homens Trans	8
Não Binaries	2
Em uso de álcool e outras drogas	1487
Trajatória de Rua	1162
Profissional do sexo feminino	322
Profissional do sexo masculino	15
Raça/cor Branca	640
Raça/cor Preta	1370

ENCAMINHAMENTOS	210
Testagem rápida	64
Serviços de Assist. Social	65
Serviços Especializados	2
Centro de Saúde	79

Tabela 2 Total de atendimentos realizados pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS em 2024 na regional Pampulha. Fonte: Disponibilizado pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS

Em 2024, o programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS realizou 2.929 abordagens na Regional Pampulha, alcançando um total de 2.029 pessoas. Esse número expressivo demonstra uma presença territorial significativa, especialmente considerando as restrições estruturais previamente mencionadas. Os dados confirmam o compromisso do programa com a redução de danos e com a prevenção combinada, priorizando a distribuição de insumos essenciais para a saúde sexual e reprodutiva. Homens cis representaram a maioria das pessoas atendidas (1.166); mulheres cis totalizaram 707, e mulheres trans, 146. Foram registradas ainda 8 pessoas transmasculinas e 2 pessoas não binárias. Quanto à raça/cor, 1.370 pessoas se autodeclararam pretas e 640, brancas, refletindo o recorte racial da vulnerabilidade e a interseccionalidade que marca o território. Esses dados reforçam a incidência de múltiplos marcadores sociais de exclusão sobrepostos, especialmente em relação às mulheres trans e trabalhadoras sexuais, evidenciando a urgência de políticas públicas territorializadas e específicas.

A partir do trabalho de campo desenvolvido no bairro Santa Branca, foi possível constatar que o BH de Mãos Dadas Contra a AIDS é a única política pública com presença consistente no território. A atuação ativa das agentes redutoras de danos, que realizam visitas regulares às casas de cafetinas e aos motéis da região, constitui um diferencial essencial para o alcance dessas populações. A escuta ativa revela uma dimensão de cuidado que não se traduz apenas na distribuição de insumos, mas na manutenção de vínculos com uma população historicamente silenciada e invisibilizada pelas políticas públicas.

Destaca-se, ainda, que, além das ações recorrentes do programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS, desenvolvidas majoritariamente em horário comercial, sua coordenação tem buscado constante articulação com outros entes federativos, visando ampliar os recursos disponíveis e aprimorar o atendimento às populações vulnerabilizadas de Belo Horizonte. No início da pesquisa de campo, estava em curso o Projeto de Ações Noturnas, viabilizado por meio da Emenda Parlamentar RES nº 9.470, de 24 de abril de 2024, concedida pela Deputada Estadual Bella Gonçalves (PSOL-MG). O recurso teve por finalidade, além da execução das ações noturnas, a ampliação das atividades voltadas à população LGBTQIAPN+; o fortalecimento do vínculo entre usuários acompanhados e os serviços de saúde; a intensificação das ações formativas voltadas às mulheres em comunidades vulneráveis; a formação de multiplicadoras; e o fomento ao trabalho entre pares. (Belo Horizonte, 2025)

As ações noturnas consistiam em abordagens voltadas à sensibilização, prevenção às ISTs e à redução de danos, tendo como público-alvo a população LGBTQIAPN+ e profissionais do sexo, em locais como boates, ruas, casas de swing e motéis. Tais ações foram executadas por redutores(as) de danos (Belo Horizonte, 2025). O pesquisador acompanhou diversas dessas abordagens, que serão detalhadas em momento posterior deste trabalho. Ressalte-se, desde já, que a dinâmica territorial do bairro Santa Branca se transforma significativamente entre o período diurno e o noturno, o que reforça a importância de ações específicas durante a noite, não apenas nesse bairro, mas em outras regiões marcadas por intensa movimentação de pontos de prostituição e pegação durante o período noturno.

As ações noturnas tiveram por objetivo: distribuir insumos para prevenção de ISTs; ofertar insumos e atividades voltadas à redução de danos relacionados ao uso de álcool e outras drogas; realizar acompanhamentos a serviços de saúde; articular encaminhamentos para a rede de assistência social conforme as demandas identificadas; promover ações educativas em saúde sexual; fomentar reflexões sobre sexualidade, autoimagem, racismo e violência de gênero, entre outros temas; e garantir o cuidado, o acesso e a redução das práticas discriminatórias contra a

população LGBTQIAPN+. As ações ocorreram entre dezembro de 2024 e maio de 2025 (Belo Horizonte, 2025) Os dados relativos a essas ações específicas serão apresentados a seguir.

TOTAL - Emenda Parlamentar - Deputada Bella Gonçalves			
RES N° 9470			
BH DE MÃOS DADAS CONTRA A AIDS			
Preservativo Externo	112.952	Ações Registradas	99
Preservativo Interno	1.919	Abordagens	13731
Gel Lubrificante	21.718	Pessoas LGBTQIA+	930
Autoteste	596	Profissionais do Sexo	750
Encaminhamentos para PEP	50		
Encaminhamentos para Testagem	63		
Encaminhamentos para PrEP	1078		
Encaminhamentos para Especializada	16		
Encaminhamentos para Vacinação	36		

Tabela 3 Total de atendimentos realizados pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS através da Emenda Parlamentar RES N° 9470 – Ações Noturnas. Fonte: Disponibilizado pelo Programa BH de mãos dadas contra AIDS

A análise dos dados referentes às ações noturnas realizadas pelo programa “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS”, no período de dezembro de 2024 a maio de 2025, demonstra o impacto expressivo da Emenda Parlamentar RES n° 9470/2024, na ampliação e qualificação da política pública voltada à população LGBTQIAPN+ e às profissionais do sexo no município de Belo Horizonte. As ações noturnas permitiram ao programa alcançar públicos e territórios historicamente marginalizados dos atendimentos convencionais diurnos. Foram registradas 99 ações, com 13.731 abordagens realizadas, número expressivo diante das restrições logísticas e operacionais já apontadas anteriormente nesta pesquisa, sobretudo quando se considera o recorte interseccional LGBTQIAPN+ e das profissionais do sexo.

Os dados demonstram que o número de encaminhamentos para PrEP foi particularmente elevado, apontando um avanço qualitativo na política de prevenção entre populações mais expostas ao HIV. A capacidade de estabelecer vínculo, promover informação e facilitar o acesso a tecnologias de cuidado reforça o papel do programa como um agente mediador entre os sujeitos em situação de vulnerabilidade e o sistema de saúde.

A dotação orçamentária viabilizada pela Emenda Parlamentar foi determinante para ampliar a capacidade operacional do programa, não apenas no período noturno, mas também em ações transversais. Com esse aporte, foi possível intensificar acompanhamentos a consultas, exames e retirada de medicamentos; garantir o transporte de profissionais e insumos; viabilizar

visitas a usuários internados nos hospitais Eduardo de Menezes e Júlia Kubitschek; além de permitir o deslocamento da equipe para reuniões externas voltadas à articulação interinstitucional. Esse recurso também foi fundamental para o fortalecimento das ações formativas e do trabalho entre pares, ampliando a capacidade do programa de formar multiplicadoras e promover ações educativas dentro das comunidades vulnerabilizadas. (Belo Horizonte, 2025).

Esse suporte financeiro rompeu, ainda que parcialmente, com a barreira estrutural de mobilidade precária, marcada pela histórica ausência de transporte próprio para a equipe. Como abordado a ausência de veículos limitava significativamente o tempo útil das agentes redutoras de danos nos territórios, reduzindo a eficácia e capilaridade da política pública. A chegada de recursos permitiu um salto qualitativo, otimizando o tempo de atuação e ampliando a presença nos diversos pontos da cidade, especialmente em locais mais afastados ou de difícil acesso visto que existia um carro específico para às ações noturnas.

No bairro Santa Branca a atuação ativa das agentes redutoras de danos, sobretudo em horários em que os serviços públicos tradicionais estão indisponíveis, garantiu o acesso a insumos, escuta ativa e encaminhamentos de usuárias às redes de saúde e assistência. Neste contexto, evidencia-se não apenas a importância do programa no território do Santa Branca, mas também sua centralidade para a cidade de Belo Horizonte como um todo. A experiência do pesquisador em campo foi viabilizada precisamente pela existência desta política, cuja atuação contínua e sensível permitiu a entrada, vinculação e escuta no território. Foi por meio da escuta das mulheres, especialmente das mulheres trans e travestis, que atuam na prostituição no bairro Santa Branca, que esta pesquisa se construiu. Suas vozes, seus silenciamentos e suas resistências constituem o núcleo vivo deste trabalho, que encontra no “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS” não apenas uma política de saúde, mas uma política de reconhecimento, dignidade e presença.

3. CARTOGRAFIA TRANS DO SANTA BRANCA

(...) parar, parar, ainda não parei, mas diminui bastante, sabe?! Diminui bastante (...) Por que eu to com ansiedade. Ansiedade terrível. Hoje eu não vinha, tava com uma dor de cabeça (...) Ai um cliente pegou e falou se eu vinha atender ele. Nossa, chegou a me dar tontura. Porquê aí que eu preoquepei mesmo. Por que tem alguém que tava querendo que eu viesse atender, e eu ansiosa, aí piora a situação. Aí eu tive que tomar uma dipirona e meio clonazepam (...) eu tomo clonazepam porquê senão eu não durmo de jeito nenhum e ele ajuda a relaxar (...) quando dá pânico. Eu já tive crise de pânico (...) já piorou tudo o que tinha que piorar (...).⁴²

O capítulo apresenta a cartografia trans como método e prática política de escuta e visibilização das experiências das trabalhadoras sexuais do bairro Santa Branca, em Belo Horizonte. O foco recai sobre a produção social do espaço, revelando como o território é atravessado por relações de poder, exclusão e resistência.

A pesquisa de campo, desenvolvida entre março e setembro de 2025, foi viabilizada pela atuação conjunta com o programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS, cuja presença no território possibilitou o ingresso ético e seguro do pesquisador. A metodologia combinou observação participante e cartografia social, inspirada na “cartografia das controvérsias” de Bruno Latour, permitindo seguir os rastros das políticas públicas, dos afetos, das práticas cotidianas e dos silêncios institucionais que moldam a prostituição no Santa Branca.

O campo revelou uma rede complexa de atores, trabalhadoras sexuais, cafetinas, agentes de saúde, comerciantes, clientes, policiais e traficantes, cujas interações produzem uma espacialidade marcada pela precariedade e pela invenção cotidiana. O território se mostra, assim, como espaço de disputa e negociação, onde as normas estatais coexistem com regras próprias de convivência, horários e pertencimentos informais.

Por meio da construção coletiva de mapas participativos, o capítulo sistematiza as demandas territoriais formuladas pelas próprias trabalhadoras sexuais: melhorias de iluminação pública, criação de banheiros, poda de árvores, instalação de um Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), ações voltadas à população em situação de rua e à proteção animal, entre outras. Essas demandas, registradas sobre os mapas com diferentes caligrafias e cores, materializam o que Lefebvre (2016) define como o direito à cidade, o enfrentamento das contradições entre o real e o possível, entre exclusão e cidadania.

A pesquisa identifica ainda a sobreposição entre violência institucional e ausência de políticas públicas, especialmente no que se refere à segurança e à saúde das trabalhadoras sexuais. A precariedade é evidenciada em episódios de repressão policial, vulnerabilidade,

⁴² Trecho do relato de C*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

exploração e falta de acesso a cuidados adequados. Contudo, o campo também revela formas de solidariedade, resistência e produção de cuidado que emergem das próprias redes locais.

O capítulo conclui reafirmando que o território do Santa Branca é um espaço vivo, múltiplo e em disputa, onde o direito, a cidade e os corpos se entrelaçam. A cartografia construída com as trabalhadoras sexuais não apenas documenta uma realidade invisibilizada, mas também reivindica reconhecimento e pertencimento: o direito de existir, trabalhar e circular com dignidade.

3.1 Sexos Espacializados

*Mas é minha filha, eu já vi aqui muita coisa viu (...) nada assim de mais, hoje em dia não, mas aqui na rua já aconteceu muita coisa. A vida na prostituição ela é um livro. Entendeu?! Tipo assim, se for base em fatos reais (...).*⁴³

Este trabalho foi construído a partir dos relatos de experiência das trabalhadoras sexuais do bairro Santa Branca, com ênfase especial nas mulheres trans e travestis que atuam na região. Em geral, os estudos sobre prostituição em Belo Horizonte concentram-se nas áreas centrais da cidade, como a Rua Guaicurus e a Avenida Afonso Pena, consideradas pontos emblemáticos dessa prática. No entanto, territórios periféricos, como o bairro Santa Branca, que também são reconhecidos como áreas de prostituição, têm sido historicamente negligenciados pela produção acadêmica, resultando em escassa ou nenhuma bibliografia dedicada à realidade desses espaços.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram identificados apenas dois trabalhos que abordam especificamente a prostituição no Santa Branca. O primeiro é o artigo *O direito à cidade “no truque”: as resistências das trabalhadoras sexuais travestis e transexuais no bairro Santa Branca em Belo Horizonte*⁴⁴, escrito por Karina Dia Gea, Letícia Cardoso Barreto e Lisandra Espíndula, publicado em 2019. O segundo é um trabalho de conclusão de curso elaborado em 2005 no curso de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado *A Prostituição e a (re)organização sócio-espacial do Bairro Santa Branca*, de autoria de Sandra Machado Silva, sob orientação da professora Doralice Barros Pereira.

No entanto, o pesquisador não conseguiu acesso a este último trabalho. Após contato com o Colegiado de Graduação em Geografia da UFMG, foi informado, por e-mail, que na época em que a pesquisa foi desenvolvida não havia obrigatoriedade de depósito de cópia do TCC na biblioteca da universidade, o que explica a ausência de registros do trabalho. Tentativas

⁴³ Trecho do relato de B*, Travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁴⁴ Disponível em: <https://www2.ual.es/urbs/index.php/urbs/article/view/123>

posteriores de contato com a professora orientadora e com a autora também foram infrutíferas nesse sentido: ambas informaram que, devido ao tempo decorrido, não possuíam mais cópia do material. Assim, infelizmente, mais um registro sobre a realidade das trabalhadoras sexuais do bairro Santa Branca se perdeu.

Diante desse cenário de escassez bibliográfica, a experiência de campo foi o principal instrumento metodológico para a realização desta pesquisa. A escuta atenta das trabalhadoras sexuais, os diálogos com as agentes redutoras de danos, bem como as observações realizadas ao longo do trabalho de campo, constituíram as principais fontes de produção deste estudo. Conforme mencionado no capítulo anterior, esta investigação foi viabilizada por meio da atuação do programa da Prefeitura de Belo Horizonte “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS”. Através desse programa, foi possível o ingresso do pesquisador no território e a construção de vínculos com as trabalhadoras sexuais, lideranças comunitárias, cafetinas e proprietárias de motéis. Foi a partir da escuta das mulheres, especialmente as mulheres trans e travestis, que atuam na prostituição no bairro Santa Branca que esta pesquisa ganhou forma e densidade.

A pesquisa de campo teve início em março de 2025, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais⁴⁵ (UFMG) e do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte⁴⁶, sendo finalizada ao fim de setembro do mesmo ano, totalizando sete meses de trabalho de campo. Durante esse período, foram realizadas 20 visitas à região dos motéis no bairro Santa Branca, a maioria delas no período noturno, além de 6 visitas à casa da cafetina que permitiu o ingresso do pesquisador, viabilizadas pelo programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS, e 11 visitas à sede do referido programa. Foi a partir da articulação com essa política pública que o pesquisador pôde se inserir de forma ética e segura nos pontos de prostituição do bairro, realizando observação participante acompanhado pelas agentes redutoras de danos.

Conforme afirmam Gustin, Dias e Nicácio (2020), a pesquisa de campo permite a compreensão aprofundada dos contextos sociais e dos fenômenos observados, oferecendo uma interpretação mais completa da realidade, seja ela social ou jurídica, por meio da articulação entre objetividade e subjetividade na análise sociocultural. No presente estudo, o planejamento metodológico foi constantemente revisto à luz dos desafios do campo, sendo necessário reestruturar a abordagem metodológica.

⁴⁵ CAAE-UFMG: 82343124.1.0000.5149

⁴⁶ CAAE-SMSA/PBH: 82343124.1.3001.5140

Ainda segundo Gustin, Dias e Nicácio (2020), a pesquisa empírica em Direito deve ser compreendida como uma atividade multi e interdisciplinar, dialogando com áreas como sociologia, ciência política e antropologia, a fim de construir instrumentos teóricos e metodológicos mais adequados para analisar as políticas públicas, o direito e os efeitos das normas sobre os sujeitos e territórios. Nesse sentido, a pesquisa realizada no bairro Santa Branca não se limitou à coleta de dados empíricos, mas também buscou a sistematização dessas informações de maneira a fornecer subsídios concretos para a formulação e reorientação de políticas públicas territorializadas.

A experiência de campo, portanto, se mostrou essencial não apenas para a escuta qualificada das trabalhadoras sexuais, mas também para a compreensão de como o direito pode (ou não) operar como mediador de demandas sociais em contextos de vulnerabilidade. Neste cenário, destaca-se a importância do programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS como instrumento de acesso, cuidado e articulação institucional, além de possibilitar o próprio desenvolvimento desta pesquisa.

O modelo de observação participante foi adotado como principal instrumento metodológico para a imersão no campo e para a construção de vínculos com as trabalhadoras sexuais do bairro Santa Branca. Esse modelo, conforme aplicado nesta pesquisa, permitiu não apenas a observação da realidade, mas a participação ativa na vida cotidiana das trabalhadoras sexuais, sendo viabilizado por meio da atuação conjunta com o programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS.

Na prática, o pesquisador se integrou às atividades da equipe do programa, assumindo funções que o aproximavam da atuação dos agentes redutores de danos. Os vínculos foram inicialmente construídos durante as abordagens de rua, em que o pesquisador, ao lado das agentes, realizava a distribuição de preservativos e gel lubrificante às trabalhadoras sexuais. Nesses momentos, além da escuta ativa das demandas e experiências das trabalhadoras sexuais, o pesquisador também apresentava os objetivos da pesquisa, promovendo uma aproximação ética e transparente com o campo.

O pesquisador, nesse tipo de metodologia, "se torna um integrante do campo investigado e dele participa efetivamente" (Gustin, Dias e Nicácio, 2020, p. 156). Essa inserção ativa possibilita compreender os fenômenos para além de sua aparência objetiva, revelando dimensões subjetivas, afetivas e simbólicas que são essenciais na análise de contextos marcados por exclusões históricas. No presente caso, o pesquisador tornou-se, de fato, um membro da equipe de campo do programa.

Ao iniciar os trabalhos, o pesquisador passou a acompanhar o grupo responsável pelas ações noturnas do programa, viabilizadas por meio da Emenda Parlamentar RES nº 9.470, de 24 de abril de 2024. Essa equipe era composta por três agentes redutoras de danos e uma motorista, sendo responsável por circular por diversos pontos de prostituição e pegação da Região Pampulha, incluindo o bairro Santa Branca, o Motel 44 (já citado no Capítulo 1) e trechos da orla da Lagoa da Pampulha, onde se concentram práticas de pegação entre homens. As ações desse grupo foram encerradas em maio de 2025, momento em que o pesquisador passou a acompanhar o grupo fixo de agentes da regional Pampulha.



Figura 13 Agente redutor de danos do programa BH de mãos dadas contra AIDS em ação noturna em ponto de pegação gay na orla da Lagoa da Pampulha - Feita pelo pesquisador

Foi por meio da agente redutora de danos Luadna Barbosa da Silva, mulher trans e referência dentro do programa, que se iniciaram as articulações com uma das casas gerenciadas por cafetinas no bairro Santa Branca. Essa mediação foi fundamental para garantir a entrada do pesquisador em um espaço historicamente fechado à presença de instituições e pesquisadores. A primeira visita à Casa da Cafetina 1 ocorreu em meados de junho de 2025, com o acompanhamento direto de Luadna. As visitas a essa casa ocorrem, em geral, quinzenalmente, conforme a agenda do programa.

Na região do Santa Branca, identificou-se a presença de três grandes cafetinas que atuam no gerenciamento de casas onde mulheres trans e travestis exercem a prostituição. A Cafetina 1, com quem se estabeleceram os vínculos mais sólidos, possui relação histórica de colaboração com o programa. A Cafetina 2 apresenta uma relação instável, com momentos de tensão e resistência às ações institucionais. Já a Cafetina 3 mantém uma postura de recusa completa: não permite visitas, tampouco aceitou as articulações propostas pela equipe do BH de Mãos Dadas Contra a AIDS.

Após a primeira visita à casa da Cafetina 1, a agente redutora de danos Luadna sofreu um acidente, que resultou em seu afastamento das atividades por aproximadamente dois meses. Devido à estrutura reduzida da equipe do programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS, não havia outra profissional disponível para acompanhar o pesquisador nas visitas de campo. Diante dessa limitação, foi estabelecido um diálogo com a coordenação do programa, que já vinha acompanhando o desenvolvimento do trabalho desde seu início, para solicitar autorização para que as visitas fossem realizadas individualmente pelo pesquisador.

Considerando que os vínculos iniciais já haviam sido estabelecidos, tanto com a Cafetina 1 quanto com as moradoras da casa, e que o pesquisador já havia sido devidamente apresentado às trabalhadoras sexuais na região dos motéis no bairro Santa Branca, foi autorizada sua atuação em campo sem acompanhamento da equipe institucional, durante o período de afastamento de Luadna. Assim, o pesquisador passou a realizar visitas regulares à casa da Cafetina 1, dando continuidade ao processo de escuta e observação participante.

Paralelamente, diante da suspensão indefinida das ações noturnas do programa, o pesquisador articulou com a coordenação do BH de Mãos Dadas Contra a AIDS e com R*, uma mulher cis, trabalhadora sexual com mais de dez anos de atuação no bairro Santa Branca e amplamente reconhecida como liderança local, a continuidade das visitas à região dos viadutos, ponto de concentração da prostituição noturna. Com base nas orientações de R*, definiu-se que as visitas ocorreriam às sextas-feiras, entre 20h30 e 22h, considerado o melhor horário para encontrar o maior número de trabalhadoras ativas na região.

De julho a setembro de 2025, o pesquisador passou a buscar, semanalmente, insumos (preservativos, gel lubrificante e autotestes de HIV) na sede do programa e a distribuí-los diretamente nas ruas da região, replicando a dinâmica das ações institucionais. Com isso, não apenas os vínculos com as trabalhadoras sexuais se fortaleceram, como também foram estabelecidas conexões com os estabelecimentos da área. A cada visita, o pesquisador deixava preservativos em cinco dos seis motéis da região, que os disponibilizavam gratuitamente às trabalhadoras em atividade. Apenas um dos motéis recusava o recebimento dos insumos e mantinha a prática abusiva de cobrar R\$ 10,00 por preservativo utilizado.

Essa atuação ampliada também possibilitou a construção de vínculos com funcionárias dos motéis e com uma das proprietárias de dois dos estabelecimentos. R* acompanhava frequentemente o pesquisador nas visitas, compartilhando informações sobre a dinâmica local, rotinas de trabalho, tensões vividas pelas trabalhadoras sexuais e estratégias de proteção adotadas no cotidiano. Sua escuta foi essencial para compreender as nuances do território e para reforçar a legitimidade da presença do pesquisador no campo.

Além das visitas de campo e da escuta ativa junto às trabalhadoras sexuais, o pesquisador havia inicialmente planejado a realização de uma roda de conversa com as moradoras da casa da Cafetina 1. A proposta consistia na organização de um café da tarde com o intuito de promover um momento de troca sobre suas vivências, percepções da cidade e, especialmente, da localidade em que exercem o trabalho sexual. A ideia era que, durante a roda de conversa, pudessem ser produzidos desenhos ou mesmo um mapa coletivo que indicasse quais intervenções públicas seriam desejadas na região do bairro Santa Branca, com vistas à melhoria das condições de vida e de trabalho.

A proposta foi bem recebida pela Cafetina 1, que autorizou a realização da atividade dentro de sua residência. Contudo, após as três primeiras visitas, o pesquisador constatou a inviabilidade da proposta. Enquanto nas abordagens de rua as mulheres se mostravam extremamente receptivas, falavam abertamente sobre suas histórias, demandas e dificuldades, o ambiente domiciliar apresentava uma dinâmica completamente distinta: as moradoras raramente interagiam, evitavam aparições e mantinham-se reservadas.

Nesse contexto, o vínculo direto foi estabelecido apenas com uma mulher trans, K*, que se mostrou acolhedora e interessada desde o início. Em conversas com Luadna, agente redutora de danos do programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS, foi esclarecido que essa postura mais reservada dentro das casas é recorrente. A explicação repousa, sobretudo, sobre as exaustivas jornadas de trabalho: as mulheres atuam predominantemente durante as madrugadas, retornam à residência no início da manhã e passam o restante do dia descansando. Algumas, inclusive,

continuam atendendo clientes na própria casa ao longo do dia, configurando jornadas duplas de trabalho sexual. Assim, não se trata de desinteresse pelas discussões propostas, mas da absoluta exaustão física e mental provocada por essa rotina.

Diante dessa constatação, a metodologia foi ajustada. A produção do mapa, considerada desde o início como um dos objetivos centrais da pesquisa, foi mantida, mas passou a adotar outra abordagem. Com os vínculos já consolidados com R*, trabalhadora sexual cis com atuação de longa data na região dos motéis do Santa Branca, e com K*, moradora da casa da Cafetina 1, o pesquisador imprimiu dois mapas em tamanho A1, contendo todas as intervenções realizadas pela SUDECAP na região, conforme apresentado no capítulo 1 e nos anexos deste trabalho.

Com o apoio dessas duas interlocutoras-chave, foram disponibilizados também canetas coloridas para que, com liberdade e de maneira espontânea, as trabalhadoras sexuais pudessem registrar diretamente sobre os mapas quais ações, melhorias e intervenções públicas gostariam de ver implementadas no território. A proposta foi pensada como um instrumento de escuta territorializada, respeitando os tempos, rotinas e dinâmicas do cotidiano das mulheres, sem forçar formatos engessados de participação.

Conforme Gustin, Dias e Nicácio (2020), a complexidade das relações sociais nas sociedades contemporâneas faz com que os instrumentos tradicionais de investigação dos processos sociais não sejam suficientes para abarcar todas as vozes envolvidas nesses contextos. Nesse sentido, a cartografia apresenta-se como uma estratégia metodológica e conceitual fundamental, especialmente em pesquisas de base empírico-participativa, como a desenvolvida neste trabalho. A cartografia contemporânea se afirma como um instrumento capaz de capturar dinâmicas complexas, fluxos, silenciamentos e afetos que compõem o espaço urbano e os sujeitos que nele atuam.

Inspirado na proposta de “cartografia das controvérsias” formulada por Bruno Latour, este projeto buscou mapear os processos sociais, afetivos, jurídicos e institucionais que atravessam corpos e territórios marginalizados especialmente no bairro Santa Branca. Trata-se de seguir os rastros das políticas públicas, das experiências subjetivas, dos documentos oficiais, dos silêncios institucionais e das disputas simbólicas e materiais, tratando-os como inscrições que ajudam a compor um território em constante disputa e (re)significação.

A cartografia utilizada nesta pesquisa não se propõe a representar uma “realidade objetiva” ou um território já dado. Ao contrário, ela visa tornar visíveis os elementos e experiências que permanecem ocultos ou invisibilizados pelas tecnologias tradicionais de gestão urbana. Nesse sentido, o próprio trabalho de campo assume o papel de prática

cartográfica: caminhar, escutar, registrar e ser afetado pelo território são modos de produção de saber. As trajetórias das agentes redutoras de danos, os itinerários das mulheres trans e travestis, os fluxos de insumos da saúde pública e as ausências do poder público compõem o que aqui é entendido como mapa, um mapa vivo, insurgente e afetivo.

A proposta de construção de um mapa temático envolveu diretamente as trabalhadoras sexuais na produção do conhecimento. Como relatado por R*, o mapa não foi construído apenas pelas mulheres que atuam nas ruas, mas também contou com a colaboração de funcionárias dos motéis da região e de N*, um senhor que, quase todas as noites, monta um carro de lanches na região dos motéis e vende comida e bebida às profissionais do sexo e seus clientes. Essa diversidade de vozes contribuiu para ampliar o escopo da escuta e tornar o produto cartográfico mais plural.

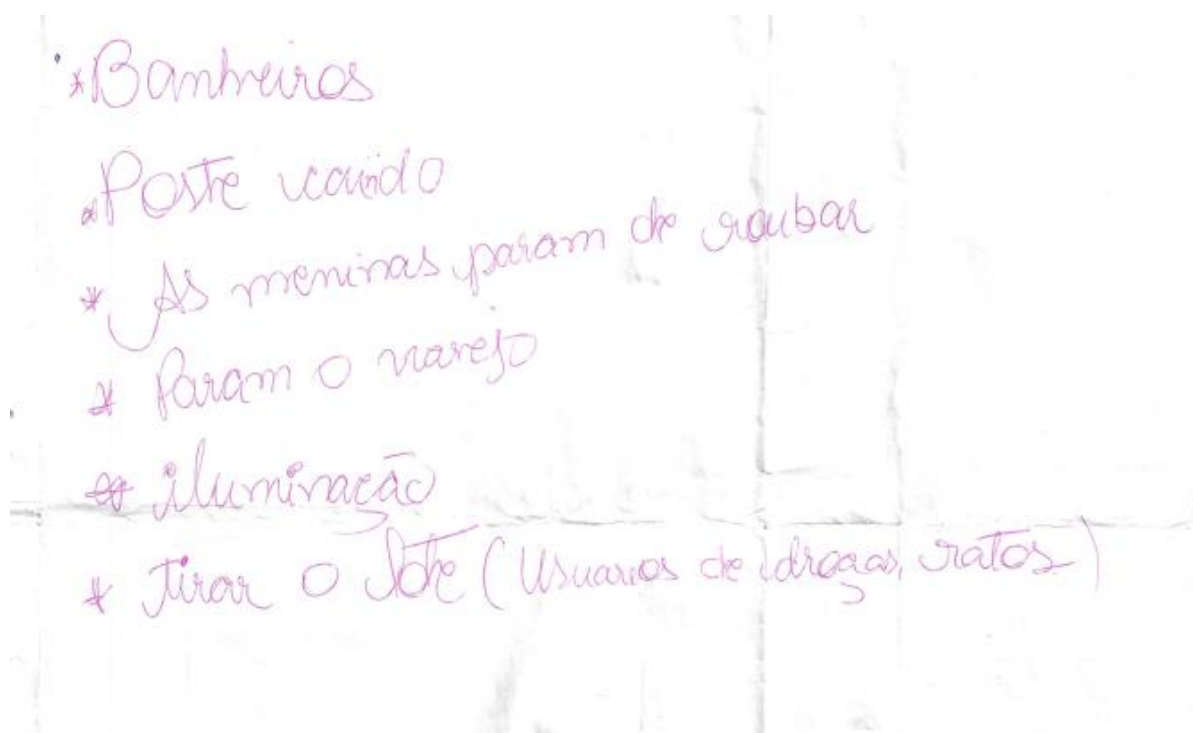


Figura 14 Comerciante que atua na região dos motéis no período noturno - Feita pelo pesquisador

Ainda que o método proposto tenha sido o de preenchimento livre dos mapas pelas trabalhadoras sexuais, as dinâmicas entre o espaço da rua e o espaço da casa revelaram grandes diferenças. Nas visitas semanais à rua, R* frequentemente atualizava o pesquisador quanto ao andamento do preenchimento do mapa: diversas mulheres trans e travestis estavam contribuindo, assim como funcionárias dos motéis. Já na casa da Cafetina 1, a movimentação foi mínima. K*, única moradora que manteve um vínculo constante com o pesquisador, reconhecia a importância do projeto, mas frequentemente relatava que suas companheiras de

casa não participavam. Em certo momento, chegou a informar que havia tido uma discussão com uma colega e que suspeitava que esta tivesse destruído o mapa.

O mapa da região dos motéis foi entregue por R* ao pesquisador em uma sexta-feira. Na segunda-feira seguinte, durante uma visita à casa da Cafetina 1 acompanhado de Luadna, K* mencionou que o grupo ainda não havia preenchido o mapa da casa. O pesquisador mostrou o mapa articulado por R*, Luadna prontamente mobilizou as presentes, sugerindo que poderiam narrar suas contribuições oralmente, enquanto ela mesma as transcreveria diretamente sobre o mapa. Naquele momento, quatro profissionais do sexo, mulheres trans e travestis, participaram ativamente da construção coletiva. Após a visita, Luadna explicou ao pesquisador que algumas trabalhadoras sexuais não são alfabetizadas, por isso ela exerceu o papel de mediação para transcrever as narrativas. Esse momento foi registrado utilizando uma caneta rosa, o que permite identificar visualmente suas contribuições no mapa.



Mapa 7 Pedidos feitos no Mapa do território de prostituição do bairro Santa Branca. Elaborado na casa da Cafetina 1

Conforme Gustin, Dias e Nicácio (2020), a cartografia apresenta elementos da pesquisa-ação voltada para a transformação social. Por essa razão, compreendeu-se como relevante não apenas estudar as questões espaciais e sociais, mas também mapear as disputas jurídicas que atravessam os conflitos no território, como já relatado anteriormente: as ações policiais, a

atuação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e as políticas públicas que ali atuam ou se omitem. Assim, a pesquisa foi construída como um processo de compreensão da realidade social na região dos motéis do bairro Santa Branca, articulando dimensões espaciais, políticas e jurídicas.

Esse uso da cartografia, portanto, não é neutro: ele expressa um compromisso ético e político com a multiplicidade dos saberes locais e com a denúncia das assimetrias de poder que estruturam a gestão das cidades. A influência de Latour se manifesta precisamente na recusa de dicotomias rígidas entre o social e o técnico, entre sujeito e objeto, entre a cidade vivida e a cidade planejada. Trata-se de produzir um saber que caminha com o território, e não sobre ele.

As visitas sistemáticas realizadas pelo pesquisador foram registradas em um diário de campo, no qual as falas, vivências e percepções das trabalhadoras sexuais ilustram este trabalho em sua totalidade. Todos os membros programa BH de Mãos Dadas Contra a AID que participaram da pesquisa e acompanharam o pesquisador assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) específico para agentes públicas. As percepções do pesquisador, assim como suas reflexões, dúvidas e afetações, foram registradas continuamente ao longo do processo. Além do trabalho de campo em si, também foram realizadas visitas ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e à Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, com o intuito de reconstruir a história da ocupação da região e as origens da prostituição no território.

No decorrer da pesquisa, estabeleceram-se também conversas informais com diversos atores que atuaram, ou ainda atuam, na região. Não se tratam de entrevistas formais, mas de trocas espontâneas, em que o pesquisador solicitava que lhe fossem contadas histórias e experiências relacionadas ao trabalho sexual no bairro. Esses nomes surgiam organicamente, à medida que o pesquisador se envolvia com o campo. Foi assim que se deram os contatos com o promotor Mário Konichi Higuchi Júnior; com ativistas como Amanda e Jade, do coletivo Clã das Lobas; e com agentes públicos e comunitários que atuaram de maneira direta ou indireta na região. Todos acolheram o pesquisador com generosidade e contribuíram com informações valiosas para a construção da pesquisa.

Conforme Gustin, Dias e Nicácio (2020), a cartografia exige uma combinação de estratégias metodológicas diversas, especialmente quando o território é o objeto central da investigação. Aqui, ela não foi utilizada como mera representação gráfica do espaço, mas como um dispositivo epistemológico e político, inspirado pelas proposições de Bruno Latour acerca da produção de conhecimento e da circulação de atores. Em lugar de categorias rígidas ou mapas pré-concebidos, adotou-se uma abordagem que privilegia a produção situada de saberes

e a descrição minuciosa das associações entre elementos heterogêneos, humanos e não humanos, que compõem as dinâmicas urbanas observadas.

3.2 Histórias na “Pista”

E aí amores? (...) To bem (...) quero só camisinha. Porque ontem menina...Lubrificante eu quase não uso. Vai na saliva. Eu tenho essa mania de por saliva... é que chega na hora lá até você abrir o pacote. E tem bofe que não dá para ficar esperando (...) acabou que o menino, tipo assim, eu fiz ele me pagar R\$530,00. Pagou. Eu não sou trouxa. Falei com ele assim: usou a minha casa R\$100,00; meu programa R\$400,00. Vai me pagar. Aí ele falou assim: “não, eu vou te dar o dinheiro”. Aí ele pagou certinho. R\$530,00 no total.⁴⁷

A pesquisa realizada no bairro Santa Branca, em Belo Horizonte, permitiu a construção de uma experiência metodológica e ética orientada pela escuta ativa, pela presença cotidiana e pela imersão sensível no território. A partir de visitas regulares às zonas de prostituição localizadas nos entornos dos motéis e à casa da Cafetina 1, espaço de moradia e trabalho de mulheres trans e travestis, foi possível perceber que o território urbano é também um campo de disputa, onde seus corpos são constantemente vigiados, rejeitados ou silenciados. Mas é, simultaneamente, um campo de criação: de redes de apoio, de afeto, de sobrevivência e de solidariedade.

A territorialidade das trabalhadoras sexuais no bairro Santa Branca se constrói a partir de múltiplas camadas: o espaço público dos viadutos no entorno dos motéis, e o espaço privado das casas geridas por cafetinas. Cada um desses espaços institui relações específicas de poder, de visibilidade e de circulação dos corpos, o que condiciona diretamente a possibilidade de escuta, participação e articulação política das mulheres trans e travestis que ali atuam. À luz de Lefebvre (2016), não se trata de um cenário “dado”, mas de uma produção social do espaço que combina normas, hábitos, infraestruturas e corpos que se movem e se regulam mutuamente. É nesse entremeio da rua, do quarto, do motel, da calçada pouco iluminada, que emergem as vozes do campo e suas demandas por reconhecimento e por direito à cidade.

Na região dos motéis no bairro Santa Branca a presença do pesquisador foi recebida com maior abertura. Após o encerramento dos trabalhos noturnos do programa, a ajuda de R*, trabalhadora sexual cis com mais de uma década de atuação na região, foi fundamental para continuidade da pesquisa. R* se tornou uma figura central na cartografia afetiva do território:

⁴⁷ Trecho do relato de O*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

conhecia cada uma das trabalhadoras, media conflitos, avisava quando havia tensão no ambiente e indicava os melhores horários para circular com segurança.

A prostituição na região não se reduz a um espaço de troca econômica, mas envolve múltiplas dimensões de violência, estigmatização, sociabilidade e resistência. O território do Santa Branca é marcado por uma configuração espacial muito específica, na qual estão localizados seis motéis: Orleans, Luna, Royale, Charme, Maxi e King. Esses estabelecimentos funcionam como suporte material para a prática da prostituição, ao mesmo tempo em que também evidenciam as tensões entre exploração econômica e as necessidades básicas das trabalhadoras sexuais.

Durante a pesquisa de campo, como já relatado, o pesquisador passou a distribuir semanalmente cerca de 150 preservativos em cada motel, com o objetivo de que fossem disponibilizados gratuitamente às trabalhadoras sexuais que realizassem programas em suas dependências. Essa prática foi, em sua maioria, acolhida pelos estabelecimentos, funcionando como uma rede mínima de apoio indireto à saúde sexual das mulheres cis, trans e travestis que atuam no bairro. Contudo, o Motel King se recusou a receber os insumos. R*, tentou intermediar a distribuição, mas o motel manteve a posição de não aceitar os preservativos gratuitos, preferindo comercializar os seus próprios produtos. Nas palavras de R*:

Eles não dá camisinha, no último motel, no King. Não dá. Tem que comprar a camisinha lá. Têm a Prudence R\$10,00. Tem de comprar. Gel eu acho que é R\$5,00. Eu acho que é obrigado a ter. Eu acho errado.⁴⁸

Esse episódio ilustra de forma contundente como a lógica mercadológica, mesmo em um contexto de marginalização, se sobrepõe à dimensão do cuidado e da proteção da vida. Como lembra Butler (2025), a precariedade é distribuída de forma desigual, e certos corpos são expostos a condições de maior vulnerabilidade, tornando-se descartáveis diante da economia do lucro. No caso específico do Motel King, a decisão de negar o acesso gratuito aos preservativos não se restringe a uma questão comercial, mas se traduz em uma prática que reforça a desigualdade estrutural e aumenta a exposição das trabalhadoras sexuais às infecções sexualmente transmissíveis.

Esse fato também se articula à leitura proposta por Lefebvre (2016) sobre a produção do espaço urbano: o espaço do Santa Branca não é apenas cenário da prostituição, mas campo de disputa de poderes, interesses e formas de exploração. Os corpos das trabalhadoras sexuais tornam-se parte da economia local, explorados não apenas nos programas, mas também pela

⁴⁸ Trecho do relato de R*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

imposição de custos adicionais que deveriam ser responsabilidade de políticas públicas. Assim, o espaço urbano se revela como produto e produtor de desigualdades, reafirmando que, como aponta Lefebvre (2016, p. 60), “(...) o espaço é político (...) ele sempre foi político e estratégico (...) A produção do espaço se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo”.

A partir dessa situação, fica evidente como o uso e a regulação dos espaços aparecem de modo explícito nos relatos. A cobrança por preservativos reflete em pedidos diretos por insumos e a necessidade de manutenção de estoques, prática que reduz riscos e confere maior segurança à circulação das trabalhadoras sexuais no território.

Eu posso pegar camisinha? (...) o quanto que eu quiser? Então eu vou levar a caixa (...) claro no meu armário (...) claro. Eles não estão querendo dar aqui camisinha. Tá em falta aqui. Ai eu tenho que ficar pedindo camisinha os outros.⁴⁹

Uma coisa que estou percebendo, nas duas meninas que a gente abordou, né João, é que elas estão guardando muita camisinha, guardando mesmo. Fazendo estoque. Pra não ficar precisando ficar pegando em hotel.⁵⁰

Situação semelhante ocorreu quando o pesquisador estava finalizando o trabalho de campo. Como ainda não havia perspectiva para o retorno das ações noturnas do programa BH de Mãos Dadas contra a AIDS, o pesquisador passou a avisar às trabalhadoras sexuais da região que sua permanência no território estava chegando ao fim. Esse anúncio gerou apreensão entre elas, sobretudo pela ausência de respostas quanto à retomada da política no período noturno. Diante dessa incerteza, muitas trabalhadoras sexuais começaram a retirar quantidades maiores de preservativos e gel lubrificante, construindo pequenos estoques como forma de proteção diante da possível falta de insumos no futuro próximo. Esse gesto evidencia o quanto a política não se limita a um serviço técnico de distribuição de materiais, mas se constitui em uma referência de segurança e cuidado para elas. O acesso contínuo a esses insumos é vivido como garantia mínima de dignidade e como uma condição indispensável para reduzir os riscos inerentes ao trabalho sexual.

Além da cobrança pelo preservativo que, conforme a pesquisa identificou, é praticada apenas pelo Motel King, os demais motéis da região também impõem custos às trabalhadoras sexuais pelo uso dos banheiros. A ausência de equipamentos públicos básicos agrava essa situação: não há nenhum banheiro disponível na Praça da Saudade, localizada dentro do território pesquisado, tampouco em outros espaços de uso coletivo próximos. Dessa forma, as trabalhadoras sexuais ficam dependentes da estrutura dos motéis ou recorrem ao uso de um lote

⁴⁹ Trecho do relato de D*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁵⁰ Trecho do relato de Rafael*, agente redutor de danos do programa BH de mãos dadas contra AIDS.

vago existente na região, que se tornou uma alternativa precária e improvisada para suprir essa necessidade. Essa dependência dos motéis não se restringe apenas ao trabalho sexual, mas também ao atendimento de funções vitais e corriqueiras, reforçando a condição de vulnerabilidade e subordinação das trabalhadoras sexuais em relação à lógica de exploração imposta pelos estabelecimentos privados. Como relatou R*:

*Faz na rua, no lote. As vezes paga uma hora no motel pra arrumar e ir no banheiro.*⁵¹

Essas falas evidenciam como o direito à prevenção de ISTs e, de forma mais ampla, o uso dos espaços no bairro são produzidos e mantidos por microarranjos práticos como, guardar insumos, repassar entre si, negociar com os motéis, que não se confundem com a política pública formal. À maneira de Philippopoulos-Mihalopoulos (2024, p. 12), trata-se do *lawscape*: o direito como textura espacial que orienta movimentos corporais e distribui (de maneira desigual) acessos e restrições. Como lembra o autor: “não há espaço sem direito, e nunca pode haver um direito fora do espaço. Tudo ocorre em algum lugar, e todo lugar é ordenado por suas próprias leis (...) eu defino o direito como as regras que determinam o movimento dos vários corpos, humanos e não-humanos. Simples assim!”. Nesse sentido, a presença (ou ausência) de preservativos em um balcão não é detalhe banal: reorganiza riscos, negociações e a própria viabilidade do trabalho sexual.

A regulação do território também se dá por normas tácitas de circulação e pertencimento, construídas entre pares e reforçadas pelas cafetinas. Como relatou R*, as Ruas Teles de Menezes e Antero de Quental são das cafetinas, onde as trabalhadoras sexuais ficam e a prostituição é liberada das 7 da noite até as 7 da manhã. Depois das 7 da manhã e durante o dia, só podem estar na rua as antigas de rua. A fala de A* reforça essa mesma lógica, ao destacar que a distribuição dos pontos não é aleatória, mas definida pelas cafetinas:

*Todas sabem onde que tem que ficar, cada cafetina tem um pedaço da rua diferente.*⁵²

Esses relatos demonstram que o território do Santa Branca é regulado por regras próprias, que articulam corpo, espaço e poder. Tal ordenamento informal, invisível aos documentos oficiais, mostra como o espaço urbano é permanentemente disputado e codificado, mesmo fora das normativas estatais.

Contudo, essa regra do horário de se estar na rua, não é tão rígida. O pesquisador encontrou diversas vezes trabalhadoras sexuais, cis e trans, que estavam na região apenas de

⁵¹ Trecho do relato de R*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁵² Trecho do relato de A*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

passagem. Algumas apareceram apenas uma vez e nunca mais foram vistas no território. Em uma visita realizada durante o dia, o pesquisador se deparou com duas travestis que faziam programa na região. Elas informaram ser de São Paulo e que permaneceriam ali por pouco tempo. Ficaram surpresas quando receberam preservativos e gel lubrificante, chegando a perguntar se o pesquisador estava vendendo. Posteriormente, ao relatar o encontro para R*, esta afirmou que nunca havia visto as duas no território e destacou que, durante o dia, não se pode fazer ponto em frente ao posto de saúde. Essa dinâmica, segundo R*, tem como objetivo evitar conflitos com os moradores. De fato, nas visitas diurnas do pesquisador, a movimentação no posto de saúde era intensa, especialmente por moradores e crianças.

No plano das relações com os moradores, aparecem nuances que confirmam as análises apresentadas no capítulo anterior: em alguns trechos, a convivência tende à cordialidade e ao reconhecimento cotidiano; em outros, os conflitos se intensificam devido a ruídos, estigmas ou mesmo pela presença da prostituição nos espaços do Santa Branca. Hoje, embora a relação já tenha sido bastante conflituosa, parece um pouco mais assentada. Algumas trabalhadoras sexuais relataram não ter problemas com os moradores da região e, por estarem ali há muitos anos, já são conhecidas e, em certa medida, respeitadas pela vizinhança.

Eu não dou trabalho (...) como eu chego cedo, as vezes os vizinhos passam a pé aqui e me cumprimentam. Eles são hiper solícitos comigo. Quando tem festinha eles trazem negócio pra mim (...) eu to aqui a mais de 22 anos, eles me conhecem. Quando eles passeiam com cachorrinhos eles me cumprimentam.⁵³

Eu não tenho que reclamar dos moradores. Principalmente, tem ali um prediozinho. Quem mora ali, passa aqui sempre me cumprimenta, os moradores ali.⁵⁴

Ao mesmo tempo, as de violência e humilhação, que as trabalhadoras sexuais sofreram sobretudo pelo braço armado do Estado é sempre lembrado:

O BOPE fazia sacanagem com as travestis. Tacava spray de pimenta na cara delas.⁵⁵

E, de modo geral, uma descrença na proteção institucional:

Mas eles não é pela gente. Que polícia que é pela gente?! Não é. Eles chega aqui só pergunta o que que é que aconteceu e vai embora normalmente (...) Quantos casos não aconteceu, tipo assim, eles presenciar acontecer, a gente falar né amiga, e eles dá só as costas! (...) É por isso que hoje em dia a gente não chama mais a polícia, a gente resolve com as próprias mãos. E tá tudo bem.⁵⁶

⁵³ Trecho do relato de A*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁵⁴ Trecho do relato de C*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁵⁵ Trecho do relato de R*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁵⁶ Trecho do relato de H*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

Ao lado disso, a sobreposição com circuitos ilícitos também produz instabilidade. Na região existe um ponto de tráfico que, até o momento, foi mencionado apenas de forma breve no primeiro capítulo, justamente pela sensibilidade do tema no território. Quase não se fala sobre o assunto: quando questionadas, as profissionais do sexo rapidamente mudam de assunto. Não é um tema que se consegue abordar abertamente, mas sua presença é inegável na dinâmica local.

R* relatou que, no dia 24/07/2025, véspera de uma das visitas de campo, por volta de duas da madrugada, houve um conflito pelo controle do ponto de tráfico da região, com troca de tiros. Clientes e trabalhadoras sexuais tiveram de fugir, ficando no meio do fogo cruzado. Segundo ela, o traficante que comandava a “boca” havia sido preso, e um amigo dele estava assumindo o controle. Esse amigo, no entanto, também foi preso no centro de Belo Horizonte no dia 23/07/2025, deixando a boca sem liderança. Uma facção rival tentou então assumir o espaço, mas o antigo chefe, mesmo de dentro da cadeia, soube da tentativa e articulou uma reação. Assim, o confronto se instalou, expondo ainda mais as trabalhadoras sexuais e seus clientes à violência armada.

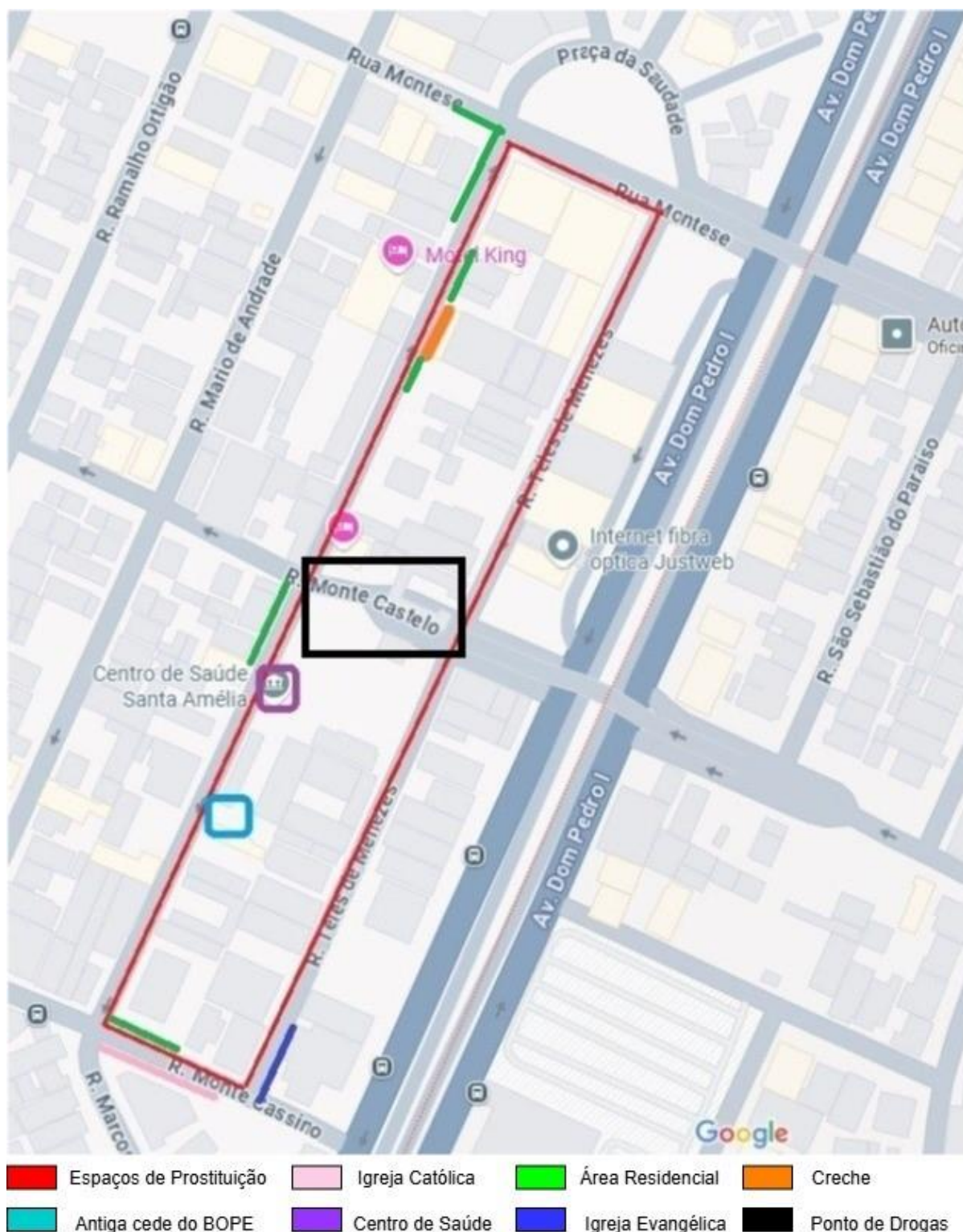
R* ainda alertou que, caso houvesse nova tentativa de tomada da boca no dia 25/07/2025, “o tiro iria comer”. O pesquisador constatou que, nos entornos do viaduto, quase não havia movimento naquele dia. Em geral, o local costuma ser ocupado por usuários e pessoas em situação de rua, mas, diante da tensão, estava praticamente vazio. K* também confirmou o ocorrido, ainda que de forma breve, corroborando a narrativa de R* sobre a disputa pelo território.

Teve esse babado do ponto de droga. Teve esse babado do ponto de droga ali embaixo, que teve um tiroteio.⁵⁷

R* mostrou ao pesquisador um dos homens que vendia drogas embaixo do viaduto. A dinâmica entre as profissionais do sexo e os traficantes é bem definida: cada grupo possui sua própria rua de atuação. Segundo R*, a Rua Monte Castelo é o espaço do tráfico na região, concentrando uma boca nas proximidades do viaduto Monte Castelo.

Dessa forma, ao mapa dos atores da região, apresentado no capítulo anterior, acrescenta-se agora a marcação do ponto de drogas, delimitado pelo quadrado preto. Essa demarcação evidencia o corte que atravessa o território da prostituição no bairro Santa Branca, separando espacialmente a atuação das profissionais do sexo e dos traficantes, mas sem eliminar as tensões que essa proximidade produz.

⁵⁷ Trecho do relato de K*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.



Mapa 8 Dinâmicas territoriais no bairro Santa Branca – Marcações feitas pelo pesquisador. Fonte: Google Maps

Latour (2005) nos ajuda a compreender essa configuração ao propor a noção de “cartografia das controvérsias”. Para o autor, os territórios urbanos não são compostos por

entidades homogêneas, mas por uma multiplicidade de atores, humanos e não humanos, cujas redes e interações produzem continuamente a realidade social. Nesse sentido, o Santa Branca não pode ser reduzido a um “bairro da prostituição” ou a um “ponto de tráfico”, mas deve ser lido como um campo relacional no qual diferentes forças se entrecruzam: trabalhadoras sexuais, clientes, cafetinas, policiais, traficantes, motéis, viaduto, praças e até mesmo os insumos de prevenção circulam em disputas que produzem o espaço em sua forma fragmentada. Assim, o mapa atualizado do território não é apenas uma representação estática, mas um dispositivo que torna visível como esses diferentes atores se inscrevem e disputam usos, revelando a contínua negociação entre permanência e exclusão no bairro.

Em relação ao uso de drogas pelas trabalhadoras sexuais, a Cafetina 1 relatou que não aceita travestis se drogando dentro de suas casas. Segundo ela, quando as bichas vêm e começam a se drogar, ela dá logo um jeito para elas irem embora. Em contrapartida, R* afirmou que, diante dessa proibição, muitas acabam consumindo drogas na rua. Relatou ainda que as travestis e mulheres trans que chegam de madrugada, muitas vezes, vêm justamente para usar drogas com os chamados “mariconas” (homens mais velhos que procuram programas) e também para fazer “varejo” (programas rápidos e baratos).

Durante toda a pesquisa de campo, o pesquisador observou apenas uma travesti em situação de maior vulnerabilidade, marcada pelo uso excessivo de drogas e pela prevalência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Frequentemente, R* e outras travestis mencionavam sua condição, relatando que ela permanecia dias seguidos na rua, dormindo embaixo do viaduto Monte Castelo, sem retornar para casa e sem dar continuidade ao tratamento médico. O pesquisador conversou diversas vezes com ela, sempre simpática e solícita, mas em situação de extrema fragilidade. Na última visita de campo, entretanto, a encontrou machucada e desorientada, incapaz de reconhecer as pessoas ao redor. Nem mesmo as demais travestis conseguiam lhe prestar auxílio. Sobre esse episódio, R* explicou:

Tá toda arrebetada. Foi uma briga com homem no motel. O cliente não quis pagar ela. Ela pulou nele, ele pulou nela de volta, deu nela. Só confusão.⁵⁸

Bento (2017, p. 15) afirma que “corpos são arquivos vivos de história de exclusão”. Não se trata de metáfora: cada marca de vulnerabilidade, cada cicatriz de violência ou de privação é também um registro de como certos corpos foram construídos como indesejáveis e descartáveis. Como lembra a autora, “a história do corpo não pode ser separada ou deslocada dos dispositivos

⁵⁸ Trecho do relato de R*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

de construção de um biopoder. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual” (Bento, 2017, p. 84).

Esse caráter de arquivo vivo se manifesta no corpo da travesti em situação de maior vulnerabilidade encontrada durante o trabalho de campo. Sua presença contínua na rua, o abandono do tratamento de saúde, os sinais de ISTs e, por fim, a condição de desorientação e ferimentos constituem não apenas experiências individuais, mas também um retrato da forma como o espaço urbano e as políticas públicas (ou sua ausência) produzem vidas precárias. Como já indicado por Bento:

Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições. São corriqueiras as notícias de pessoas transexuais e travestis assassinadas no Brasil sem que haja apuração e a punição dos culpados (Bento, 2008, p. 127).

Aqui, o entrelaçamento entre precariedade (Butler), produção do espaço (Lefebvre) e *lawscape* (Philippopoulos-Mihalopoulos) ajuda a compreender por que segurança, saúde e dignidade aparecem como demandas inseparáveis. Segurança não é apenas a ausência de violência direta; é também iluminação pública, prevenção disponível, mediação com motéis, não extorsão e horários de atendimento público compatíveis com os turnos de trabalho. Saúde não é apenas o acesso a testes e medicamentos; é também ser chamada pelo nome correto, ser acolhida sem humilhação, não ter que escolher entre trabalhar e cuidar do corpo. Essa dimensão aparece de forma contundente na fala de B*, quando questionada sobre a atuação do programa BH de mãos dadas contra AIDS no horário noturno. Sua resposta sintetiza a sobreposição entre a luta pela sobrevivência no trabalho sexual e o direito a uma vida que seja, de fato, vivível:

*Ai amiga, ajuda demais. Ajuda pra caralho. Tipo assim, porque a maioria daqui não tem tempo, né? Que horas que a pessoa vai no posto? A gente trabalha de madrugada, chega em casa cinco da manhã. Vai dormir que horas então para ir no posto?*⁵⁹

Esse desencontro de temporalidades, a cidade diurna e o trabalho noturno, adensa barreiras práticas ao cuidado. Nas palavras de Butler (2025), não se trata de carência moral, mas de “enquadramentos” que definem quais vidas “aparecem” aos olhos da política e quais seguem fora de foco. Quando o serviço básico opera exclusivamente no turno que não coincide com o ciclo de vida de quem trabalha à noite, o cuidado se perde.

As narrativas também expõem trânsitos e rotatividades, atenuando qualquer ilusão de “comunidade fixa”:

⁵⁹ Trecho do relato de B*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

Eu sou de Recife. Eu cheguei aqui faz uma semana (...) eu pretendo ficar eu acho que até o final do ano (...) Eu cheguei recentemente em Belo Horizonte, faz uma mês só. E aqui, nesse ponto aqui eu to a uma semana só.⁶⁰

Essa fala foi feita por uma trabalhadora sexual cis ao pesquisador. Depois desse dia, nunca mais a vi no território. A mobilidade entre bairros, cidades, modalidades (rua/motel/site) é parte da economia do sexo e mitiga o vínculo duradouro com equipamentos públicos. Ainda assim, do ponto de vista do cuidado, pequenos vínculos salvam. A gratidão aparece crua e direta:

Você sabe que foi você que me salvou da rua né. Foi você com Dona B(...) que me salvou do crack. Não uso mais carck. Não uso. (...) hoje em dia eu bebo. Depois do abrigo São Paulo, o mundo se despedaçou (...) eu era uma noiada aqui de rua, andava suja (...) hoje eu tenho 34 anos (...) em primeiro lugar é Jesus Cristo (...) eu não sabia como eu ia me salvar. Eu tava procurando alguma salvação, era, naquele tempo (...) eu tava procurando uma ajuda no meu coração. Eu tava procurando uma ajuda e não tinha ninguém que me ajudasse (...) Hoje eu aluguei uma casa, eu moro com uma amiga aqui de rua antiga (...) Eu estou bem e graças a deus eu consegui me recuperar, não 100% mas né (...)⁶¹

Em paralelo, emergem marcas de violência simbólica e familiar, que reforçam estigmas e produzem isolamento:

Nossa. A minha própria irmã contou no grupo da família. Falou no grupo da família. Aíiii...Nossa gente. Quando meus pais eram vivo, era tudo assim, todo mundo era unido. Depois minha mãe morreu, aí veio seis anos meu pai morreu. Cada um foi parar em um lugar (...) e por causa disso ela começou a me xingar. E acho que ela esqueceu que tava no grupo da família e falo. E inventou um tanto de coisa. O pior foi o negócio que ela inventou que eu não imaginava que uma irmã fosse capaz de fazer (...) eu fiquei muito mal na época. Hoje em dia a gente tem que perdoar se não a gente fica mais doente, mas eu não converso muito mais não (...) meus irmãos não gosto nada do que ela falou. Nenhum deles (...) se alguém já me viu na rua nunca me comunicou. Eu tenho a impressão que um dia eu vi o meu sobrinho passando aqui (...) eu tenho a impressão que eu vi ele passando, mas eu não sei também se é ele (...) só desceu assim, mas era a cara dele (...) nós somos 12 (...) mas ele foi muito... eu jamais falaria pra ela alguma coisa... é a vida dela. Mas deixa pra lá (...)⁶²

Mesmo diante desses atravessamentos, a cidade segue também como horizonte de projeto. Há relatos de clientelas estabilizadas, uso de redes sociais para cobrar devedores, cálculo de horários “bons”, negociação com portarias e recepções, e, sobretudo, um desejo de respeito nominal nas interações:

Uai, tudo! Para começar o respeito dos policial. Que nem os policial mesmo eles sabem se portar. Eu vou te dar o exemplo mesmo, eu já sou uma trans retificada, o policial já teve abordagem que umas bichas tava roubando e perguntou meu nome. E meu nome é S(...) eu falei assim “moço, eu já sou retificada e meu nome é S(...), e por mais que eu não seja retificada eu tenho direito de ser chamada pelo meu nome social, que não é o caso. Meu nome é S(...). Eu vou te falar que outro nome? Uai, não têm

⁶⁰ Trecho do relato de U*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁶¹ Trecho do relato de G*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁶² Trecho do relato de C*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

outro nome. Meu nome é S(...) e pronto.” Eles não têm preparo, não tem nada. Não sabe se portar. Ao longo do tempo todo me chamando de “cara”, de “ele”, Eu falei assim “moço, eu exijo que você me chame do pronome feminino. Eu não to pedindo. Eu to exigindo. é direito meu. Cê entendeu?!” Tipo assim, fora os despreparamento, eles não entende nada sobre nada, nada, nada. Vou dar um exemplo assim, se você quiser responder um B.O. sobre transfobia, eles, juro pra você, eles tentam te convencer a não registrar porquê eles têm preguiça, cê entendeu. Então é isso que acontece bicha. Teve uma vez que eu passei aqui, aí passou um carro jogando verdura podre na gente, cê entendeu. Você chama a policia ele nem sequer quer investigar nem nada. Eu tava com a placa, nem chunt. Aí vem agora aquelas arminhas com bolinhas de gel. O povo agora ta botando no congelador para poder machucar mesmo. Cê chama a polícia...Você pode parar eles aqui ó... você pode dar a placa, não acontece nada. Eles nem sequer para. Tem vez que eles nem para, passa por cima, se você não sair da frente cê é atropelada. Se a própria polícia não defende a gente, quem vai defender, gente? é a realidade. Não sou só eu que falo. Você pode passar em todos os pontos as bichas vão falar a mesma coisa. Depois desse negocia daquela arminha de gel, nossa, tá um inferno. Teve um dia que um cara veio com uma sacola de verdura podre, bicha, pra jogar na gente. Olha pra você ver, cê tá entendendo. E eles fazem isso porquê ninguém faz nada, gente. Ninguém faz nada. Se a gente não tomar providências com as nossas próprias mãos, olha isso daqui (Momento em que ela mostrou um pedaço de pau que usa para se defender) pelo menos uma paulada eu do. Se você não tiver a sua segurança, a lei não protege nós. Não protege. Não protege as travestis. Não protege. Não protege. Essa é a real toda. A lei não protege a gente. Têm lei mas não adianta. O que mais você vê é policial que não sabe nem o artigo, nem que é lei, nem que o povo é obrigado a respeitar a gente. O que mais você vê é isso. O policial te chamando de “ele” e eu já sou retificada. se você vai lá, sexo feminino, perguntando qual seu nome?! É muita tiração né gente. Muita tiração (...) mais não adianta mona, não adianta.⁶³

A fala de Q* é particularmente potente, carregada de significado, pois traduz a luta pelo reconhecimento, pela existência e pela afirmação de direitos diante de um Estado que, reiteradamente, nega a legitimidade de suas vidas. Essa precariedade existencial se entrelaça ao que Philippopoulos-Mihalopoulos (2024, p. 47) descreve como a ausência de sinais que expressem o direito como proteção, transformando-o em ameaça. Quando a polícia armada ocupa o território, não se trata de garantia de segurança, mas de um dispositivo que força os corpos a se perceberem como potenciais criminosos. Nessa perspectiva, o espaço urbano se converte em um “quebra-cabeça angular e inadequado”, em que os corpos não circulam livremente, mas são comprimidos, empurrados e restringidos (Philippopoulos-Mihalopoulos, 2024, p. 48). O relato de Q* revela, assim, como a vivência cotidiana dessas trabalhadoras sexuais trans e travestis é atravessada pela tensão entre resistência e exclusão, sobrevivência e vulnerabilidade, direitos prometidos e direitos negados.

Do ponto de vista metodológico, a cartografia situada, inspirada na “cartografia das controvérsias”, de Latour, foi decisiva para tornar visível o que o tende a ser invisibilizado. Deixar mapas impressos em A1 com intervenções da SUDECAP, canetas coloridas e mediações de R* e K* foi um gesto de devolução: o território voltou como desenho, com “marcas” de

⁶³ Trecho do relato de Q*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

risco, de desejo e de ausência. A diferença entre rua (mapa preenchido) e casa (mapa que custou a andar) reforçou a compreensão sobre temporalidades exaustivas, dinâmicas de portas fechadas e condições de possibilidade da participação. Quando Luadna assume a escrita das contribuições durante a visita, o mapa anda, o que indica que a mediação é parte da ética da pesquisa: provocar a fala, legitimar a escuta, proteger a exposição.

Por fim, o material do diário confirma e aprofunda as hipóteses do capítulo: (i) o espaço do Santa Branca é produzido por regras formais e informais que atravessam gênero, tempo e risco; (ii) o cuidado estatal aparece fragmentado, e seu encaixe temporal é determinante; (iii) as políticas de redução de danos são a principal via de presença pública no território; (iv) as demandas são concretas e recorrentes: iluminação, insumos gratuitos e abundantes, não-extorsão, respeito nominal, horário de disponibilização de serviços, e mediações que aproximem motéis, profissionais e saúde. Em termos teóricos, a experiência sustenta que o direito à cidade (Lefebvre) e a justiça espacial (Philippopoulos-Mihalopoulos) dependem de enquadramentos de reconhecimento (Butler) que façam essas vidas aparecerem como vidas que importam, não apenas como risco, mas como sujeitas políticas que habitam, trabalham e produzem a cidade.

3.2 Marcas espaciais e território em movimento

A gente que faz programa aqui, a gente sabe lidar com essas coisas, entendeu. Então assim... Quando eu conheci ele, nos dois estava fazendo enfermagem. Quando eu vi que ele tava interessado por mim eu comentei com ele se ele tinha preconceito com garota de programa. Isso a 22 anos atrás. Ai... se ele namoraria uma garota de programa. Ele falou que não, que não tinha preconceito, que namoraria. Então eu nunca mais falei nada e ele nunca me perguntou nada. É muito difícil ter um homem assim (...) Ai depois de um tempo ele foi morar na minha casa e tá lá. Eu quero mandar ele embora, mas agora eu to precisando de alguém. Agora eu não mando não, mas algumas vezes eu mandei (...) e quem não tem um probleminha (...).⁶⁴

O trabalho de campo desenvolvido no bairro Santa Branca evidenciou a complexidade da vida cotidiana das mulheres trans, travestis e trabalhadoras sexuais cis que ocupam o território. A pesquisa não apenas tornou visíveis as múltiplas formas de violência a que esses corpos estão sujeitos, como também possibilitou que suas próprias narrativas e demandas fossem incorporadas à produção do conhecimento. Nesse sentido, buscou-se elaborar um mapa construído pelas próprias trabalhadoras sexuais, no qual pudessem indicar melhorias desejadas

⁶⁴ Trecho do relato de C*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

e elementos que consideram necessários para reduzir as violações que atravessam suas existências cotidianas.

Como apresentado em capítulos anteriores, essa estratégia se concretizou com a entrega de dois mapas: um ficou sob a responsabilidade de R*, na região dos motéis, e o outro sob a mediação de K*, na casa da Cafetina 1. Ambas atuaram como intermediárias no processo de circulação dos mapas, incentivando outras trabalhadoras sexuais e pessoas do território a contribuírem.

Inspirada nas proposições de Latour (2012) sobre a “cartografia das controvérsias”, a abordagem adotada não se limitou a registrar trajetos e espaços físicos. Buscou-se compreender o território como um tecido social e político em disputa, acompanhando os rastros das políticas públicas, das práticas cotidianas e dos silêncios institucionais. A cartografia se revelou, assim, uma prática epistemológica capaz de tornar visíveis saberes locais e formas de resistência frequentemente ocultadas pelas lógicas oficiais de planejamento urbano.

No processo, os dois mapas acabaram se unificando, devido à dinâmica existente na casa da Cafetina 1. Contribuíram para a construção do mapa trabalhadoras sexuais cis, trans e travestis, funcionárias dos motéis e também um comerciante local que, à noite, monta sua barraca de churrasquinho e cerveja em frente aos estabelecimentos. Esse gesto coletivo evidencia que o território é constituído por uma multiplicidade de atores, cujas práticas cotidianas produzem e regulam os espaços de forma situada e compartilhada.

Sistematizaremos aqui os pedidos e relatos que ilustram a manifestação de desejos e necessidades das trabalhadoras sexuais, materializada no mapa coletivo. Na parte frontal do mapa foi feito um pequeno desenho, como forma de representar visualmente esses pedidos. Já no verso, em um espaço em branco disponível, os registros foram feitos por escrito. É possível identificar a participação de várias pessoas, observando-se a diversidade de caligrafias presentes. O mapa foi digitalizado e incorporado aos anexos deste trabalho. No entanto, trechos selecionados serão utilizados para ilustrar este capítulo, incluindo os desenhos feitos pelas trabalhadoras sexuais, que seguem abaixo:

Os pedidos feitos no mapa se repetem, se complementam e se inter-relacionam, refletindo a própria dinâmica da região estudada. Conforme Lefebvre (2016):

O direito à cidade vem à tona, anunciando-se como movimento orientado para confrontar e superar os descompassos do real em relação ao possível, as contradições entre sociedade e civilização (as amplas possibilidades destas sendo frustradas, não se realizando, ou se realizando empobrecidamente através daquela). (Lefebvre, 2016, p. 11).

Para o autor, “excluir do urbano grupos, classes, indivíduos implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. (Lefebvre, 2016, p. 11). Quando as trabalhadoras sexuais fazem suas próprias demandas e as registram no mapa coletivo, é exatamente esse confronto que se produz: a realidade concreta do território é exposta e, a partir dela, delinea-se a luta para que o “possível” seja alcançado, um possível que passa pela permanência, pelo reconhecimento e pela transformação urbana.

Para organizar e tornar visíveis esses pedidos, foi elaborada a tabela abaixo, que sistematiza as demandas registradas, indicando também a frequência com que cada uma aparece no mapa.

Demandas	Frequência
Lote Vago	6
Banheiros	5
Iluminação	5
Poda de árvores	4
Poste caindo	2
População em Situação de Rua / Albergue	2
Restaurante Popular	2
Animais de rua	1
Saúde	1
Polícia	1
Arrumar calçadas	1
Arrumar praça	1
Ponto de água potável	1
Parar de roubar	1
Parar o varejo	1

Tabela 4 Sistematização das demandas apresentados no mapa elaborado pelos atores no estudo – Tabela elaborada pelo pesquisador.

Como podemos observar na tabela, a demanda mais recorrente refere-se ao lote vago localizado na Rua Teles de Menezes, esquina com o Viaduto Monte Castelo, em paralelo com a Avenida Dom Pedro I. Esse lote foi destacado em rosa no desenho do mapa elaborado pelas participantes. A questão sobre a destinação desse espaço surgiu de maneira constante durante as visitas de campo, aparecendo tanto nas falas das trabalhadoras sexuais quanto nas das funcionárias dos motéis da região.



Figura 15 Lote vago localizado na Rua Teles de Menezes - Feita pelo pesquisador

Trata-se de um espaço central na dinâmica territorial: por sua localização estratégica, ele funciona simultaneamente como área de circulação, ponto de encontro e, em alguns casos, local improvisado para práticas sexuais, sobretudo quando os clientes desejam evitar os custos dos motéis. Essa multiplicidade de usos revela tanto a ausência de políticas públicas voltadas ao ordenamento do território quanto a capacidade das próprias trabalhadoras e usuárias de redefinirem os espaços urbanos a partir de suas necessidades cotidianas.

Conforme relatou uma funcionária antiga de um dos motéis da região:

Agora aquele ali seria bom que a Prefeitura passasse o trator ali e limpasse aquele trem todinho ali, tirasse aquele muro. No lugar do viaduto era um posto de gasolina, e tiraram o posto para fazer o viaduto. Sobrou aquele pedaço, eles muraram e fecharam aquele trem lá.⁶⁵

⁶⁵ Trecho do relato de uma trabalhadora dos motéis da área de estudo.

De fato, o lote vago mencionado corresponde a uma sobra dos processos de desapropriação realizados para a construção do Viaduto Monte Castelo e o alargamento da Avenida Dom Pedro I, no contexto das obras preparatórias para a Copa do Mundo FIFA de 2014. Trata-se do Processo Judicial nº 1180097-83.2011.8.13.0024, em trâmite na 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte. Apesar de a desapropriação ter sido proposta em 2011, o processo ainda não transitou em julgado, em razão de um recurso de apelação que se encontra pendente de julgamento no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Conforme sentença de primeira instância, foi incorporada ao patrimônio do Município de Belo Horizonte parte dos lotes 3 e 4 do quarteirão 15, no bairro Santa Branca, declarados de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº 14.258, de 25 de janeiro de 2011. A desapropriação, entretanto, foi parcial, não abrangendo a integralidade dos lotes. A análise do recurso de apelação demonstra que, em nenhum momento, o proprietário pleiteou a extensão da desapropriação para a totalidade dos imóveis (Minas Gerais, 2023). Assim, conclui-se que o lote remanescente, atualmente utilizado para práticas sexuais e, possivelmente, para atividades ilícitas, permanece como propriedade privada.

Diante desse cenário, a atuação possível do Município de Belo Horizonte limita-se à esfera fiscalizatória. Compete à Subsecretaria de Fiscalização (SUFIS), vinculada à Secretaria Municipal de Políticas Urbanas (SMPU), apurar os fatos e adotar as medidas cabíveis dentro de sua competência, notificando o proprietário para que promova a conservação e adequada utilização do imóvel.

O relato de R* sobre o uso cotidiano desse lote revela seu papel estratégico na dinâmica territorial local:

Tá tendo muito ladrão. Estão usando o lote para jogar coisas, esconder coisas, e inclusive muitas travestis usando o lote para fazer programa, o cliente prefere ao invés do motel porquê não tem que pagar.⁶⁶

Esse relato foi confirmado durante uma das visitas à casa da Cafetina 1, quando uma das uma travestis que vivem na casa, contou que utiliza o lote vago para realizar programas sempre que os clientes solicitam, e afirmou não ver qualquer problema nisso. Esse uso revela, de forma bastante clara, como a vulnerabilidade é explorada por ofertas que se situam à margem da legalidade e das políticas públicas, tornando o espaço um recurso de sobrevivência, ainda que precário.

⁶⁶ Trecho do relato de R*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

A segunda demanda identificada no mapa foi a instalação de banheiros públicos na região. Como já discutido em capítulos anteriores, não há na área nenhum banheiro público acessível à população em geral. Diante disso, as trabalhadoras sexuais precisam pagar aos motéis sempre que necessitam utilizar o banheiro, o que evidencia mais uma camada de dependência e de regulação informal do território. No mapa produzido durante a pesquisa, foram indicados dois locais sugeridos para a instalação de banheiros públicos: a própria Praça da Saudade e a área sob o Viaduto Monte Castelo. Esta última, atualmente, apresenta um grande espaço subutilizado, ocupado como ponto de tráfico e por pessoas em situação de rua, conforme observado ao longo do trabalho de campo.



Figura 16 Área sob o viaduto Monte Castelo – Ao fundo no muro amarelo é o lote vago localizado na Rua Teles de Menezes - Feita pelo pesquisador

A iluminação pública apareceu como um dos principais pontos destacados na produção do mapa. Diversas trabalhadoras sexuais relataram a necessidade de melhor iluminação em vários trechos do bairro, especialmente por existirem pontos bastante escuros nas Ruas Teles de Menezes e Antero de Quental. Durante o trabalho de campo, o pesquisador pôde constatar essa precariedade: há áreas mal iluminadas que geram insegurança para as trabalhadoras sexuais, sobretudo à noite, quando estão mais expostas a situações de vulnerabilidade e a diferentes formas de violência.

Nesse contexto, surgem também as duas demandas seguintes mais recorrentes: a poda de árvores e a substituição de um poste danificado. Segundo as trabalhadoras sexuais e funcionárias dos motéis, nos períodos de chuva e vento há grande risco de queda de galhos, o que aumenta a sensação de insegurança para quem permanece nas ruas. Na esquina entre a Rua Antero de Quental com Viaduto Montese, por exemplo, houve um acidente envolvendo um caminhão que atingiu um poste, fato ocorrido no início do trabalho de campo. O poste permanece em condições precárias desde então. O pesquisador presenciou, em mais de uma ocasião, curtos-circuitos no local, com faíscas atingindo a rua.

Diante dessa situação, o pesquisador acionou a Diretoria de Energia, Tecnologia, Concessionárias e Iluminação Pública da SUDECAP (DETI-SD), que mantém convênio com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Em 11 de setembro de 2025, a DETI-SD abriu o Protocolo de Atendimento nº 1116284647 junto à CEMIG, solicitando a substituição do poste. No entanto, não foram localizados projetos de melhoria mais ampla da iluminação pública da região.



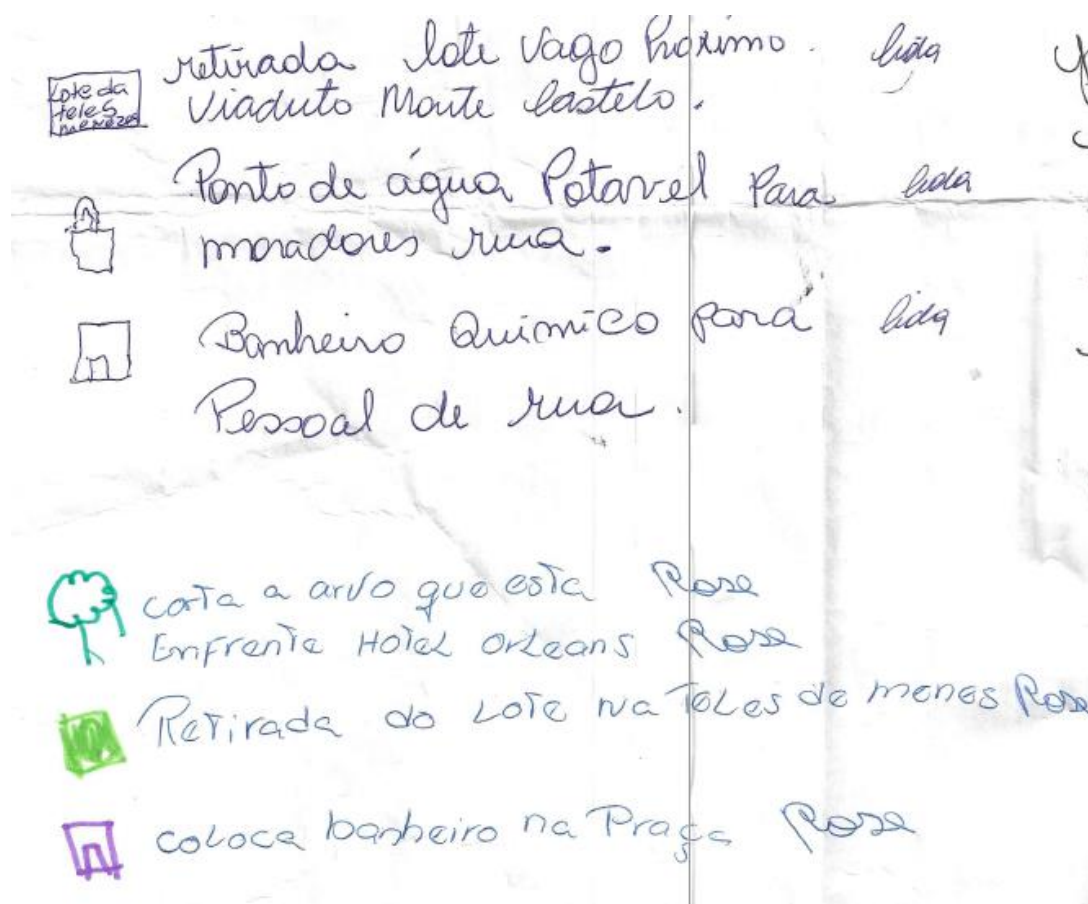
Figura 17 Poste danificado na esquina entre a Rua Antero de Quental com Viaduto Montese - Feita pelo pesquisador

Também foi relatada preocupação com a população em situação de rua e com o grande número de animais que circulam pelas vias da região. No capítulo dois, há inclusive uma fotografia de uma trabalhadora sexual ao lado de um cachorro de rua, imagem que sintetiza a convivência cotidiana entre diferentes corpos marginalizados no território. A população em situação de rua concentra-se, principalmente, nas áreas embaixo dos viadutos Monte Castelo e Montese, espaços que, como visto anteriormente, também são marcados por fluxos de prostituição e tráfico. Diante desse cenário, foi sugerida a criação de um albergue na região, que pudesse oferecer abrigo e condições mínimas de acolhimento para essa população. Da mesma forma, foi proposta a implantação de um espaço destinado ao acolhimento de animais,

uma vez que a presença deles é constante nas ruas do bairro. Como relatou uma funcionária antiga de um dos motéis da região:

Do lado de cima daquele viaduto ali tem aquela casa vazia ali também, dá para fazer uma coisa especial ali também. Naquela casa vaga, que tem naquele lote vago podia fazer um abrigo para esse povo que fica aí na rua zanzando de noite. Tem muito morador (pessoa em situação de rua) aqui, debaixo do viaduto debaixo do viaduto lá embaixo. Aí naquela casa do lado de cima ali, tem uma casa abandonada ali. Podia fazer um abrigo ali para acolher esse pessoal que fica na rua. E tem muito tempo que tem aquela coisa lá.⁶⁷

Outro pedido recorrente foi a instalação de um ponto de distribuição de água potável, tendo sido indicada a Praça da Saudade como possível local para a estrutura. Além disso, as trabalhadoras sexuais destacaram a importância da criação de um restaurante popular na região. Segundo elas, o entorno é composto por galpões e empresas que empregam, majoritariamente, trabalhadores de baixa remuneração, e o bairro não dispõe de infraestrutura adequada para alimentação. A abertura de um restaurante popular atenderia não apenas às trabalhadoras sexuais, mas também à população em situação de rua e aos trabalhadores locais.



Mapa 10 Pedidos feitos no Mapa do território do bairro Santa Branca

⁶⁷ Trecho do relato de uma trabalhadora dos motéis da área de estudo.

Demandas relacionadas à manutenção das calçadas e da própria Praça da Saudade também apareceram, ainda que de forma mais discreta. As trabalhadoras sexuais apontaram problemas de conservação que dificultam a circulação segura, sobretudo à noite, quando a iluminação deficiente acentua os riscos de quedas e acidentes. No caso da praça, mencionaram a necessidade de limpeza mais frequente, poda das árvores e melhor manutenção do mobiliário urbano, de modo a tornar o espaço mais seguro e acolhedor para quem circula diariamente por ali.

Durante o processo de construção do mapa na Casa da Cafetina 1, conduzido com o apoio de Luadna, dois pontos chamaram a atenção e foram relatados pelas participantes: “*parar de roubar*” e “*parar o varejo*”. Esses registros revelam aspectos importantes da dinâmica interna entre as próprias trabalhadoras sexuais. No caso dos roubos a clientes, trata-se de uma prática severamente reprovada dentro do grupo: quando descoberta, é punida pelas colegas e pela própria cafetina, já que compromete a confiança dos clientes e, conseqüentemente, o fluxo de trabalho de todas. Já o “varejo”, como explicado anteriormente, é um termo amplamente utilizado entre mulheres trans e travestis para se referir à prática de realizar programas por valores muito abaixo do padrão local. Essa prática é mal vista porque, ao aceitar preços mais baixos, força as demais a reduzirem seus próprios valores para conseguir trabalhar, gerando tensões e inimizades entre as profissionais.

Demandas relacionadas à saúde e à segurança apareceram no mapa de forma mais pontual, foram citadas apenas uma vez, mas nos relatos orais, essas questões surgiram de maneira recorrente. No campo da saúde, como discutido ao longo do trabalho, o programa BH de Mãos Dadas Contra a AIDS permanece sendo a única política pública com presença efetiva no território, oferecendo acompanhamento e distribuição de insumos. Com a paralisação das ações noturnas do programa, porém, as trabalhadoras sexuais ficaram desassistidas, como evidencia o relato de K*:

*É essa correria, as bichas chega de manhã, dorme, acorda de tarde na hora de ir pra rua.*⁶⁸

Foi solicitado pelas trabalhadoras sexuais que seja implantado um Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) na região. Esses centros são serviços especializados em infectologia voltados ao atendimento de pessoas vivendo com HIV, além de realizarem exames e tratamentos para a detecção de outras ISTs. Embora essa demanda tenha surgido de forma recorrente nas conversas de campo, no mapa elaborado ela apareceu apenas uma vez.

⁶⁸ Trecho do relato de K*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

Atualmente, o CTA mais próximo é o CTA Sagrada Família, que, segundo diversos relatos, opera com um número limitado de atendimentos diários. Devido à rotina noturna das trabalhadoras sexuais, muitas chegam ao local já após a distribuição de senhas, ficando sem acesso ao atendimento. Essa limitação reforça a necessidade de uma política pública de saúde mais próxima e adequada aos horários dessas profissionais.

Nas proximidades do território existe também a Universidade UNIFENAS, localizada no bairro Itapoã (Rua Líbano, nº 66), que funciona como um centro de apoio para pessoas vivendo com HIV. No entanto, o local não oferece os mesmos serviços de um CTA: ele se limita à entrega de medicamentos a pacientes já acompanhados em outros centros, sendo insuficiente para atender às demandas de prevenção e diagnóstico das trabalhadoras sexuais do Santa Branca. Além das questões relacionadas à prevenção e ao controle de ISTs, a pesquisa de campo também revelou vulnerabilidades associadas aos processos de transexualização dos corpos dessas trabalhadoras, como evidencia a fala de Z*:

Eu tive um derrame cerebral na semana passada (...) uai mulher eu tava com o bofe, ai de repente meu rosto parou de mexer de um lado. Ai eu fui pegar um negócio assim e eu parei. Ai ele: “que que foi?” E eu não conseguia falar. De repente eu só pluft, cai no chão. Ai ele ligou pra ambulância. E eu tava tomando 30 perlutan por dia (...) eu to com trombose. Eu tô tratando.⁶⁹

No relato, Z* informou que estava tomando “30 *perlutans por dia*”. O *Perlutan*, no entanto, é um anticoncepcional injetável de dose única mensal, o que indica que, provavelmente, ela fazia uso indiscriminado de outro tipo de anticoncepcional, buscando feminizar seu corpo. Esse processo, idealmente, deveria ocorrer com acompanhamento profissional, evitando riscos severos à saúde. A ausência desse acompanhamento revela uma vulnerabilidade importante: sem acesso a políticas públicas adequadas, muitas mulheres trans e travestis recorrem a métodos informais e potencialmente perigosos para modificar seus corpos. Mesmo após esse episódio, pouco mais de uma semana depois, Z* já estava novamente nas ruas realizando trabalho sexual, evidenciando a combinação entre vulnerabilidade física e pressão financeira que atravessa suas vidas.

As falas também revelam o impacto direto das lacunas no acesso à saúde e à informação. O*, uma das travestis acompanhadas pelo programa BH de Mãos Dadas, relatou ter recebido, via WhatsApp, a proposta de um cirurgião oferecendo a realização de uma cirurgia de redesignação sexual. Uma abordagem desse tipo, para um procedimento altamente complexo,

⁶⁹ Trecho do relato de Z*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

invasivo e que exige acompanhamento multidisciplinar, evidencia o grau de exposição dessas mulheres a práticas médicas duvidosas, realizadas fora de protocolos éticos e legais.

(...) o médico doido ele foi até honesto. Sabia? Ele é certo. Ele falou comigo assim " não é de graça a cirurgia, né?. Eu cobro 50 mil para fazer a cirurgia. Só que como você diz que é seu sonho, eu posso te ajudar, mas por ordem judicial. Procura um advogado. Conseguir os papéis certinho. Tenha um laudo com o psicólogo." Vocês não conseguem não?! Preciso tanto de um laudo. Eu consegui com um menino, mas eu tenho que marcar e vou ter que fazer um tempão de tratamento. (...) aí eu vou entrar com um processo para o juiz autorizar que o SUS faça minha cirurgia (...) Eu preciso muito por a xequinha (...) eu quero fazer a cirurgia aqui. Fazer a xequinha e o silicone eu vou por ano que vem (...) Pronto. Amor eu quero vir pra rua e falar que sou cis (...) E eu vou dar com força.⁷⁰

Bento (2008) já afirmava que:

A aproximação com a transexualidade é reveladora das convenções sociais sobre a masculinidade e a feminilidade. Diariamente profissionais da saúde, juizes, advogados, professores, parlamentares, amigos, familiares são instados a se posicionar e encontrar sentidos para as demandas de pessoas que reivindicam o pertencimento a um gênero distinto daquele que lhes foi imposto. (Bento, 2008, p. 10).

Pessoas trans e travestis são frequentemente expulsas de casa, enfrentam dificuldades de acesso à educação, ao mercado de trabalho e são excluídas de múltiplos campos sociais. Essas trajetórias geralmente envolvem batalhas judiciais para a retificação de nome e gênero e o enfrentamento de instituições que interpretam suas reivindicações como patologias, e não como expressões legítimas de identidade. (Bento, 2008). Essas observações reforçam a importância da existência de serviços públicos de saúde qualificados, acessíveis e sensíveis às especificidades de gênero, capazes de oferecer acompanhamento clínico e psicológico adequado, evitando que mulheres trans e travestis precisem recorrer a práticas inseguras, como observado nos relatos de Z* e O*.

Além desses relatos, uma das falas mais marcantes foi a de C*:

*(...) quando eu entro para dentro do quarto com o cliente eu começo uma suadeira, uma suadeira, uma suadeira. Não é porquê tá calor não. É tipo assim, eu pesquisei, diz que chama transtorno pós traumático, que traz essa suadeira. Aí tem cliente que tá sentindo frio e eu to suando. Ele pega e fala assim "nossa que dó, você tá suando". Eu falo "é, tá calor". Calor nada (...) Eu pago Unimed a muitos anos, desde que trabalhava na zona sul. Só que eu to numa fase tão de querer ficar só deitada dentro de casa. Eu venho pra cá assim, na última, das última. Que eu não to nem agendando. Porque eu podia marcar um psicólogo, psiquiatra (...) Eu já to com ansiedade (...) se eu pudesse beber eu encarava aqui com a bebida igual umas meninas fazem (...) **Você pode até colocar que a minha vida de programa me levou a ter ansiedade. Não pode? Ansiedade, ter crise de suadeira, tontura (...)**⁷¹*

⁷⁰ Trecho do relato de O*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁷¹ Trecho do relato de C*, mulher cis atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

O relato de C* demonstra como as trabalhadoras sexuais estão expostas a formas de violência que, muitas vezes, não são imediatamente visíveis. C* atua na prostituição há mais de 30 anos, mas atualmente já não consegue mais realizar programas. Durante todo o período de pesquisa de campo, sua presença no território do Santa Branca foi constante. Em todas as visitas, ela relatava sentir-se mal, e, com o passar do tempo, esses relatos tornaram-se mais frequentes e preocupantes. Pouco depois, C* decidiu se afastar das ruas do bairro. Antes disso, deixou seu contato com o pesquisador, que não voltou a encontrá-la pessoalmente. Em uma conversa telefônica, informou que não estava mais conseguindo ir à região e que precisaria dar um tempo.

A relação de dependência financeira que se estabelece entre a prostituição e as trabalhadoras sexuais aprofunda essa vulnerabilidade. No caso de C*, sua condição de mulher cis, casada, e com outras fontes de renda, lhe permitiu se afastar temporariamente da prostituição. No entanto, essa não é a realidade da maioria, especialmente das mulheres trans e travestis que atuam no Santa Branca. X*, por exemplo, relatou o desejo de deixar a prostituição, mas explicou que, no momento, essa é sua única fonte de renda, o que torna inviável qualquer afastamento. Essa situação evidencia como, para muitas trabalhadoras sexuais, o trabalho é não apenas um meio de subsistência, mas um imperativo econômico que as mantém expostas a riscos mesmo quando desejam se afastar deles.

Eu não vou mentir, eu peguei uma época muito boa (...) mas era uma época assim, que você sofria muito na mão de cafetina, mas você ganhava. Você ganhava, mana. Eu chegava em casa eu não sabia quanto dinheiro eu tinha na minha bolsa. Hoje em dia mana se você tá tendo assim ... eu também to querendo sair da rua (...) ⁷²

Essas dificuldades econômicas são reiteradas nas falas das trabalhadoras sexuais. No cotidiano, surgem custos constantes: o pagamento pela “rua”, pela cafetina ou cafetão, pelo uso de banheiros ou até mesmo por um quarto de motel para se arrumar e descansar. Como destacou Z*, “existem dias e dias nas ruas”, nunca há um valor certo. Essa instabilidade faz com que muitas passem a fazer o chamado “varejo”, aceitando programas por valores menores, preferindo garantir um pouco do que arriscar voltar para casa sem nada.

Aí u ó né, mana. Não tá dando nem pro sal. Hahaha. Não dá dando nem pro sal, viado. Não, tipo assim, mona tem dias e dias. Prostituição hoje já tá muito defasado, porque tem muita gente dando de graça, cê entendeu (...) tem dia que você faz, tem dia que você não faz. A última vez que eu desci mesmo, eu fiz R\$350,00. Hoje eu não fiz nem o do sal (...), mas não bicha, eu não fico a tarde não, num frio desse, você tá loca? (...) ⁷³

⁷² Trecho do relato de X*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁷³ Trecho do relato de Q*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

Como afirma Judith Butler (2025), a vulnerabilidade é uma condição compartilhada, mas distribuída de modo desigual, sendo intensificada por estruturas econômicas e políticas que tornam certos corpos mais expostos à precariedade. No caso das trabalhadoras sexuais trans e travestis, essa precariedade não se limita à dimensão material: ela atravessa também o reconhecimento, o acesso à saúde e a própria possibilidade de existir no espaço público sem ser alvo de violência.

A presença do Estado se manifesta de maneira contraditória: ora pela repressão policial, ora pela ausência de garantias de segurança e de acesso a direitos. Assim como ocorre em relação à saúde das trabalhadoras sexuais, a segurança, representada no mapa pela figura da polícia, também apareceu entre as demandas, e chamou atenção com os dizeres “*passar mais polícia feminina*”.

-
- MOTEL ORLEANS
- RECOLHE ANIMAL DEBAIXO VIADUTO
 - TIRA LOTE POIS TEM MUITO LADRÃO
 - CORTA ARVORE CAINDO
 - RESTAURANTE POPULAR
 - MAIS POLICIA NA RUA
 - ARRUMAR PRAÇA
 - PASSAR MAIS POLICIA FEMININA

Mapa 11 Pedidos feitos no Mapa do território do bairro Santa Branca

As situações de violência protagonizadas pelo próprio Estado são numerosas e foram apresentadas ao longo deste trabalho. Durante a pesquisa de campo, foi possível observar essa relação conflituosa: as trabalhadoras sexuais percebem a polícia com desconfiança e tensão, em razão das experiências de repressão e violência, mas, ao mesmo tempo, expressam o desejo de uma presença policial que lhes garanta proteção. Trata-se, portanto, de uma relação ambígua, em que o Estado aparece tanto como agente de ameaça quanto como potencial provedor de segurança. Conforme relatos:

*Segurança ninguém têm aqui (...) não faz porra nenhuma.*⁷⁴

*Questão mais de segurança né amore (...) segurança.*⁷⁵

*Eu trabalho aqui a 6 anos já (...) mais segurança porquê cafetão aqui a gente paga, mas não tem segurança nenhuma, mas ele quer receber os R\$200,00 dele no final de semana.*⁷⁶

A possibilidade de instalação de um ponto fixo de policiamento na região foi descartada pela maioria das trabalhadoras sexuais, embora algumas poucas tenham considerado que poderia ser positivo. A principal razão da recusa está relacionada ao receio de que a presença policial constante afastasse os clientes, reduzindo significativamente o movimento e, conseqüentemente, a renda. Em contrapartida, foi apontado que uma patrulha periódica, que passasse pela região e tratasse as trabalhadoras sexuais de forma humanizada, sobretudo as mulheres trans e travestis, seria essencial. Por isso, muitas destacaram a importância de que houvesse maior presença de policiais mulheres nas patrulhas, de modo a criar algum vínculo de reconhecimento e reduzir o clima de intimidação frequentemente associado aos policiais homens. Conforme relatado:

*Eles passam normal e não falam nada. Mas as meninas já reclamaram que liga e eles não vem. Ou vem duas horas depois, quando tudo já tem acontecido. E por isso que eu chego cedo e vou embora cedo.*⁷⁷

*Tanto que eu já tive problema com cliente aqui e eu chamei a polícia e realmente não vem. Eu já liguei e não vem (...)*⁷⁸

O território do Santa Branca não é apenas cenário das práticas de prostituição, mas um espaço em disputa, continuamente produzido por relações de poder, estratégias de sobrevivência e dinâmicas locais complexas. Ao longo deste percurso, vimos como as dimensões da segurança, da saúde, da circulação e da regulação do espaço se entrelaçam nas

⁷⁴ Trecho do relato de A*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁷⁵ Trecho do relato de V*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁷⁶ Trecho do relato de T*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁷⁷ Trecho do relato de W*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

⁷⁸ Trecho do relato de Z*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

experiências cotidianas das trabalhadoras sexuais, mulheres trans, travestis e cis, que atuam na região.

A presença contraditória do Estado, marcada por ações repressivas e por omissões, cria um ambiente de tensão permanente. Ao mesmo tempo, emergem arranjos próprios, negociações cotidianas e redes de solidariedade que garantem, ainda que precariamente, a continuidade da vida e do trabalho no território. Essas práticas revelam não apenas vulnerabilidades, mas também a agência e a capacidade de organização dessas mulheres diante de contextos adversos.

As lideranças locais, os pequenos acordos com estabelecimentos, a gestão informal dos espaços e a resistência coletiva configuram uma cartografia viva, feita de corpos, trajetórias e estratégias. Mesmo diante da violência institucional e do estigma social, o trabalho sexual no Santa Branca se mantém como prática histórica e presente, tecendo formas de existência que não se apagam facilmente. A fala de B* sintetiza essa permanência e resistência:

Não acaba não. Nunca. Amiga, nunca (...) é de gerações e gerações. Bicha eu acho que tem uns 40 anos. Eu acho. Têm (...) só eu aqui tem 10 anos. E antes de eu chegar já existia a muito tempo.⁷⁹

⁷⁹ Trecho do relato de B*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa mostrou que o território da prostituição no bairro Santa Branca não é um “lugar à parte” da cidade, mas um produto social continuamente (re)feito por disputas, normas, afetos e arranjos cotidianos. Seguindo Lefebvre, demonstrou-se que o espaço é político e estratégico: o planejamento viário, as obras de grande porte e os usos econômicos circundantes criaram condições para a fixação, a visibilidade e também a vulnerabilidade do trabalho sexual; ao mesmo tempo, as práticas das próprias trabalhadoras trans e travestis, em sua grande maioria, apropriam esse espaço e o reinscrevem como condição de existência. É nessa fricção que emergem as contradições centrais do Santa Branca: modernização urbana, de um lado; exclusão e estigma, de outro. Daí a força do direito à cidade enquanto reivindicação concreta, iluminação, banheiros, poda de árvores, segurança, saúde, abrigos e água potável, tal como apareceu nos mapas e relatos.

No plano metodológico, a estratégia de cartografia apoiada na “cartografia das controvérsias” de Latour permitiu seguir os atores (trabalhadoras, cafetinas, clientes, comerciantes, policiais, agentes de saúde e traficantes) e as inscrições que eles produzem (mapas, ofícios, estudos, rotinas, silêncios). Essa escolha deslocou o foco do “o que é a prostituição” para “como ela se faz no território do bairro Santa Branca”, revelando redes e regras que escapam às imagens oficiais da cidade. O mapa participativo, costurado por R*, K* e outras, não é uma mera ilustração: é um ato político de inscrição, no qual os sujeitos marcam o que falta, o que dói e o que desejam.

A leitura pela lente do lawscape de Philippopoulos-Mihalopoulos explicita que, no Santa Branca, o direito não se limita ao texto normativo: ele texturiza a rua, a esquina, a porta do motel e o viaduto, orientando movimentos corporais, horários e pertencimentos. A presença do Estado aparece ambígua: ora como repressão policial e moralização administrativa; ora como ausência de cuidado, atendimento e infraestrutura. Entre excesso de controle e falta de proteção, as trabalhadoras navegam um cenário de regras formais e acordos informais (preço, ponto, horário, “não fazer varejo”, “não roubar cliente”), compondo um regime prático de regulação que, embora não positivado, produz efeitos jurídicos e espaciais reais.

No campo da gênero-sexualidade, Berenice Bento ajuda a ler os corpos trans e travestis como arquivos vivos de exclusões e invenções. As trajetórias narradas no diário de campo e nos encontros semanais, com tentativas de feminização corporal sem acompanhamento, ofertas médicas duvidosas, dificuldades para acesso a insumos e a serviços, mostram como a norma de gênero pune desvios e como a cidade, muitas vezes, desautoriza esses corpos a existirem com

dignidade. Ainda assim, o material empírico evidencia agência, redes de apoio e lideranças locais como R*, Amanda, e as agentes redutoras de danos como Luadna, que mediam conflitos, abrem portas e sustentam vínculos de cuidado.

A contribuição de Judith Butler é decisiva para compreender a precariedade como produção política, e não mero dado natural. As vidas que se movem no Santa Branca são vidas que dependem de condições básicas, reconhecimento, nome social, atendimento em horário compatível, insumos de prevenção, iluminação, banheiro, segurança, para serem vivíveis. Quando essas condições não chegam, não se trata apenas de “falta de serviço”: é o próprio Estado que demonstrar, quais corpos importam e quais não. A persistência do trabalho sexual, mesmo diante de violências e omissões, deve ser lida como prática de sobrevivência e, simultaneamente, como ato de reivindicação: existir, circular e trabalhar. No Santa Branca, o simples ato de permanecer, de sair à rua, de negociar o preço, de exigir o nome correto, de cuidar do corpo, é um gesto de resistência e afirmação de existência.

Este trabalho evidenciou o papel singular do BH de Mãos Dadas Contra a AIDS como presença institucional efetiva no território, sobretudo na abordagem entre pares, na redução de danos e na construção de vínculos. Quando as ações noturnas foram viabilizadas, ampliou-se o alcance às rotinas reais das trabalhadoras; quando suspensas, acentuou-se a desassistência. O programa mostra que políticas públicas territorializadas e temporalmente adequadas (noite/fim de semana) geram efeitos concretos de cuidado e proteção, especialmente quando e se articuladas a outros serviços (segurança, atenção básica e assistência social).

A longo prazo, as falhas na continuidade das políticas públicas e da ação estatal tornam-se mais evidentes. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, as iniciativas no bairro Santa Branca foram mínimas e, em grande parte, sequer documentadas. Mesmo os estudos realizados sobre o impacto da pandemia na vida das trabalhadoras sexuais desconsideraram completamente o território do Santa Branca, concentrando-se exclusivamente na Rua Guaicurus, região central da cidade. Essa escolha reforça o apagamento das periferias e revela como a localização geográfica é também um marcador de exclusão.

A interrupção das ações do programa no território não representou apenas a suspensão de um serviço, mas o rompimento de uma rede de confiança construída ao longo do tempo entre poder público e trabalhadoras sexuais. A ausência de continuidade e articulação entre políticas revela que o cuidado ainda é pensado de forma fragmentada e não integral. Assim, a experiência do BH de Mãos Dadas contra a AIDS demonstra que a efetividade das políticas públicas não depende apenas de sua existência formal, mas de sua permanência, do vínculo e da escuta que constroem no território.

A análise dos estudos técnicos e das intervenções de segurança revelou, por sua vez, um padrão higienista e moralizador que, ao associar genericamente prostituição a criminalidade, exclui as trabalhadoras da condição de sujeito urbano, apesar de elas sustentarem práticas e economias locais há décadas. Aqui, o diálogo entre Lefebvre e Latour é fértil: o que os documentos “não veem” (ou “não querem ver”) aparece nos mapas e nas falas, uma cidade vivida, regulada e cuidada “por baixo”, capaz de formular projetos claros para si (iluminar, limpar, podar, instalar banheiros, abrir um CTA, proteger animais, oferecer água e comida).

Do ponto de vista propositivo, os materiais produzidos nesta pesquisa indicam caminhos factíveis: (i) institucionalizar ações noturnas e itinerantes de saúde e redução de danos; (ii) instalar banheiros públicos e pontos de água na Praça da Saudade/entorno dos viadutos; (iii) requalificar a iluminação e realizar poda preventiva; (iv) implantar um CTA ou ponto avançado de testagem/PrEP na regional, com acolhimento em horários compatíveis; (v) mediar com motéis práticas mínimas de proteção (insumos, preço de preservativos, acesso a banheiro); (vi) fiscalizar lotes vazios e articular soluções de uso que reduzam risco sem ampliar estigma; e (vii) formar equipes policiais, com ênfase em policiamento de proximidade e maior presença de patrulhas femininas, como pedem as próprias trabalhadoras sexuais.

Nessa vertente, o pesquisador, em diálogo com sua orientadora, adotou algumas ações práticas a partir das demandas observadas em campo. Em relação à iluminação pública, devido ao cargo atualmente ocupado pelo pesquisador na estrutura da Prefeitura de Belo Horizonte, foi possível articular, junto à Diretoria de Energia, Tecnologia, Concessionárias e Iluminação Pública da SUDECAP (DETI-SD), a substituição do poste de luz danificado localizado na esquina entre a Rua Antero de Quental e o Viaduto Montese. Embora a DETI-SD tenha informado que, no momento, não existem projetos para ampliação da iluminação na região, essa pequena intervenção já proporciona maior sensação de segurança não apenas para as trabalhadoras sexuais, mas também para os moradores e transeuntes da área.

Em relação ao lote vago, a questão se mostrou mais delicada. O pesquisador poderia encaminhar a demanda à Subsecretaria de Fiscalização (SUFIS); contudo, emergiu um impasse. O terreno foi apontado por muitas pessoas como um problema, por ser utilizado para esconder drogas, guardar pertences e realizar programas com clientes que não desejam ou não podem pagar por um quarto de motel. Por outro lado, algumas trabalhadoras sexuais afirmaram não ver qualquer problema na existência do lote, utilizando-o eventualmente para programas rápidos.

Diante dessa ambiguidade, e considerando o impacto que uma intervenção da SUFIS poderia causar na dinâmica local, o pesquisador, em concordância com sua orientadora, decidiu

não acionar o órgão fiscalizador. Em vez disso, comunicou a R* que o lote é de propriedade privada e explicou que, caso desejassem, poderiam registrar uma denúncia formal junto à SUFIS. Assim, optou-se por preservar a autonomia das próprias trabalhadoras sexuais e demais atores locais na condução dessa questão, reconhecendo que qualquer ação externa poderia alterar significativamente o equilíbrio do território.

Essa postura metodológica reforça um dos princípios centrais da pesquisa participativa: o respeito à autonomia e à agência dos sujeitos. Mais do que intervir, o papel do pesquisador foi o de acompanhar e sustentar processos coletivos de decisão, reconhecendo que o conhecimento situado, produzido pelas próprias trabalhadoras sexuais, deve orientar qualquer ação sobre o território. A ética da pesquisa, nesse caso, se materializa na escuta, na prudência e na recusa de impor soluções que não emergem do próprio contexto estudado.

Ao serem ouvidas e, principalmente, ao produzirem o mapa, as trabalhadoras sexuais devolveram à cidade propostas de transformação que extrapolam o interesse individual. As demandas apresentadas são coletivas, abrangem toda a espacialidade do território e demonstram sensibilidade às vulnerabilidades de outros sujeitos. Apesar de estarem inseridas em um contexto de sobreposição de vulnerabilidades, marcado pela exploração financeira, pela presença do tráfico nas áreas de prostituição, pela violência policial e pelo descaso do Estado e de suas políticas públicas, elas conseguem olhar para além de si mesmas e propor ações que beneficiariam toda a comunidade do bairro Santa Branca.

Os pedidos de instalação de banheiros públicos, pontos de água potável, abrigos para a população em situação de rua, espaços para acolhimento de animais e um restaurante popular revelam uma visão humanizada e solidária, que ultrapassa a esfera pessoal e se volta à coletividade. Mesmo reivindicações aparentemente simples, como a manutenção das calçadas e a poda das árvores, expressam uma percepção de cuidado com o espaço e com todos aqueles que o habitam ou o atravessam.

Essas trabalhadoras, apesar das múltiplas violências a que estão expostas, permanecem no território e devolvem à localidade um olhar de acolhimento e responsabilidade compartilhada. Sua permanência é também resistência, e seu gesto político se manifesta no cuidado cotidiano, com o corpo, com o espaço e com o outro. Essa percepção de cuidado e de pertencimento se evidencia na fala de X*:

Eu acho que acessibilidade. Mas eu acho que não é muito da cidade é muito das pessoas. Cê entendeu?! Eu acho que o problema da Trans é o social. O problema pra mim de acesso à algumas coisas afeta tanto a mim, quanto ao João, quanto a Maria.

Entendeu?! Mas a partir do momento que melhora a acessibilidade para todo mundo, acho que melhora pra geral. Entendeu?!⁸⁰

Essa noção de que o espaço é de todos se materializou de forma viva durante a construção do mapa. Os pedidos expressos nesse processo revelam um senso profundo de comunidade, um olhar de cuidado e de integração que atravessa fronteiras e identidades. Quando questionadas sobre as melhorias desejadas, as trabalhadoras sexuais devolveram à cidade uma percepção ampliada de acessibilidade, que vai muito além da esfera individual: trata-se de um sonho de cidade acolhedora e receptiva, onde a acessibilidade e o direito de estar sejam garantidos a todos os corpos e existências.

Essa compreensão de espaço, atravessada por solidariedade e desejo de pertencimento, desloca o olhar tradicional das políticas públicas. O que emerge das falas e do mapa coletivo não é apenas uma reivindicação por infraestrutura, mas a afirmação de um modo de habitar que reconhece a interdependência entre sujeitos e territórios. O Santa Branca, nesse sentido, torna-se um espelho da cidade possível, aquela que se constrói nos encontros, nas brechas e nas resistências cotidianas.

Ao longo de toda a pesquisa, o pesquisador foi profundamente afetado não apenas pelo espaço físico do bairro Santa Branca, mas, sobretudo, pelas pessoas que o habitam e o constroem diariamente. Vínculos foram formados, momentos de escuta, de afeto e de partilha se tornaram parte do processo. As demandas foram coletadas com respeito e cuidado, sempre atentos às falas das trabalhadoras sexuais trans, travestis e também cis, que, mesmo em número menor, ocupam o território há décadas. C*, por exemplo, esteve envolvida com o trabalho sexual por mais de 30 anos e hoje se encontra afastada por motivos de saúde mental, resultado de uma vida marcada por resistências e violências nas ruas. R*, por sua vez, atua há mais de 10 anos no Santa Branca e se consolidou como liderança local: é referência de acolhimento, orientação e solidariedade para outras trabalhadoras que buscam apoio.

A prostituição na região é histórica e resiste às mudanças da cidade, sejam elas sociais ou de infraestrutura. As dinâmicas do território são complexas e atravessadas por múltiplas camadas de sentido que só se revelam no contato direto com o campo e com seus atores. O trabalho de campo evidenciou uma teia de relações sutis, marcadas por tensões, solidariedades e códigos não ditos. Muitos desses aspectos, pela ética da pesquisa e pela confiança construída, permanecem resguardados: pertencem ao território e aos sujeitos que permitiram o acesso e o compartilhamento de suas experiências.

⁸⁰ Trecho do relato de X*, travesti atendida pelo programa BH de mãos dadas contra AIDS.

Ao fim, o que esta pesquisa afirma é simples e robusto: o Santa Branca é uma cartografia viva onde corpos, direito e cidade se entrelaçam. Com Lefebvre, aprendemos que o direito à cidade se escreve nos usos e nos conflitos; com Latour, que é preciso seguir os atores e suas inscrições para compreender como o social se constrói; com Philippopoulos-Mihalopoulos, que o direito habita o espaço e molda movimentos; com Bento, que os corpos trans guardam e produzem história; e com Butler, que tornar uma vida vivível exige transformar as condições que a sustentam.

As vozes que compõem este trabalho mostram que não se trata de “tolerar” a existência no Santa Branca, mas de reconhecer sua produção de cidade e garantir condições de dignidade. Em última instância, o que está em jogo é pertencer, não como concessão, mas como prática cotidiana e como direito.

A cidade que emerge dos mapas, das conversas e das noites de campo é uma cidade mais verdadeira porque inclui aquelas que a constroem todos os dias. Este trabalho teve, sobretudo, o propósito de dar voz às trabalhadoras sexuais. Suas falas compõem e estruturam o corpo desta pesquisa. Elas são as protagonistas; o pesquisador que aqui escreve foi apenas um mediador, alguém que teve o privilégio de escutar e registrar. É por uma cidade em que essas vozes possam ser ouvidas, reconhecidas e respeitadas que esta pesquisa se ergue. E é essa cidade, mais justa e habitável, que ela deseja fortalecer.

REFERÊNCIAS

ACERVO APCBH. Figura 1: Praça da Saudade, bairro Santa Branca, 06/07/1992. Fundo ASCOM.

ALVES, Brenda Maia. TRANLADOS: Práticas de mobilidade de pessoas transgêneros e travestis da RMBH: um resgate e possibilidades. In: SEMINÁRIO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFRGS, 10., 2022, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. p. 64-86. Disponível em: https://www.ufrgs.br/seminariodiscenteppgs2022/wp-content/uploads/2023/01/ANAIS_X-SEMINARIO-DISCENTE-2022.pdf. Acesso em: 3 jun. 2025

ALVES, Dione. Com novas apostas tecnológicas, Bioclin prevê crescimento de até 15% em 2025. Diário do Comércio, 20 dez. 2024. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/negocios/com-novas-apostas-tecnologicas-bioclin-preve-crescimento-de-ate-15-em-2025/>. Acesso em: 1 set. 2025.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 11, p. 137–157, 1º sem. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8817/6538>. Acesso em: 3 jun. 2025.

APROSMIG. Diagnóstico socioterritorial e assessoramento às redes de trabalhadoras sexuais (cis e transgênero) da região da Guaicurus. Belo Horizonte: Associação das Prostitutas de Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://aprosmig.org.br/diagnostico-socioterritorial.html>. Acesso em: 29 set. 2025.

ARAÚJO, Wânia Maria de. Na tessitura da memória: narrativas do bairro Cachoeirinha. 2010. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Orientadora: Magda de Almeida Neves.

ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS (AOPMBM). Inauguração da nova sede do BOPE. AOPMBM Minas Gerais, Belo Horizonte, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://www.aopmbm.org.br/portal/2020/07/31/inauguracao-da-nova-sede-do-bope/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 17.297, de 17 de março de 2020. Declara situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência em Saúde Pública, no Município de Belo Horizonte em razão da necessidade de ações para conter a propagação de infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra o Coronavírus – Covid-19. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, Belo Horizonte, ano XXVI, n. 5976, 2ª ed., 17 mar. 2020a. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/395191>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BELO HORIZONTE. Portaria SMASAC nº 036, de 19 de março de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias para fins de prevenção ao contágio e à propagação do Covid-19 no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, Belo Horizonte, ano XXVI, n. 5978, 1ª ed., 19 mar. 2020b. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/395338>. Acesso em: 29 ago. 2025

BELO HORIZONTE. Portaria SMASAC nº 076, de 1º de julho de 2020. Altera a Portaria SMASAC nº 036, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias para fins de prevenção ao contágio e à propagação da Covid-19 no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, Belo Horizonte, ano XXVI, n. 6050, 1ª ed., 2 jul. 2020c. Disponível em: <https://domweb.pbh.gov.br/visualizacao/ato/398503>. Acesso em: 29 ago. 2025

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Saúde. Programa BH de Mãos Dadas Contra a Aids. 2025. Apresentação em slides (PDF).

BENTO, Berenice Alves de Melo. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Salvador: Editora Devires, 2017. Disponível em: <https://dspace.unisa.br/server/api/core/bitstreams/fe1830f-13e7-4307-b1b1-5de1441a93f2/content>. Acesso em: 23 set. 2025.

BENTO, Berenice Alves de Melo. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 328

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Vivências trans: Desafios, dissidências e conformações. Revista Estudos Feministas. Florianópolis maio/ago. 2012, p. 485-488. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a09.pdf> >. Acesso em: 01 jun. 2025.

BOPE agride prostitutas do bairro Santa Branca. Jornal O Beltrano. Belo Horizonte, 07 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.obeltrano.com.br/portfolio/bopeagrideprostitutasdobairrosantabranca/>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Prefeitura de Belo Horizonte. Cestas básicas e kits higiene. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/cestas-basicas-para-publicos-vulneraveis>>. Acessado em: 07 jan. 2025.

BRASIL. Prefeitura de Belo Horizonte. PBH entregará cestas a famílias de estudantes em situação de pobreza nas férias. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-entregara-cestas-familias-de-estudantes-em-situacao-de-pobreza-nas-ferias>>. Acessado em: 07 jan. 2025.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 16ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2018. 278p.

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266p.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025. 288 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. 13ª Reunião Ordinária — Comissão de Mulheres, 29 mai. 2025 [vídeo]. Disponível em: <https://cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/13%C2%AA-reuni%C3%A3o-ordin%C3%A1ria---comiss%C3%A3o-de-mulheres-29-05-2025>. Acesso em: 23 set. 2025.

CARSALADE, Flavio. Pampulha. 2 ed. Belo Horizonte: Conceito, 2019.

CASTRO, Henrique Moreira de; DEUS, José Antônio Souza de; SILVA, Paulo Henrique Correia de. Territórios e territorialidades urbanas: olhares ambivalentes sobre a prostituição na metrópole mineira. Belo Horizonte: Editora Sangre, 2019. 32 p.

COLETIVO CLÃ DAS LOBAS. Facebook page: Clã das Lobas [página na web]. Belo Horizonte. Disponível em: https://www.facebook.com/cladaslobas/?locale=pt_BR. Acesso em: 28 ago. 2025.

CONHEÇA o bairro onde as diferenças se encontram. Travestis, prostitutas, policiais, moradores e frequentadores de duas igrejas esforçam-se para conviver em paz em uma região de alta concentração de motéis no Santa Branca. Revista Encontro. Belo Horizonte, 14 jan. 2014. Disponível em: <https://www.revistaencontro.com.br/canal/atualidades/2014/01/conhecacap-bairro-onde-as-diferencas-se-encontram.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução SES nº 9.470, de 24 de abril de 2024. Autoriza transferência de recursos financeiros decorrentes de emendas parlamentares incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2024 [...] Política de Estruturação da Atenção Primária. Minas Gerais - Diário do Executivo, data de publicação: 30 abr. 2024, p. 56; retificação: Minas Gerais - Diário do Executivo, 17 mai. 2024, p. 29. Disponível em: <https://www.pesquisalegislativa.mg.gov.br/LegislacaoCompleta.aspx?cod=210002&marc=>. Acesso em: 1 set. 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Resolução SES/MG nº 8.617, de 28 de fevereiro de 2023. Define dotação orçamentária para o exercício de 2023 referente ao incentivo financeiro para a qualificação do acesso à saúde da população LGBT, no âmbito da Atenção Primária à Saúde do Estado de Minas Gerais, nos termos da Resolução SES/MG nº 8.375, de 19 de outubro de 2022. Diário do Executivo, Minas Gerais, 02 mar. 2023. Disponível em: https://portal-antigo.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=24406-resolucao-ses-mg-n-8617-de-28-de-fevereiro-de-2023?layout=print. Acesso em: 1 set. 2025.

EXCLUSIVO: prostituição e uso de drogas atormentam moradores do Bairro Santa Branca. Jornal da Alterosa. Belo Horizonte, 27 jun. 2012. Disponível em: <https://www.alterosa.com.br/programas/jornal-da-alterosa/exclusivo-prostituicao-e-uso-de-drogas-atormentam-moradores-do-bairro-santa-branca/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FANTINI, Petra. Prostitutas da Pampulha sob ataque. O Beltrano, Belo Horizonte, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://badernoticias.com.br/portfolio/prostitutas-da-pampulha-sob-ataque/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

GEA, Karina Dias; BARRETO, Letícia Cardoso; MOREIRA, Lisandra Espíndula. O direito à cidade “no truque”: as resistências das trabalhadoras sexuais travestis e transexuais no bairro Santa Branca em Belo Horizonte. URBS: Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales, v. 9, n. 1, p. 57–71, 2019. Disponível em: <https://www2.ual.es/urbs/index.php/urbs/article/view/123>. Acesso em: 3 jul. 2025.

GERMAN, Tomás Soares Pereira; GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. Entre a cruz e a espada: dimensões do aparecimento em partilhas do sensível de travestis na prostituição durante a pandemia de COVID-19. RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 32–47, jan./mar. 2024. Disponível em:

<https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3808>. Acesso em: 27 ago. 2025.

GONTIJO, Raquel. BH ganha mais um centro de saúde na região da Pampulha. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://www. hojeemdia.com.br/minas/bh-ganha-mais-um-centro-de-saude-na-regi-o-da-pampulha-1.947965>. Acesso em: 6 ago. 2025.

GOOGLE. BOPE PMMG [localização]. Belo Horizonte: Google, 2025. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/BOPE+PMMG/data=!4m2!3m1!1s0x0:0x6453cdd928354012?sa=X&ved=1t:2428&ictx=111> . Acesso em: 3 jul. 2025.

GOOGLE. Google Maps. Santa Branca, Belo Horizonte, MG. Disponível em: https://www.google.com/maps/place/Santa+Branca,+Belo+Horizonte+-+MG/@-19.8349812,-43.9746288,15.5z/data=!4m6!3m5!1s0xa6903b54899995:0x54bf914a36e8e8cc!8m2!3d-19.8347612!4d-43.9677143!16s%2Fg%2F1ymwxc8bw?entry=tту&g_ep=EgoyMDI1MDYwNC4wIKXMDS oASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 3 jun. 2025.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NICÁCIO, Camila Silva. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020. 329 p.

LATOURE, Bruno. *Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos*. Tradução de Alexandre Agabiti Fernandez. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. 403 p.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Ianni. 13. ed. São Paulo: Editora 34, 2020. Disponível em: https://pedropeixotoferreira.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/03/latour_1994_jamais-fomos-modernos-e28093-ensaio-de-antropologia-simetrica_ed34.pdf. Acesso em: 1 set. 2025.

LATOURE, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Tradução de Viviane Ribeiro. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: https://ecomig2014.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/08/latour_bruno-reagregando_o_social.pdf. Acesso em: 1 set. 2025.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. Disponível em: <https://doceru.com/doc/x5ee55s> Acesso em: 3 jul. 2025.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Tradução de Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 203 p.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Itapevi, São Paulo. Nebli, 2016. 155p.

LODI, Ana Beatriz; MOTTA, Luciana Rocha Vasconcellos, e BIZZOTO, Luciana Maciel (2016). *Estudo dos impactos urbanísticos e repercussões do empreendimento na vizinhança para operações urbanas simplificadas*. Empreendimento BIOCLIN. Processo nº 01-160.445/15-77. julho 2016. 83

MAIS uma travesti é assassinada em Belo Horizonte. Hoje em dia. Belo Horizonte, 02 jun. 2017. Disponível em: <<https://www. hojeemdia.com.br/horizontes/mais-uma-travesti-%C3%A9-assassinada-em-belo-horizonte-1.493069>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte. Sentença no processo nº 1180097-83.2011.8.13.0024. Ação de Desapropriação. Autor: Município de Belo Horizonte. Réus: Augusto Joaquim Piçarro e Marly Aparecida Bérghamo Piçarro. Juíza: Jaqueline Martins de Paula. Belo Horizonte, 17 abr. 2023. 9 p. Disponível em: <https://pje.tjmg.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2304171138322900009777622379>. Acesso em: 7 out. 2025

MORANDO, Luiz. Enverga, mas não quebra: Cintura Fina em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora O Sexo da Palavra, 2021.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. COVID-19 no longer constitutes a public health emergency of international concern. 8 May 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/en/news/8-5-2023-covid-19-no-longer-constitutes-public-health-emergency-international-concern>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PASSOS, Rogério Lucas Gonçalves. Prostituição no espaço urbano de Belo Horizonte e a prostituta enquanto sujeita política: do higienismo da moralidade aos movimentos de (r)existência. 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/08/st08-46.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025.

PEDRA, Caio Benevides. Cidadania Trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil. 1 ed. Curitiba. 2020

PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, Andreas, And For Law: why space cannot be understood without law. In: Law, Culture and Humanities, n. 00 (0), p. 11-20, 2018.

PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, Andreas, Before Identity, gender and humn rights. In: Feminist Legal Studies, nº 14, p. 271-291, 2006.

PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, Andreas, Quem tem Medo do Espaço: direito, geografia e justiça espacial. Trad.: Maria Fernanda Salcedo Repolês; Júlia Ávila Franzoni; Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino. In: Revista da Faculdade de Direito UFMG, n. 70, p. 635-661, jan-jul. 2017.

PHILIPPOULOS-MIHALIPOULOS, Andreas. Justiça espacial: modos de coexistência no Antropoceno. Tradução de Igor Viana [et al.]. Belo Horizonte: Initia Via, 2024. 160 p.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. BH de Mãos Dadas Contra a Aids [página na web]. Belo Horizonte, criado em 08 jan. 2021; atualizado em 07 mar. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/informacoes/vigilancia/vigilancia-epidemiologica/doencas-transmissiveis/bh-maos-dadas-contr-aids> . Acesso em: 1 set. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Caderno Regional Pampulha. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2011. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/PampulhaCompleto.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. SC-160/12 - Contrato de Execução da Estação de Integração BRT Pampulha. SUDECAP, 2014.

SOGAWA, Naomi. Queixas se restringem aos aviões e motéis. *O Tempo*, 20 jan. 2000. 01 cad. Emergência. Disponível em: Arquivo Público Municipal. Recorte.

SOUZA, João Batista de. Bairros de BH. Disponível em: <<https://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/bairros%20da%20regi%C3%A3o%20da%20pampulha/>>. Acesso em: 29 jul. 2020

TRAVESTI é baleada dentro de carro e morre no bairro Santa Branca. *O tempo*. Belo Horizonte, 02 jun. 2017. Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/cidades/travesti-%C3%A9-baleada-dentro-de-carro-e-morre-no-bairro-santa-branca-1.1481520>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

TUAN, Yi-Fu. Paisagens do medo. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 374 p.

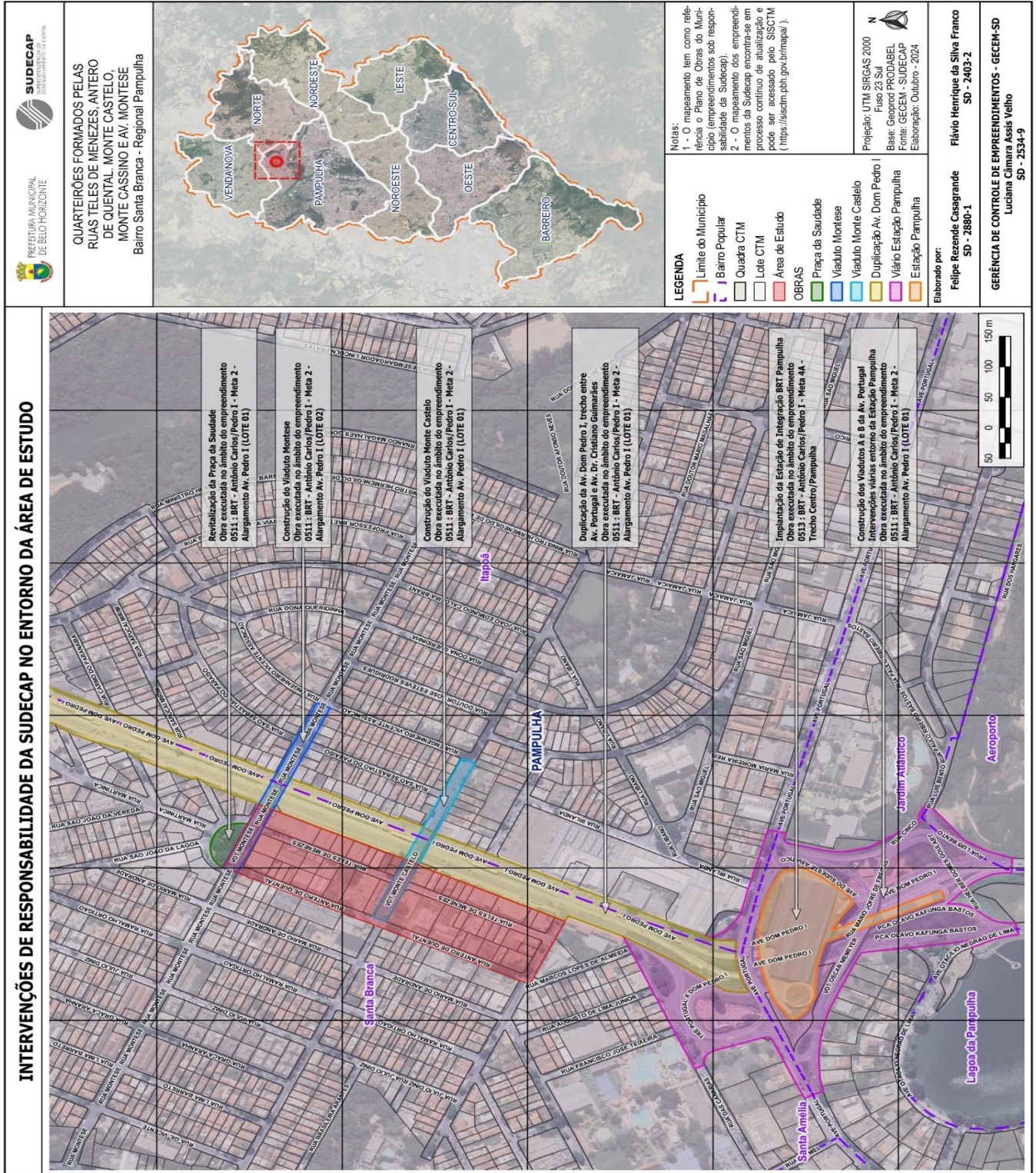
VENTURINI, Tommaso. Building on controversies: mapping collective uncertainty in the field of reproductive technologies. *Sociology of Knowledge Approach to Discourse*, 2010. Disponível em: https://medialab.sciencespo.fr/publications/Venturini-Building_on_Faults.pdf. Acesso em: 1 set. 2025.

WAGNER, A.; SANTIN, J. Trajetórias de vida de travestis e transexuais de Belo Horizonte: Ser T e Estar Prostituta. *Serviço Social em Revista*, v. 21, n. 2, p. 375-396, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334557421_Trajetorias_de_vida_de_travestis_e_transexuais_de_Belo_Horizonte_Ser_T_e_Estar_Prostituta/fulltext/5d313255299bf1547cc26921/Trajetorias-de-vida-de-travestis-e-transexuais-de-Belo-Horizonte-Ser-T-e-Estar-Prostituta.pdf. Acesso em: 3 jun. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Coronavirus disease (COVID-19) pandemic [página na web]. WHO European Region, s.d. Disponível em: <https://www.who.int/europe/emergencies/situations/covid-19>. Acesso em: 27 ago. 2025.

ANEXOS

ANEXO A - Mapa Intervenções de responsabilidade da SUDECAP no entorno da área de estudo. Elaborado por SUDECAP 2024.



ANEXO B - Ofício DLGBT/CRLGBT/PDDH-DAMP Nº 005/2018



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
Subsecretaria de Direitos e Cidadania
Diretoria de Políticas para a População de LGBT
Centro de Referência LGBT

OFÍCIO DLGBT/ CRLGBT/ PDDH-DAMP Nº 005/2018

Belo Horizonte, 02 de maio de 2018

Prezado Promotor Mario Higuchi,

Encaminhamos Relato da Reunião com as Travestis e Transexuais profissionais do sexo na Paróquia Santa Monica em 10 de abril de 2018

Em 02 de abril recebemos as primeiras informações/denúncias sobre a violência e violações de direitos que vinham sofrendo as trabalhadoras do sexo, travestis e transexuais no bairro Santa Branca. Por esse motivo foi chamado no dia 10 de abril na paróquia da igreja, através da Pastoral Social da Igreja Santa Mônica, representada por Bruno Cardoso, reunião para discussão do assunto para escuta das pessoas que relatavam estar sendo constantemente agredidas. A ativista Juhlia Santos realizou convite aberto para diversos atores da rede de proteção e combate à violação de direitos da população LGBT, atendemos ao convite o Centro de Referência LGBT, representado por seu coordenador Gustavo Magalhães, e a Promotoria de Direitos Humanos, na pessoa do Promotor Mario Higuchi.

Na chegada ao local, por volta de 20h, dirigiram-se, todos, para o Salão Paroquial, ao que se iniciou a reunião com as pessoas ali presentes. Durante o decurso da reunião houve interrupção por parte de um conselheiro da Igreja e também pela presidente da Associação do Bairro. Esse conselheiro afirmou que aquela reunião não poderia acontecer e deveria ser interrompida pois não havia autorização da paróquia e que a reunião não havia sido comunicada. Bruno, que ali representava a Pastoral Social da Paróquia, afirmou que esta reunião havia sido comunicada e que não havia motivo para ser interrompida. O representante do conselho, de forma agressiva, tentou impedir a continuidade da reunião e passou a ofender os presentes de tal maneira que a conversa continuou no passeio, junto aos muros da paróquia.

As ofensas por parte do Conselheiro aos presentes, principalmente ao Dr. Mario Higuchi, continuaram mesmo após a saída do estabelecimento e se fortaleceram quando o mesmo encontrou na rua representantes da comunidade local, que somavam mais de 20 pessoas, representantes do 49º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais e do Batalhão de Operações Especiais – BOPE. Neste momento a rua foi fechada, impedido a circulação de carros.

Próximo às 22h finalizou-se a reunião com as mulheres trans e travestis ali presentes e com a comunidade, que também foi ouvida em suas demandas e conflitos em relação à presença das

Centro de Referência LGBT - CRLGBT
Rua dos Tupis, 149 - 10º andar - CEP 30.190-060 - Belo Horizonte-MG
Tel: 55 – 31 3277-4227/4128- e-mail: crlgbtbh@pbh.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
Subsecretaria de Direitos e Cidadania
Diretoria de Políticas para a População de LGBT
Centro de Referência LGBT

travestis e transexuais que ali trabalham como profissionais do sexo. Estavam a todo o momento acompanhados dos representantes da polícia militar e BOPE, que tiveram a oportunidade de participar e dialogar.

No decorrer da noite, na escuta das travestis e transexuais e de membros da comunidade avaliamos que há um conflito de interesses, onde a comunidade apresentou suas impressões e pontos de vista com relação ao exercício da prostituição na região e como esta atividade afeta a rotina das pessoas da região. As travestis e transexuais confirmam que estão sendo hostilizadas por pessoas da comunidade. Destacam que estão receosas com o tensionamento das relações e têm sofrido represálias por meio de violência física e psicológica.

O Centro de Referência LGBT diante ao ocorrido e a proporção tomada pelo fato, crê existir um conflito instaurado e que os direitos das Travestis e Transexuais estão sendo violados e as mesmas sofrendo as violências denunciadas.

Estamos à disposição para contribuir em ações e intervenções que se fizerem necessárias para a garantia da segurança, proteção e vida das Travestis e Transexuais e da melhoria do convívio com a comunidade.

Atenciosamente,

Thiago Alves da Silva Costa

Diretor de Políticas para a População LGBT

Gustavo Adolfo de Magalhães

Coordenador do Centro de Referência LGBT

Ilmo.Sr. Mário Konichi Higuchi Júnior
Promotor de Justiça
Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário

Centro de Referência LGBT - CRLGBT
Rua dos Tupis, 149 - 10º andar - CEP 30.190-060 - Belo Horizonte-MG
Tel: 55 – 31 3277-4227/4128- e-mail: crlgbth@pbh.gov.br

- MAIS ILUMINAÇÃO RUA
- LIMPAR RUA POIS MORADOR RUA FAZ NECESSIDADE RUA
- COLOCAR BANHEIRO DEBAIXO VIADUTO
- COLOCA TRANS PEGA REMEDIO HIV AQUI REGIÃO
- FAZER ALBERGUE MORADORS RUA

- Banheiros
- Poste velho
- As meninas passam de garbais
- farçam o varejo
- iluminação
- tirar o lote (Usuários de drogas, Jatos)

Relatório de Quarta

Poder os córregos
 Iluminação dos postes.
 tirar poste quebrado da esquina. Centro de comunitário
 colocar um banheiro público para os moradores de rua.

Postalmente popular para empresas. abas obrigam.
 Procura de um local de Albergue para os moradores de rua.

NOTEL ORLEANS

- RECOLHE ANIMAL DEBAIXO VIADUTO
- TIRA LOTE POIS TEM MUITO LADRÃO
- CORTA ARVORE CAINDO
- RESTAURANTE POPULAR
- MAIS POLICIA NA RUA
- ARRUMAR PRAÇA
- PASSAR MAIS POLICIA FEMININA

Rua entre de Quarta esquerda para Monte Castelo até esquerda para a Rua Montez de Alencar

- ativado. lote logo abaixo. da Viaduto Monte Castelo.
- Ponto de água. Fornecedor para moradores rua.
- Banheiro químico para rua
- Basal de rua.

- corta a arvo que está. Para em frente Hotel Orleans para Retirada do lote na Telas de Moraes Rua
- coloca banheiro na Praça

Iluminação

Eliminador Amendoim - Iron lot 12/10
 Shop Kelly (Barragem)
 Pedras Tiras Lot 12/10
 Botão Iron Lot 12/10 - Alencar